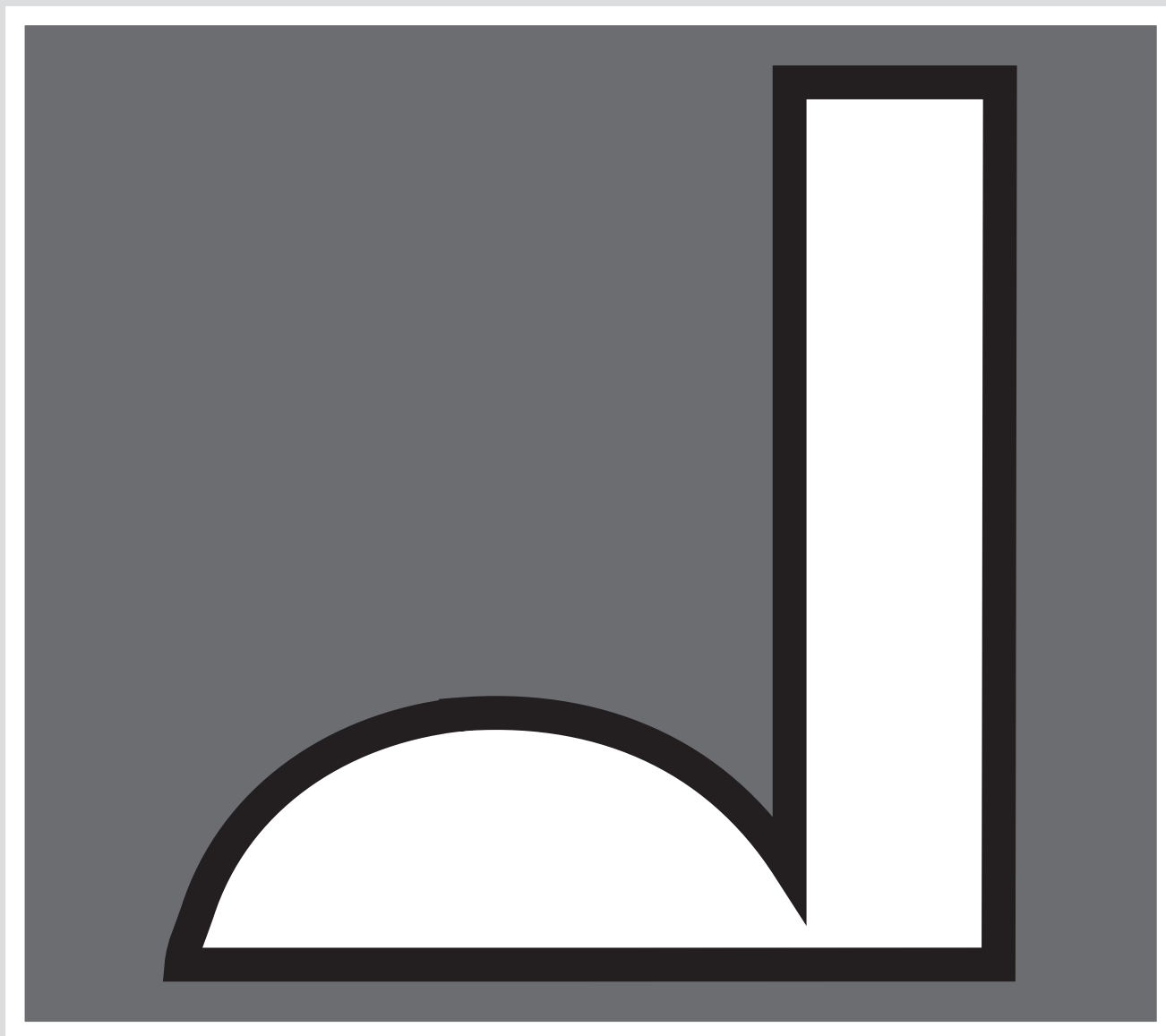




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 028 - TERÇA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN²
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges¹ PR-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 28	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 27
LÍDER Valdir Raupp VICE-LÍDERES LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 2 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes Romeu Tuma ⁴ LÍDER DO DEM – 14 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 5 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 2.10.2007).

² Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007)

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 31ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 17 DE MARÇO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Destinação do tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã, que será dedicado a comemorar o *Dia Mundial da Água e o lançamento da Campanha “SOS H2O”*, nos termos do Requerimento nº 24, de 2008. 6014

Arquivamento do Requerimento nº 20, de 2008, tendo em vista que fora realizada sessão conjunta do Congresso Nacional, no dia 13 do corrente, com o objetivo de homenagear o Cardeal D. Aloísio Lorscheider. 6014

1.2.2 – Mensagens do Presidente da República

Nº 54, de 2008 (nº 99/2008, na origem), de 10 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008 (nº 2.440/2007, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 11.643, de 10 de março de 2008; 6014

Nº 55, de 2008 (nº 100/2008, na origem), de 10 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2006 (nº 162/2003, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 11.644, de 10 de março de 2008; 6014

Nº 56, de 2008 (nº 101/2008, na origem), de 10 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2005 (nº 433/2003, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008; 6014

Nº 57, de 2008 (nº 102/2008, na origem), de 10 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004, sancionado e transformado na Lei nº 11.646, de 10 de março de 2008. 6014

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 252, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2008. Defendido*. 6015

Nº 253, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando voto de aplauso ao jornalista Villas-Boas Corrêa*. 6015

Nº 254, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Chiara Lubich*. 6015

Nº 255, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de aplauso à Ministra Ellen Gracie Northfleet, do Supremo Tribunal Federal*. .. 6015

Nº 256, de 2008, de autoria do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 191, de 2007, 280, de 2004, 467, de 2007, 167, de 2003, já apensados aos Projetos de Lei do Senado nºs 210, de 2003, 323 e 75, de 2004; e 87, de 2005, com o Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2007, por versarem sobre a mesma matéria*. 6015

Nº 257, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando realização de Sessão Especial do Senado Federal, destinada a homenagear a Ministra Ellen Gracie Northfleet, Presidenta do Supremo Tribunal Federal*. 6015

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que *dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Combate às Drogas e Entorpecentes, bem como da Semana Nacional de Combate às Drogas e Entorpecentes*. 6016

Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2008, de autoria do Senador Valdir Raupp, que *acrescenta art. 1º-A ao regulamento a que se refere o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão de Leiloeiro ao território da República, para dispor que se aplicam as disposições do regulamento aos leilões celebrados por meio da rede mundial de computadores*. 6016

1.2.5 – Pareceres

Nºs 189, 190 e 191, de 2008, das Comissões de Assuntos Econômicos, Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Desenvolvimento Regional e Turismo, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que *altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras*

providências, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais.....

6026

Nº 192, de 2008, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que *altera o Estatuto da Cidade, de forma a incluir a elaboração de plano de circulação de veículos não-motorizados como item obrigatório do plano diretor.....*

6041

Nº 193, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Rolim de Moura, no Estado de Rondônia.....*

6049

1.2.6 – Ofícios do Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Nºs 6 e 7/2008, de 6 do corrente, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, dos Projetos de Lei do Senado nº 350 e 320, de 2005, respectivamente.....

6052

1.2.7 – Ofício do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Nº 9/2008, de 4 do corrente, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2007.....

6052

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 320 e 350, de 2005; e 406, de 2007, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.....

6052

1.2.9 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 43/2008, de 13 do corrente, comunicando a aprovação das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2007 (nº 1.990/2007, naquela Casa), e seu envio à sanção.....

6053

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº 535, de 2008, na origem, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2005.....

6053

1.2.11 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Voto de louvor ao jornalista Villas-Bôas Corrêa, e de pesar pelo falecimento de Chiara Lubich.....

6053

SENADOR OSMAR DIAS – Cobranças de medidas para reverter o quadro de violência na região metropolitana de Curitiba.....

6055

SENADOR PEDRO SIMON – Análise histórica da contribuição dos migrantes gaúchos pelas novas fronteiras agrícolas do país.....

6056

SENADOR MÁRIO COUTO – Premência na votação de projetos que beneficiam aposentados. Inquietação com a economia do Estado do Pará, prejudicada por ações ambientais ou tributárias do Governo Federal.....

6063

SENADOR PAULO PAIM – A importância da prévia realizada ontem, entre candidatos à Prefeitura de Porto Alegre. Voto de louvor à Ministra Ellen Gracie do Supremo Tribunal Federal. Registro do transcurso do Dia Nacional da Síndrome de Down.....

6067

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Considerações sobre a falência do sistema de segurança pública e o crescimento da violência no País.....

6071

SENADOR PAPALÉO PAES – Discriminação aos policiais militares do Amapá e dos Territórios, que não foram alcançados pelo reajuste salarial concedido por meio da Medida Provisória nº 401, de 2007. Cumprimentos ao Senado Federal pelo exemplo de gestão administrativa no setor público.....

6073

SENADORA ROSEANA SARNEY, como Líder – Defesa de investimentos de grande porte no Estado do Maranhão.....

6075

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Indignação contra a atitude adotada pelas autoridades espanholas, que impediram o ingresso de brasileiros naquele País.....

6077

SENADOR MÃO SANTA – Homenagem prestada a S.Exa. pelo Pólo Institucional Eadcon, no Estado do Piauí. Elogios à entrevista concedida à revista **Veja** pelo ex-Ministro Marcílio Marques Moreira, que pediu afastamento da Presidência da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.....

6079

SENADOR CÍCERO LUCENA – Registro de reunião realizada na cidade de Monteiro – PB, com o fim de se tratar da transposição das águas do rio São Francisco.....

6083

SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Comemoração pelos recursos a serem investidos pelas estatais, e repasses para as áreas saúde, educação no Estado do Rio de Janeiro, constantes do orçamento da União aprovado pelo Congresso Nacional.....

6084

SENADOR VALDIR RAUPP – Preocupação com as questões ambientais da Amazônia, sobretudo do Estado de Rondônia. Proposta de criação do Ministério da Amazônia.....

6087

SENADOR JAYME CAMPOS – Manifestação sobre o pronunciamento do Senador Valdir Raupp. Reflexões sobre a retaliação da Comunidade Europeia à carne brasileira.....

6089

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Considerações sobre a execução do Programa Luz Para Todos no Estado de Rondônia.....

6092

SENADOR *EDUARDO SUPLY* – Homenagem póstuma ao Sr. Valentim dos Santos Diniz. 6093

1.2.12 – Leitura de requerimento

Nº 258, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Empresário Valentim dos Santos Diniz. 6096

1.2.13 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Registro da entrevista “Escassez de Ética”, publicada na revista *Veja*, edição de 17 de março corrente. 6098

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Comentários sobre o Relatório de Atividades das Indústrias Nucleares do Brasil, ano de 2006. 6102

1.2.14 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, dia 18, com Ordem do Dia anteriormente designada. 6103

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

**2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 53ª LEGISLATURA**

3 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 31ª Sessão Não Deliberativa, em 17 de março de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Papaléo Paes, Eduardo Azeredo e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a comemorar o *Dia Mundial da Água e o lançamento da Campanha “SOS H2O”*, de acordo com o **Requerimento nº 24, de 2008**, do Senador Osmar Dias e outros Srs. Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com referência ao **Requerimento nº 20, de 2008**, que solicita a realização de sessão especial em homenagem à memória do Cardeal D. Aloísio Lorscheider, a Presidência o considera atendido, uma vez que foi realizada no dia 13 do corrente sessão conjunta do Congresso Nacional, com esse mesmo objeto.

O Requerimento nº 20, de 2008, vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nº 54, de 2008 (nº 99/2008, na origem), de 10 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008 (nº 2.440/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera os incisos II e III do **caput** do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha, sancionado e transformado na Lei nº 11.643, de 10 de março de 2008;

- Nº 55, de 2008 (nº 100/2008, na origem), de 10 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2006 (nº 162/2003, na Casa de origem), que acrescenta art. 442-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, impedindo a exigência de comprovação de experiência prévia por tempo superior a seis meses, sancionado e transformado na Lei nº 11.644, de 10 de março de 2008;
- Nº 56, de 2008 (nº 101/2008, na origem), de 10 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2005 (nº 433/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, sancionado e transformado na Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008; e
- Nº 57, de 2008 (nº 102/2008, na origem), de 10 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de cem mil habitantes, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.646, de 10 de março de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 252, DE 2008**Retirada de Projeto.**

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2008.

Sala das Sessões, 17 de março de 2008. – **Paulo Paim.**

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno.

O Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2008, vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 253, DE 2008

Na forma regimental e de acordo com as tradições do Senado Federal, requeremos as seguintes homenagens ao Jornalista Villas-Boas Corrêa, pelo transcurso do sexagésimo aniversário de seu profícuo trabalho no jornalismo político:

- a) inserir em ata voto de aplauso;
- b) cientificar a concessão:
 - ao homenageado e seus familiares;
 - aos jornais: **O Dia, Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil;**
 - a Rede Bandeirantes de Televisão.

Sala das Sessões, 17 de março de 2008. – Senador **Marco Maciel.**

REQUERIMENTO Nº 254, DE 2008

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento da Senhora Chiara Lubich, fundadora e presidente do Movimento dos Focolares, ocorrido no dia 14 março de 2008, em sua casa em Rocca di Papa (Itália).

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências:
 - ao Movimento Focolares no Brasil e em Roma
 - a Conferência Nacional de Bispos do Brasil.

Sala das Sessões, 17 de março de 2008. – Senador **Marco Maciel.**

REQUERIMENTO Nº 255, DE 2008

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno da Casa, requeiro voto de aplauso a Ministra do Su-

premo Tribunal Federal, Ellen Gracie Northfleet pelos dois anos de serviços prestados na Presidência deste tribunal, bem como pela fato de ser a primeira mulher a presidir o Supremo Tribunal Federal.

Sala das Sessões, 17 de março de 2008. – Senador **Paulo Paim.**

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nos 191 de 2007, 280 de 2004, 467 de 2007, 167 de 2003 já apensado aos PLS nos 210, de 2003, 323 e 75/2004 e 87/2005, com o PLS nº 132, de 2007, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 17 de março de 2008. – Senador **Romero Jucá.**

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

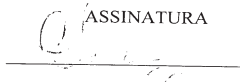
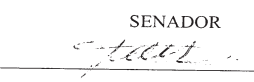
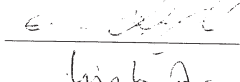
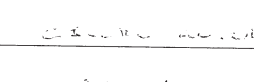
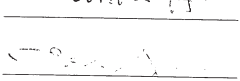
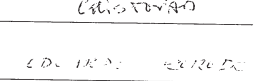
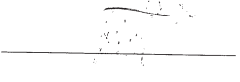
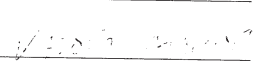


É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 257, DE 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 199 do Regimento Interno, requeremos a realização de Sessão Especial do Senado, destinada a homenagear a Ministra Ellen Gracie Northfleet, Presidenta do Supremo Tribunal Federal.

Sala das Sessões, 17 de março de 2008. – Senador **Paulo Paim.**

ASSINATURA	SENADOR
	
	
	
	
	

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, Projetos de Lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 2008

Dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Combate às Drogas e Entorpecentes, bem como da Semana Nacional de Combate às Drogas e Entorpecentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei institui o Dia Nacional do Combate às Drogas e Entorpecentes.

Art. 2º Fica instituído o dia 26 de junho de cada ano como o Dia Nacional de Combate às Drogas e Entorpecentes.

Art. 3º Fica instituída a Semana Nacional de Combate às Drogas e Entorpecentes, que incluirá a data estabelecida no art. 2º.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Muitos de nossos jovens têm seus sonhos roubados, muitas famílias são destruídas. Lembramos isso porque o dia 26 de junho é o Dia Internacional de Luta contra o Uso e o Tráfico de Drogas. A cada dia infelizmente vemos crianças, adolescentes e adultos, perdendo importantes momentos de suas vidas em função das drogas. Pessoas que perdem seus empregos, sua família e sua dignidade pelo devastador uso das drogas.

Queremos que esse dia se torne um marco para a campanha nacional do combate ao uso de drogas. Uma campanha voltada a todos os tipos de drogas, lícitas e ilícitas, pois elas acabam com o futuro levando, inclusive, à morte. Voltamos a enfatizar que não são somente as drogas ilícitas. Basta lembrarmos quantos são os jovens que morrem vítimas de acidentes de trânsito provocados por pessoas alcoolizadas. Quantas são as pessoas que têm câncer de pulmão e outras doenças provocadas pelo cigarro.

Os Três Poderes e a sociedade organizada devem se unir para realizar uma campanha permanente em defesa da vida e contra as drogas. As razões dessa idéia são em defesa dos milhões de famílias que sofrem com esse problema, pessoas que já não sabem mais o que fazer. Que não sabem como enfrentar a situação. Que não conseguem mais supor-

tar a dor de ver seus filhos no mundo das drogas, ou não conseguem superar a perda de um familiar pela mesma razão.

Há necessidade de uma campanha contínua para alertar a todos, pois acreditamos que a prevenção é o melhor caminho. Sabemos os altos custos de uma idéia assim, por isso deve ser algo que uma Legislativo, Executivo, Judiciário e a sociedade como um todo.

Acreditamos que apenas assim, da base, é que conseguiremos criar um Brasil melhor. Somente assim conseguiremos fazer com que nossos jovens entendam seu verdadeiro valor e elevem sua auto-estima. E, os frutos disso serão vistos por todos nós. Certamente se cada um de nós fizer sua parte, em breve teremos um Brasil melhor para todos.

Sala das Sessões, 17 de março de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 74, DE 2008

Acrescenta art. 1º-A ao regulamento a que se refere o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão de Leiloeiro ao território da República, para dispor que se aplicam as disposições do regulamento aos leilões celebrados por meio da rede mundial de computadores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o art. 1º-A ao regulamento a que se refere o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, com a seguinte redação:

“Art. 1º-A Aplica-se o disposto neste regulamento aos leilões celebrados por meio da rede mundial de computadores.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Leilão tecnicamente significa venda pública que se realiza sob pregões a quem oferecer o maior preço. Atualmente, o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão de Leiloeiro ao território da República, disciplina detalhadamente que a atividade do leiloeiro consiste na oferta pública de coisas entregues pelo dono (comitente) com o objetivo de aliená-las. Para exercer a profissão, o interessado deve matricular-se na junta comercial do estado em que for domiciliado e está condicionado à prestação de fiança e compromisso. A junta comercial é o órgão responsável pela

fiscalização da profissão. A atividade de leiloeiro está sujeita a diversas exigências legais que variam desde a manutenção de livros, a prestação de contas, bem como a penalidades (multa, suspensão), alcançando inclusive restrições como exercer atividade empresarial e adquirir para si ou pessoas de sua família bens que lhe foram confiados à venda. Não havendo estipulação prévia, a taxa de comissão dos leiloeiros é de cinco por cento sobre o valor dos bens móveis e de três por cento sobre o valor dos bens imóveis.

A dinâmica do leilão consiste na oferta de lances pelos interessados, pessoas maiores e capazes que participam do leilão pessoalmente ou por intermédio de mandatário. O vencedor do leilão, isto é, aquele que oferecer o melhor preço, é denominado arrematante e se torna apto a celebrar um contrato de compra e venda com o comitente, na qualidade de comprador da coisa leiloada.

Ao lado dos tradicionais leilões reais, realizados na presença dos interessados em determinado local, os leiloeiros passaram a utilizar a rede mundial de computadores para promoverem os chamados leilões online. Cite-se, como exemplo, o leilão online de passagens aéreas da empresa Gol Transportes Aéreos S/A. Tais leilões são realizados sob a responsabilidade do Sr. Ronaldo Milan, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Leilão virtual, realizado por meio da rede mundial de computadores, sem a intermediação de leiloeiro, não é amparado pelo Decreto nº 21.981, de 1932. No endereço eletrônico www.ebay.com na internet encontra-se disponível o site de leilão norte-americano “ebay.com”, o maior e mais antigo site de leilão. No Brasil, há um grande site que utiliza o leilão virtual para a compra e venda dos mais variados bens: www.mercadolivre.com.br. A atividade de leilão virtual pertence à seara do comércio eletrônico. O objetivo do presente projeto é incluir no âmbito de aplicação do citado decreto os leilões virtuais, de forma a garantir maior segurança aos usuários do serviço.

Outra iniciativa importante que garantirá segurança aos usuários é a regulamentação do comércio eletrônico em geral, recentemente aprovada nesta Casa (Projeto de Lei do Senado nº 672, de 1999, de autoria do então Senador Lúcio Alcântara). O projeto é constituído de 26 artigos e foi encaminhado à Câmara dos Deputados em 21 de junho de 2001, após ter sido examinado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e anteriormente pela Comissão de Educação.

Na Câmara dos Deputados, o projeto recebeu o nº 4.906, de 2001, e foram apensados a este os Pro-

jetos de Lei (PL) nº 1.483, de 1999; nº 1.589, de 1999; nº 6.965, de 2002; e nº 7.093, de 2002. A Comissão Especial criada para examinar os projetos aprovou o Substitutivo apresentado pelo Relator, Deputado Julio Semeghini. Entre as alterações sugeridas pelo substitutivo, está o acréscimo de vinte e quatro artigos ao projeto original. Além disso, foi incluído no projeto um capítulo específico para tratar da proteção e defesa do consumidor no âmbito do comércio eletrônico. Prevê-se expressamente que se aplicam ao comércio eletrônico as normas vigentes no País de defesa e proteção do consumidor.

No projeto, são definidos ainda importantes conceitos, necessários à regulamentação das atividades comerciais realizadas no ambiente virtual, tais como: o reconhecimento jurídico de mensagens eletrônicas; a exigência de conservação das mensagens eletrônicas; além do tempo e do lugar do despacho e recebimento das mensagens (oferta e aceitação da proposta). A aprovação do projeto de regulamentação do comércio eletrônico, do qual faz parte o leilão virtual, a nosso ver, abrangerá tecnicamente as relações jurídicas surgidas no âmbito dos leilões virtuais, complementando a nossa iniciativa com a apresentação do presente projeto.

Atualmente, o diploma legal que regula a realização de transações eletrônicas seguras é a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, editada com o objetivo de garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica dos documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais. Para isso, a MPV 2.200-2, de 2001, instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

A MPV nº 2.200-2, de 2001 (que segue vigorando em virtude do que determina o art. 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 2001) dispõe que os documentos eletrônicos certificados digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da ICP-Brasil são considerados documentos válidos, públicos ou privados conforme sua natureza, para todos os fins legais (art. 10).

A medida provisória estabelece, ainda, que as declarações constantes dos documentos em forma eletrônica, produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, presumem-se verdadeiras em relação aos signatários, na forma do art. 131 do Código Civil então vigente.

Diante de todo o exposto, contamos com o apoio dos dignos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 17 de março de 2008. – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 21.981,
DE 19 DE OUTUBRO DE 1932

Regula a profissão de Leiloeiro ao território da República.

O chefe do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, na conformidade do art. 1º do Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, decreta:

Artigo único. Fica aprovado o regulamento da profissão de leiloeiro no território da República, que a este acompanha e vai assinado pelo Ministro do Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1932, 111º da Independência e 44º da República. – **GETULIO VARGAS – Joaquim Pedro Salgado Filho – Oswaldo Aranha.**

Este texto não substitui o publicado na CLB de 1932, vol 4, pág. 271.

**REGULAMENTO A QUE SE REFERE O
DECRETO Nº 21.981, DE 19 DE OUTUBRO DE 1932**

**CAPÍTULO I
Dos Leiloeiros**

Art. 1º A profissão de leiloeiro será exercida mediante matrícula concedida pelas juntas comerciais, do Distrito Federal, dos Estados e Território do Acre, de acordo com as disposições deste regulamento.

Art. 2º Para ser leiloeiro, é necessário provar:

a) ser cidadão brasileiro e estar no gozo dos direitos civis e políticos;

b) ser maior de vinte e cinco anos;

c) ser domiciliado no lugar em que pretenda exercer a profissão, há mais de cinco anos;

d) ter idoneidade, comprovada com apresentação de caderneta de identidade e de certidões negativas dos distribuidores, no Distrito Federal, da Justiça Federal e das Varas Criminais da Justiça local, ou de folhas corridas, passadas pelos cartórios dessas mesmas Justças, e, nos estados e no Território do Acre, pelos Cartórios da Justiça Federal e Local do distrito em que o candidato tiver o seu domicílio.

Apresentará, também, o candidato, certidão negativa de ações ou execuções movidas contra ele no foro civil federal e local, correspondente ao seu domicílio e relativo ao último quinquênio.

Art. 3º Não podem ser leiloeiros:

a) os que não podem ser comerciantes;

b) os que tiverem sido destituídos anteriormente dessa profissão, salvo se o houverem sido a pedido;

c) os falidos não reabilitados e os reabilitados, quando a falência tiver sido qualificada como culposa ou fraudulenta.

Art. 4º Os leiloeiros serão nomeados pelas juntas comerciais, de conformidade com as condições prescritas por este regulamento no art. 2º, e suas alíneas.

Art. 5º Haverá, no Distrito Federal, 20 leiloeiros e, em cada estado e no Território do Acre, o número que for fixado pelas respectivas juntas comerciais.

Art. 6º Cada leiloeiro é obrigado, após a habilitação, perante às juntas comerciais e mediante despacho destas, a prestar a fiança de 40:000\$0, em dinheiro ou apólices da dívida pública federal, que será recolhida, no Distrito Federal, ao Tesouro Nacional e, nos estados e no Território do Acre, às delegacias fiscais, alfândegas ou coletorias federais.

§ 1º A fiança em apólices nominativas será prestada com o relacionamento desses títulos na caixa de amortização, ou nas repartições federais competentes para recebê-la, dos estados e no Território do Acre, mediante averbações que as conservem intransferíveis, até que possam ser levantadas legalmente, cabendo aos seus proprietários a percepção dos respectivos juros.

§ 2º Quando se oferecem como fiança depósitos feitos nas Caixas Econômicas, serão as respectivas cadernetas caucionadas na forma do parágrafo anterior, percebendo igualmente os seus proprietários os juros nos limites arbitrados por aqueles institutos.

§ 3º A caução da fiança em qualquer das espécies admitidas, a, bem assim o seu levantamento, serão efetuados sempre à requisição da junta comercial perante a qual se tiver processado a habilitação do leiloeiro.

Art. 7º A fiança responde pelas dívidas ou responsabilidades do leiloeiro, originadas por multas, infrações de disposições fiscais, impostos federais e estaduais relativos à profissão, saldos e produtos de leilões ou sinais que ele tenha recebido e pelas vendas efetuadas de bens de qualquer natureza, e subsistirá até 120 dias, após haver deixado o exercício da profissão, por exoneração voluntária, destituição ou falecimento.

§ 1º Verificada a vaga do cargo de leiloeiro em qualquer desses casos, a respectiva junta comercial, durante 120 dias, tornará pública a ocorrência por edital repetido no mínimo uma vez por semana, convidando os interessados a apresentarem suas reclamações dentro desse prazo.

§ 2º Somente depois de satisfeitas por dedução do valor da fiança, todas as dívidas e responsabilidades de que trata este artigo, será entregue a quem de direito o saldo porventura restante.

§ 3º Findo o prazo mencionado no § 1º, não se apurando qualquer alcance por dívidas oriundas da profissão, ou não tendo havido reclamação alguma, fundada na falta de liquidação definitiva de atos praticados pelo leiloeiro no exercício de suas funções, expedirá a junta, certidão de quitação com que ficará exonerada e livre a fiança, para o seu levantamento.

Art. 8º O leiloeiro só poderá entrar no exercício da profissão, depois de aprovada a fiança oferecida e de ter assinado o respectivo compromisso perante a junta comercial.

Art. 9º Os leiloeiros são obrigados a registrar nas juntas comerciais, dentro de 15 dias após a cobrança, os documentos comprobatórios do pagamento dos impostos federais e estaduais relativos a sua profissão, sob pena de suspensão, de que não haverá recurso.

Parágrafo único. Se decorridos seis meses, o leiloeiro ainda não tiver cumprido a disposição deste artigo, será destituído do cargo, afixando-se na porta de seu estabelecimento a folha do órgão oficial em que houver sido publicado o edital respectivo.

Art. 10. Os leiloeiros não poderão vender em leilão, estabelecimentos comerciais ou industriais sem que provem terem os respectivos vendedores, quitação do imposto de indústrias e profissões relativo ao exercício vencido ou corrente, sob pena de ficarem os mesmos leiloeiros responsáveis pela dívida existente. Ficam isentos desta obrigação quando se tratar de leilões judiciais ou de massas falidas.

Art. 11. O leiloeiro exercerá pessoalmente suas funções, não podendo delegá-las, senão por moléstia ou impedimento ocasional em seu preposto.

Art. 12. O preposto indicado pelo leiloeiro prestará as mesmas provas de habilitação exigidas no art. 2º, sendo considerado mandatário legal do proponente para o efeito de substituí-lo e de praticar, sob a sua responsabilidade, os atos que lhe forem inerentes. Não poderá, entretanto, funcionar juntamente com o leiloeiro, sob pena de destituição e tornar-se o leiloeiro incurso na multa de 2:000\$0.

Parágrafo único. A destituição dos prepostos poderá ser dada mediante simples comunicação dos leiloeiros às juntas comerciais, acompanhada da indicação do respectivo substituto.

Art. 13. Quando o leiloeiro não tiver preposto habilitado, poderá, nos leilões já anunciados, ser substituído por outro leiloeiro de sua escolha, mediante prévia comunicação à junta comercial, ou adiar os respectivos pregões, se, em qualquer dos casos, nisso convierem os comitentes por declaração escrita, que será conservada pelo leiloeiro no seu próprio arquivo.

Parágrafo único. Os leilões efetuados com desrespeito deste artigo serão nulos, sujeitando-se o leiloeiro à satisfação de perdas e danos, que lhe for exigida pelos prejudicados.

Art. 14. Os leiloeiros, ou os prepostos, são obrigados a exhibir ao iniciar os leilões, quando isso lhes for exigido, a prova de se acharem no exercício de suas funções, apresentando a carteira de identidade a que se refere o art. 2º, alínea **d**, ou o seu título de nomeação, sob as mesmas penas cominadas no parágrafo único do artigo precedente.

Art. 15. Os leiloeiros não poderão fazer novação com as dívidas provenientes do saldo dos leilões, convertendo-as em promissórias ou quaisquer outros títulos e responderão como fiéis depositários para com seus comitentes, sob as penas da lei.

Parágrafo único. Verificada a infração deste artigo, diante de denúncia cuja procedência as juntas comerciais apurarão em processo, será multado o leiloeiro, em quantia correspondente à quarta parte da fiança, com os mesmos efeitos do art. 9º.

CAPÍTULO II

Das Penalidades Aplicáveis aos Leiloeiros

Art. 16. São competentes para suspender, destituir e multar os leiloeiros, nos casos em que estas penas são aplicáveis:

a) as juntas comerciais, com recurso para o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, no prazo de 10 dias, nos casos de suspensão, imposição de multas e destituição, com efeito devolutivo, quando não se tratar dos casos do art. 9º e seu parágrafo,

b) as justiças ordinárias, nos casos de mora e falta de pagamento, nas ações intentadas contra os leiloeiros segundo as disposições deste regulamento.

Parágrafo único. A condenação em perdas e danos só pode ser levada a efeito pelos meios ordinários.

Art. 17. As Juntas Comerciais cabe impor penas:

a) ex-offício;

b) por denúncia dos prejudicados.

§ 1º Todos os atos de cominação de penas aos leiloeiros e seus prepostos far-se-ão públicos por edital.

§ 2º A imposição da pena de multa, depois de confirmada pela decisão do recurso, se o houver, importa concomitantemente na suspensão dos leiloeiros até que satisfaçam o pagamento das respectivas importâncias.

§ 3º Suspenso o leiloeiro, também o estará, tacitamente o seu preposto.

Art. 18. Os processos administrativos contra os leiloeiros obedecerão às seguintes normas:

a) havendo denúncia de irregularidades praticadas por qualquer leiloeiro, falta de exação no cumprimento dos seus deveres ou infração a disposições deste regulamento, dará a respectiva junta comercial início ao processo, juntando à denúncia os documentos recebidos, com o parecer do diretor ou de quem suas vezes fizer, relativamente aos fatos arguidos, e intimará a leiloeiro a apresentar defesa, com vista do processo na própria Junta, pelo Prazo de cinco dias, que poderá ser prorrogado, a requerimento do interessado, por igual tempo, mediante termo que lhe for deferido;

b) vencido o prazo e a prorrogação, se a houver, sem que o acusado apresente defesa, será o processo julgado à revelia, de conformidade com a documentação existente;

c) apresentada defesa, o diretor ou quem suas vezes fizer, juntando-a ao processo, fará este conclusivo à Junta, acompanhado o de relatório, para o julgamento;

d) as decisões das Juntas, que cominarem penalidades aos leiloeiros, serão sempre fundamentadas.

CAPÍTULO III

Das Funções dos Leiloeiros

Art. 19. Compete aos leiloeiros, pessoal e privativamente, a venda em hasta pública ou público pregão, dentro de suas próprias casas ou fará delas, de tudo que, por autorização de seus donos por alvará judicial, forem encarregados, tais como imóveis, móveis, mercadorias, utensílios, semoventes e mais efeitos, e a de bens moveis e imóveis pertencentes às massas falidas, liquidações judiciais, penhores de qualquer natureza, inclusive de jóias e warrants de armazens gerais, e o mais que a lei mande, com fé de oficiais públicos.

Parágrafo único. Excetuam-se destas disposições as vendas de bens imóveis nas arrematações por execução de sentenças, as dos mesmos bens pertencentes a menores sob tutela e interditos, após a partilha, dos que estejam gravados por disposições testamentárias, dos títulos da dívida pública federal, municipais ou estadual e dos que estiverem excluídos por disposição legal.

Art. 20. Os leiloeiros não poderão vender em leilão, em suas casas a fora delas, quaisquer efeitos senão mediante autorização por carta ou relação, em que o comitente os especifique, declarando as ordens ou instruções que julgar convenientes e fixando, se assim o entender, o mínimo dos preços pelos quais os mesmos efeitos deverão ser negociados, sob pena de multa na importância correspondente à quinta parte da fiança e, pela reincidência, na de destituição.

Art. 21. Os leiloeiros são obrigados a acusar o recebimento das mercadorias móveis e de tudo que

lhes for confiado para venda e constar na carta ou relação a que se refere o artigo precedente, dando para o efeito de indenizações, no caso de incêndio, quebras ou extravios, e na hipótese do comitente haver omitido os respectivos valores a avaliação que julgar razoável, mediante comunicação que deverá ser entregue pelo protocolo ou por meio de carta registrada.

Parágrafo único. Quando o comitente não concordar com a avaliação feita como limite provável para a venda em leilão, deverá retirar os objetos, dentro de oito dias após a respectiva comunicação, sob pena de serem vendidos pelo maior preço alcançado, sem direito à reclamação.

Art. 22. Os leiloeiros, quando exercem o seu ofício dentro de suas casas e fora delas, não se achando presentes os donos dos efeitos que tiverem de ser vendidos, serão reputados verdadeiros consignatários ou mandatários, competindo-lhes nesta qualidade:

a) cumprir fielmente as instruções que receberem dos comitentes;

b) zelar pela boa guarda e conservação dos efeitos consignados e de que são responsáveis, salvo caso fortuito ou de força maior, ou de provir a deterioração de vício inerente à, natureza da causa;

c) avisar as comitentes, com a possível brevidade, de qualquer dano que sofrerem os efeitos em seu poder, e verificar, em forma legal a verdadeira origem do dano devendo praticar iguais diligências todas as vezes que, ao receber os efeitos, notarem avaria, diminuição ou estado diverso daquele que constar das guias de remessa, sob pena de responderem, para com as comitentes, pelos mesmos efeitos nos termos designados nessas guias, sem que se lhes admita outra defesa que não seja a prova de terem praticado tais diligências;

d) declarar, ao aviso e conta que remeterem ao comitente nos casos de vendas a pagamento, o nome e domicílio dos compradores e os prazos estipuladores; presumindo-se a venda efetuada a dinheiro de contado, sem admissão de prova em contrário, quando não fizerem tais declarações;

e) responder, perante os respectivos donos, seus comitentes, pela perda ou extravio de fundos em dinheiro, metais ou pedras preciosas, existentes em seu poder, ainda mesmo que o dano provenha de caso fortuito ou de força maior, salvo a prova de que na sua guarda empregaram a diligência que em casos semelhantes empregam os comerciantes acautelados, e bem assim pelos riscos sobrevenientes na devolução de fundos em seu poder para as mãos dos comitentes, se desviarem das ordens e instruções recebidas por escrito, ou, na ausência delas, dos meios usados no lugar da remessa;

f) exigir dos comitentes uma comissão pelo seu trabalho, de conformidade com o que dispõe este regulamento, e a indenização da importância despendida no desempenho de suas funções, acrescida dos grupos legais, pelo tempo que demorar o seu reembolso, e, quando os efeitos a ser vendidos ficarem em depósito litigioso, por determinação judicial, as comissões devidas e o aluguel da parte do armazem que os mesmos ocuparem, calculado na proporção da área geral e do preço de aluguel pago por esse armazem.

Art. 23. Antes de começarem o ato do leilão, os leiloeiros farão conhecidas as condições da venda, a forma do pagamento e da entrega dos objetos que vão ser apregoados, o estado e qualidade desses objetos, principalmente quando, pela simples intuição, não puderem ser conhecidos facilmente, e bem assim o seu peso, medida ou quantidade, quando o respectivo valor estiver adstrito a essas indicações, sob pena de incorrerem na responsabilidade que no caso couber por fraude, dolo, simulação ou omissão culposa.

Art. 24. A taxa da comissão dos leiloeiros será regulada por convenção escrita que estabelecerem com os comitentes, sobre todos ou alguns dos efeitos a vender. Não havendo estipulação prévia, regulará a taxa de cinco por cento sobre moveis, semoventes, mercadorias, jóias e outros efeitos e a de três por cento sobre bens imóveis de qualquer natureza.

Parágrafo único. Os compradores pagarão obrigatoriamente cinco por cento sobre quaisquer bens arrematados.

Art. 25. O comitente, no ato de contratar o leilão, dará por escrito uma declaração assinada do máximo das despesas que autoriza a fazer com publicações, carretos e outras que se tornarem indispensáveis, não podendo o leiloeiro reclamar a indenização de maior quantia porventura despendida sob esse título.

Art. 26. Os leiloeiros não poderão vender a crédito ou a prazo, sem autorização por escrito dos comitentes.

Art. 27. A conta de venda dos leilões será fornecida até cinco dias uteis depois da realização dos respectivos pregões, da entrega dos objetos vendidos ou assinatura da escritura de venda, e o seu pagamento efetuado no decurso dos cinco dias seguintes:

§ 1º As contas de venda, devidamente autenticadas pelos leiloeiros, demonstrarão os preços alcançados nos pregões de cada lote e serão entregues aos comitentes mediante remessa pelo protocolo ou por meio de carta registada.

§ 2º Devem as contas de venda conferir com os livros e assentamentos do leiloeiro, sob pena de incorrerem nas sanções deste regulamento.

§ 3º Se o comitente não procurar receber a importância do seu crédito, proveniente da conta de venda recebido, vencido o prazo de que trata este artigo, o leiloeiro depositá-la-á na Caixa Econômica ou agência do Banco do Brasil, em nome de seu possuidor, salvo se a soma respectiva não atingir a 500\$000, ou tiver ordem, por escrito, do comitente para não fazer o depósito.

§ 4º Havendo mora por parte do leiloeiro, poderá o credor, exibindo a respectiva conta de venda, requerer ao juízo competente a intimação dele, para pagar dentro de 24 horas, em cartório, o produto do leilão, sem dedução da comissão que lhe cabia, sob pena de prisão, como depositário remisso, até que realize o pagamento.

Art. 28. Nos leilões judiciais, de massas falidas e de liquidações, os leiloeiros são obrigados a por à disposição do juízo competente, ou representantes legais, as importâncias dos respectivos produtos, dentro dos prazos estabelecidos no artigo precedente.

Art. 29. A falência do leiloeiro será sempre fraudulenta, como depositário de bens que lhe são entregues para a venda em leilão.

Art. 30. São nulas as fianças, bem como os endossos e avais dados pelos leiloeiros.

Art. 31. São livros obrigatórios do leiloeiro:

Diário de entrada, destinado à escrituração diária de todas as mercadorias, móveis, objetos e mais efeitos remetidos para venda em leilão no armazém, escriturado em ordem cronológica, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, de acordo com a relação a que se refere o art. 20.

Diário de saída, destinado à escrituração das mercadorias efetivamente vendidas ou saídas do armazem com a menção da data do leilão, nomes dos vendedores e compradores, preços obtidos por lotes e o total das vendas de cada leilão, extraído do Diário de leilões.

Contas correntes, destinado aos lançamentos de todos os produtos líquidos apurados para cada comitente, de acordo com as contas de que trata o § 1º do art. 27, e dos sinais recebidos pelas vendas de Imóveis.

Parágrafo único. O balanço entre os livros – Diário de entrada a Diário de saída – determinará a existência dos efeitos conservados no armazém do leiloeiro.

Art. 32. Além dos livros exigidos no artigo precedente, os leiloeiros terão mais os seguintes, legalizados nas juntas comerciais, mas isentos de selo, por serem de mera fiscalização.

I. Protocolo, para registrar as entregas das contas de venda e das cartas a que se referem, respectivamente, os artigos 20 e 21.

II. Diário de Leilões, que poderá desdobrar-se em mais de um livro para atender as necessidades do movimento da respectiva agência e onde serão escriturados a tinta, sem emendas ou rasuras que possam levantar dúvidas, todos os leilões que realizar o leiloeiro, com catálogo ou sem ele, inclusive os do armazem, observada na sua escrituração as mesmas normas que se observam na do Diário de saída, com a indicação da data de leilão, nome de quem o autorizou, números dos lotes, nomes dos compradores, prego de venda de cada lote, e a soma total do produto bruto do leilão, devendo a escrituração desse livro conferir exatamente com a descrição dos lotes e os preços declarados na conta de venda fornecida ao comitente.

III. Livro talão, de cópia carbônica, para extração das faturas destinadas aos arrematantes de lotes, com indicação do nome por inteiro de cada um e seu endereço.

Art. 33. Todos os livros do leiloeiro terão número de ordem, inclusive o Livro-talão que não poderá ser emendado ou raspado e servirá para conferência ou esclarecimento de dúvidas, entre leiloeiros e comitentes.

§ 1º A exibição em juízo dos Livros-talões não poderá ser recusada, quando exigida por autoridade competente para dirimir questões suscitadas entre leiloeiros e comitente, incorrendo na pena de suspensão, por tempo indeterminado, aplicável pela autoridade de deprecante, e por fim na de destituição, o que não cumprir o mandado recebido.

§ 2º Poderão as juntas comerciais determinar, sempre que julgarem conveniente, o exame nos livros dos leiloeiros pelo diretor ou por seu substituto, afim de se verificar se os mesmos livros estão devidamente escriturados e preenchem as condições prescritas neste regulamento, ordenando as correções que se tornarem necessárias e punindo os seus possuidores quando as faltas ou irregularidades encontradas exijam a aplicação de qualquer das medidas atribuídas à sua competência.

§ 3º Quando tiver de encerrar qualquer dos seus livros, o leiloeiro, para poder arquivá-lo ou substituí-lo, o levará, à Junta Comercial a que estiver subordinado para o respectivo encerramento.

Art. 34. Quando os produtos líquidos das contas de venda tiverem de ser depositados de acordo com o art. 37, § 3º, ou por determinação judicial, o selo proporcional será colado nas mesmas contas e inutilizado pelo próprio leiloeiro, que deverá entregar a segunda via ao comitente, juntamente com a cadereta do depósito.

Art. 35. As certidões ou contas que os leiloeiros extraírem de seus livros, quando estes se revestirem

das formalidades legais, relativamente à venda de mercadorias ou de outros quaisquer afeitos que pela lei são levados a leilão, tem fé pública.

Art. 36. É proibido ao leiloeiro:

1. sob pena de destituição:

1º, exercer o comércio direta ou indiretamente no seu ou alheio nome;

2º, constituir sociedade de qualquer espécie ou denominação;

3º, encarregar-se de cobranças ou pagamentos comerciais;

I. sob pena de multa de 2:000\$000;

Adquirir para si, ou para pessoas de Sua família, coisa de cuja venda tenha sido incumbido, ainda que a pretexto de destinar-se a seu consumo particular.

Parágrafo único. Não poderão igualmente os leiloeiros, sob pena de nulidade de todos os seus atos, exercer a profissão aos domingos e dias feriados nacionais, estaduais ou municipais, delegar a terceiros os pregões, nem realizar mais de dois leilões no mesmo dia em locais muito distantes entre si, a não ser que se trate de imóveis juntos ou de prédios e moveis existentes no mesmo prédio, considerando-se, nestes casos, como de um só leilão os respectivos pregões.

Art. 37. Quando o leiloeiro precisar ausentar-se do exercício do cargo para tratamento de saúde, requererá licença às juntas comerciais, juntando atestado médico e indicando preposto, ou declarando, no requerimento, desde que data entrou em exercício esse seu substituto legal, se o tiver.

Parágrafo único. O afastamento do leiloeiro do exercício da profissão, por qualquer outro motivo, será sempre justificado.

Art. 38. Nenhum leilão poderá ser realizado sem que haja, pelo menos, três publicações no mesmo jornal, devendo a última ser bem pormenorizada, sob pena de multa de 2:000\$0.

Parágrafo único. Todos os anúncios de leilões deverão ser claros nas descrições dos respectivos efeitos, principalmente quando se tratar de bens imóveis ou de objetos que se caracterizem pelos nomes dos autores e fabricantes, tipos e números, sob pena de nulidade e de responsabilidade do leiloeiro.

Art. 39. Aceitos os lances sem condições nem reservas, os arrematantes ficam obrigados a entrar com um sinal ou caução que o leiloeiro tem o direito de exigir no ato da compra, a pagar os preços e a receber a coisa vendida. Se não se realizar o pagamento no prazo marcado, o leiloeiro ou o proprietário da coisa vendida terá a opção para rescindir a venda, perdendo neste caso o arrematante o sinal dado, do qual serão descontadas pelo leiloeiro a sua comissão e as despesas que houver feito, entregando a saldo a seu dono,

dentro de 10 dias, – ou para demandar o arrematante pelo preço com os juros de mora, por ação executiva, instruída com certidão do leiloeiro em que se declare não ter sido completado o preço da arrematação no prazo marcado no ato do leilão.

Art. 40. O contrato que se estabelece entre o leiloeiro e a pessoa, ou autoridade judicial, que autorizar a sua intervenção ou efetuar a sua nomeação para realizar leilões, é de mandato ou comissão e dá ao leiloeiro o direito de cobrar judicialmente e sua comissão e as quantias que tiver desembolsado com anúncios, guarda e conservação do que lhe for entregue para vender, instruindo a ação com os documentos comprobatórios dos pagamentos que houver efetuado, por conta dos comitentes e podendo reter em seu poder algum objeto, que pertença ao devedor, até o seu efetivo embolso.

Art. 41. As Juntas Comerciais, dentro do menor prazo possível, organizarão a lista dos leiloeiros, classificados por antiguidade, com as anotações que julgarem indispensáveis, e mandarão publicá-la.

Parágrafo único. As autoridades judiciais ou administrativas poderão requisitar as informações que desejarem a respeito de qualquer leiloeiro, assim como a escala de classificação a que se refere este artigo, devendo ser as respectivas respostas fornecidas rapidamente e sob a responsabilidade funcional de quem as formular, quanto à sua veracidade.

Art. 42. Nas vendas de bens moveis ou imóveis pertencentes à União e aos Estados e municípios, os leiloeiros funcionarão por distribuição rigorosa de escala de antiguidade, a começar pelo mais antigo.

§ 1º O leiloeiro que for designado para realizar os leilões de que trata este artigo, verificando, em face da escala, que não lhe toca a vez de efetuar-los, indicará à repartição ou autoridade que o tiver designado àquele a quem deve caber a designação, sob pena de perder, em favor do prejudicado, a comissão proveniente da venda efetuada.

§ 2º Nas vendas acima referidas os leiloeiros cobrarão somente dos compradores a comissão estabelecida no parágrafo único do artigo 24, correndo as despesas de anúncios, reclamos e propaganda dos leilões por conta da parte vendedora.

§ 3º O leiloeiro que infringir as disposições deste regulamento ou que tiver sido suspenso, ainda que uma só vez, ficará excluído de escala das vendas de que trata este artigo, pelo espaço de um ano.

Art. 43. Nas vendas judiciais, de bens de massas falidas e de propriedades particulares, os leiloeiros serão da exclusiva escolha e confiança dos interessados, síndicos, liquidatários ou comitentes, aos quais prestarão contas de acordo com as disposições legais.

CAPÍTULO IV

Disposições Gerais

Art. 44. As Juntas Comerciais publicarão em edital afixado à porta das suas sedes e insertos no Diário Oficial, ou, onde não houver órgão oficial, em jornal de maior circulação, durante o mês de março de cada ano, a lista dos leiloeiros matriculados, com a data das respectivas nomeações, para a escala de que trata o art. 41, podendo as repartições públicas requisitá-las a qualquer tempo para execução do disposto no art. 42.

Art. 45. Somente para fins beneficentes, quando não haja remuneração de qualquer espécie, será permitido o pregão por estranhos à classe dos leiloeiros.

Parágrafo único. Excetuam-se dessa restrição os casos de venda de mercadorias apreendidas como contrabando, ou abandonadas nas alfândegas, repartições públicas e estradas de ferro, nos termos da Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas, e do decreto nº 5.573, de 14 de novembro de 1928.

Art. 46. No preenchimento das vagas de leiloeiro que se forem dando, terão preferência os respectivos prepostos, quando, requererem a sua nomeação dentro do prazo de 60 dias após a notificação da vaga perante as juntas comerciais.

Art. 47. Os atuais leiloeiros darão cumprimento as disposições deste regulamento dentro dos prazos, respectivamente, de 90 dias no Distrito Federal e Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e de 180 dias nos demais estados e Território do Acre, sob pena de suspensão, incorrendo na destituição aqueles que não o fizerem após 30 dias além de cada um dos referidos prazos.

Art. 48. Todas as atribuições conferidas às Juntas Comerciais, por este regulamento, serão exercidas, onde elas não existirem, pela autoridade que as deva substituir, de acordo com a legislação vigente.

Art. 49. Este regulamento entrará em execução na data de sua publicação.

Art. 50. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio, 19 de outubro de 1932. – **Joaquim Pedro Salgado Filho.**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.200-2,
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Art. 2º A ICP-Brasil, cuja organização será definida em regulamento, será composta por uma autoridade gestora de políticas e pela cadeia de autoridades certificadoras composta pela Autoridade Certificadora Raiz – AC Raiz, pelas Autoridades Certificadoras – AC e pelas Autoridades de Registro – AR.

Art. 3º A função de autoridade gestora de políticas será exercida pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, vinculado à Casa Civil da Presidência da República e composto por cinco representantes da sociedade civil, integrantes de setores interessados, designados pelo Presidente da República, e um representante de cada um dos seguintes órgãos, indicados por seus titulares:

I – Ministério da Justiça;

II – Ministério da Fazenda;

III – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

IV – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

V – Ministério da Ciência e Tecnologia;

VI – Casa Civil da Presidência da República; e

VII – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

§ 1º A coordenação do Comitê Gestor da ICP-Brasil será exercida pelo representante da Casa Civil da Presidência da República.

§ 2º Os representantes da sociedade civil serão designados para períodos de dois anos, permitida a recondução.

§ 3º A participação no Comitê Gestor da ICP-Brasil é de relevante interesse público e não será remunerada.

§ 4º O Comitê Gestor da ICP-Brasil terá uma Secretaria-Executiva, na forma do regulamento.

Art. 4º Compete ao Comitê Gestor da ICP-Brasil:

I – adotar as medidas necessárias e coordenar a implantação e o funcionamento da ICP-Brasil;

II – estabelecer a política, os critérios e as normas técnicas para o credenciamento das AC, das AR e dos demais prestadores de serviço de suporte à ICP-Brasil, em todos os níveis da cadeia de certificação;

III – estabelecer a política de certificação e as regras operacionais da AC Raiz;

IV – homologar, auditar e fiscalizar a AC Raiz e os seus prestadores de serviço;

V – estabelecer diretrizes e normas técnicas para a formulação de políticas de certificados e regras operacionais das AC e das AR e definir níveis da cadeia de certificação;

VI – aprovar políticas de certificados, práticas de certificação e regras operacionais, credenciar e autorizar o funcionamento das AC e das AR, bem como autorizar a AC Raiz a emitir o correspondente certificado;

VII – identificar e avaliar as políticas de ICP externas, negociar e aprovar acordos de certificação bilateral, de certificação cruzada, regras de interoperabilidade e outras formas de cooperação internacional, certificar, quando for o caso, sua compatibilidade com a ICP-Brasil, observado o disposto em tratados, acordos ou atos internacionais; e

VIII – atualizar, ajustar e revisar os procedimentos e as práticas estabelecidas para a ICP-Brasil, garantir sua compatibilidade e promover a atualização tecnológica do sistema e a sua conformidade com as políticas de segurança.

Parágrafo único. O Comitê Gestor poderá delegar atribuições à AC Raiz.

Art. 5º À AC Raiz, primeira autoridade da cadeia de certificação, executora das Políticas de Certificados e normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, compete emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados das AC de nível imediatamente subsequente ao seu, gerenciar a lista de certificados emitidos, revogados e vencidos, e executar atividades de fiscalização e auditoria das AC e das AR e dos prestadores de serviço habilitados na ICP, em conformidade com as diretrizes e normas técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, e exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pela autoridade gestora de políticas.

Parágrafo único. É vedado à AC Raiz emitir certificados para o usuário final.

Art. 6º Às AC, entidades credenciadas a emitir certificados digitais vinculando pares de chaves criptográficas ao respectivo titular, compete emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados, bem como colocar à disposição dos usuários listas de certificados revogados e outras informações pertinentes e manter registro de suas operações.

Parágrafo único. O par de chaves criptográficas será gerado sempre pelo próprio titular e sua chave privada de assinatura será de seu exclusivo controle, uso e conhecimento.

Art. 7º Às AR, entidades operacionalmente vinculadas a determinada AC, compete identificar e ca-

dastrar usuários na presença destes, encaminhar solicitações de certificados às AC e manter registros de suas operações.

Art. 8º Observados os critérios a serem estabelecidos pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, poderão ser credenciados como AC e AR os órgãos e as entidades públicos e as pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 9º É vedado a qualquer AC certificar nível diverso do imediatamente subsequente ao seu, exceto nos casos de acordos de certificação lateral ou cruzada, previamente aprovados pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil.

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 – Código Civil.

§ 2º O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Art. 11. A utilização de documento eletrônico para fins tributários atenderá, ainda, ao disposto no art. 100 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Art. 12. Fica transformado em autarquia federal, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, com sede e foro no Distrito Federal.

Art. 13. O ITI é a Autoridade Certificadora Raiz da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.

Art. 14. No exercício de suas atribuições, o ITI desempenhará atividade de fiscalização, podendo ainda aplicar sanções e penalidades, na forma da lei.

Art. 15. Integrarão a estrutura básica do ITI uma Presidência, uma Diretoria de Tecnologia da Informação, uma Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas e uma Procuradoria-Geral.

Parágrafo único. A Diretoria de Tecnologia da Informação poderá ser estabelecida na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo.

Art. 16. Para a consecução dos seus objetivos, o ITI poderá, na forma da lei, contratar serviços de terceiros.

§ 1º O Diretor-Presidente do ITI poderá requisitar, para ter exercício exclusivo na Diretoria de Infra-Estru-

tura de Chaves Públicas, por período não superior a um ano, servidores, civis ou militares, e empregados de órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal direta ou indireta, quaisquer que sejam as funções a serem exercidas.

§ 2º Aos requisitados nos termos deste artigo serão assegurados todos os direitos e vantagens a que façam jus no órgão ou na entidade de origem, considerando-se o período de requisição para todos os efeitos da vida funcional, como efetivo exercício no cargo, posto, graduação ou emprego que ocupe no órgão ou na entidade de origem.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o ITI:

I – os acervos técnico e patrimonial, as obrigações e os direitos do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério da Ciência e Tecnologia;

II – remanejar, transpor, transferir, ou utilizar, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2001, consignadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia, referentes às atribuições do órgão ora transformado, mantida a mesma classificação orçamentária, expressa por categoria de programação em seu menor nível, observado o disposto no § 2º do art. 3º da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso.

Art. 18. Enquanto não for implantada a sua Procuradoria Geral, o ITI será representado em juízo pela Advocacia Geral da União.

Art. 19. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001.

Art. 20. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 24 de agosto de 2001; 180º da Independência e 113º da República.
– **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – José Gregori – Martus Tavares – Ronaldo Mota Sardenberg – Pedro Parente.

Este texto não substitui o publicado no DOU, de 27-8-2001.

PROJETO DE LEI Nº 4.906-A, DE 2001

(Do Senado Federal)

PLS nº 672/99

Dispõe sobre o comércio eletrônico tendo parecer: da Comissão Especial, pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, deste e dos de nºs 1.483/99 e 1.589/99, apensados, com substitutivo. (Relator: Deputado Julio Semeghini).

SUMÁRIO

I – Projeto inicial

II – Projetos apensados: PLs nºs 1.483/99, e 1.589/99

III – Na Comissão Especial:

- parecer do relator;
- substitutivo oferecido pelo relator;
- complementação de voto;
- parecer da Comissão;
- substitutivo adotado pela Comissão.

(Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Assuntos Sociais, cabendo à última – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES Nºs 189,190,191, DE 2008

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005 de autoria do Senador Papaleo Paes que altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais.

PARECER Nº 189, DE 2008

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator: Senador **Edison Lobão**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 320, de 2005, altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e dá outras providências, para dar prioridade aos projetos cuja área de atuação esteja em municípios das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte que possuam parte de seu território dentro dos parques nacionais. O Projeto foi apresentado pelo Senador Papaléo Paes em 12 de setembro de 2005.

O PLS nº 320, de 2005, foi às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), cabendo à última a decisão terminativa. Na CAE, sem que fossem apresentadas emendas no prazo regimental,

foi designado Relator o Senador Aelton Freitas, que apresentou, em 12 de dezembro de 2005, minuta de Relatório pela aprovação do Projeto com o oferecimento da Emenda nº 1, em 30 de maio de 2006, o então Presidente da Comissão, Senador Luiz Otávio, concedeu vista à Senadora Ana Júlia Carepa.

Em 22 de dezembro de 2006, o PLS foi encaminhado à Subsecretaria de Coordenação Legislativa, e, em 27 de dezembro de 2006, a proposição em tela continuou a tramitar, tendo sido devolvida à Comissão de Assuntos Econômicos, onde fui designado Relator em 9 de março de 2007.

II – Análise

O Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, visa a alterar a Lei nº 7.797, de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, para dar prioridade a projetos que tenham a sua área de atuação em municípios que tenham mais de 25% de seu território dentro de Parques Nacionais e que estejam localizados nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

O projeto em tela atende aos requisitos constitucionais de competência e iniciativa do Congresso Nacional para legislar sobre o assunto e às normas constitucionais específicas sobre a matéria. A proposição também atende aos requisitos de juridicidade, sendo a forma mais adequada para tratar do assunto, dado que visa a modificar uma lei ordinária. O PLS nº 320, de 2005, também está de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 1998.

De acordo com o art. 1º da Lei nº 7.797, de 1989, o Fundo Nacional do Meio Ambiente foi instituído com o objetivo de desenvolver os projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira.

A partir da análise dos dispositivos legais vigentes, percebe-se que poucas atividades econômicas podem ser levadas a cabo dentro das áreas dos parques nacionais, já que são vedadas as modificações ambientais e a interferência humana direta para que haja a preservação integral de áreas naturais. Desse modo, municípios que possuam parte de seu território dentro de parques nacionais podem ser prejudicados, ficando impossibilitados de implementar atividades econômicas que possam levar à geração de renda. O “prejuízo” causado pela presença de áreas que não podem ser objeto de exploração econômica é uma razão para que os municípios que as abrigam demandem algum tipo de compensação, seja na forma de maiores investimentos da União, de maiores transferências de recursos, voluntárias ou não, ou da maior disponibilidade de créditos.

O Brasil possui parques nacionais distribuídos por todas as suas regiões. Cerca de duzentos municípios têm parte do seu território dentro dos limites dos parques. No entanto, os impactos da presença de parques sobre esses municípios são bastante distintos, dependendo da região onde se localizam. Municípios vizinhos a parques nacionais que estão localizados em regiões que têm alta renda per capita e que não têm deficiência de infra-estrutura podem se beneficiar do turismo e promover o crescimento e a diversificação de suas economias. Não há, portanto, razões para lhes oferecer compensações.

Em regiões menos desenvolvidas e mais distantes de grandes centros urbanos, a criação de parques nacionais pode representar um passivo para municípios que os abrigam. Isso ocorre porque esses municípios ficam impedidos de dispor de parte considerável de seus territórios para a implementação de atividades econômicas, principalmente aquelas baseadas na exploração direta dos recursos naturais, como o extrativismo mineral e vegetal; base da economia de parte significativa de regiões menos desenvolvidas do Brasil.

A exploração do turismo também é problemática, já que esses municípios estão em regiões que não têm renda per capita alta e infra-estrutura adequada para que turistas de outras regiões e países possam chegar aos parques. Para que a atividade turística seja implantada, é necessário que investimentos em infra-estrutura sejam feitos no entorno dos parques e que sejam disponibilizados recursos para investimentos em itens como educação ambiental e aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e fauna nativas. Só assim a população que vive em municípios vizinhos aos parques nacionais, em regiões menos desenvolvidas, se beneficiará do potencial de crescimento econômico representado pela sua presença. Aliás, o próprio art. 1º da Lei nº 7.797, de 1989, que criou o Fundo Nacional do Meio Ambiente, determina que o objetivo central da aplicação de seus recursos é elevar a qualidade de vida da população brasileira. Assim, projetos que se localizem em municípios do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte que tenham parte de seu território dentro de parques nacionais deveriam ter prioridade na aplicação dos recursos do Fundo.

Cento e quatro municípios das regiões Centro-Oeste (19 municípios), Nordeste (45 municípios) e Norte (40 municípios) têm partes de seus territórios dentro de parques nacionais. No entanto nem todos eles serão necessariamente beneficiados, já que o projeto de lei do Senado sob análise determina que apenas projetos localizados em municípios que possuam mais de 25% de seu território dentro dos parques nacionais tenham prioridade na aplicação de recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente. Desse modo, esse critério pode li-

mitar bastante o número de municípios que podem ser beneficiados. Além disso, não há garantias de que esses municípios realmente sejam carentes e necessitem de prioridade na aplicação de recursos do fundo. Muitos municípios que possuem menos de 25% de seus territórios dentro de parques nacionais têm populações carentes que, por falta de alternativas econômicas, acabam agredindo os parques com atividades extrativistas.

Diante disso, sugerimos um outro critério de prioridade na aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Trata-se de um indicador que reflete as condições econômicas e sociais dos municípios, já que ele é uma média de três subíndices referentes às dimensões longevidade, educação e renda. O objetivo maior de qualquer política de desenvolvimento deveria ser a melhoria das condições de vida da população local, o que se refletiria em um aumento do IDH.

Assim, projetos que se localizem em municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que tenham parte de seu território dentro de parques nacionais e cujo IDH seja inferior à média nacional deveriam ter prioridade na aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente. Se esse critério for adotado, 95 municípios poderão ser beneficiados. Dentre esses, estão todos os municípios do Norte e Nordeste, com exceção de Fernando de Noronha, que abrigam parques nacionais.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, com a seguinte emenda:

Emenda nº 1 – CAE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 1º O § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, passa a vigor com a seguinte redação:

‘Art. 5º
.....’

§ 2º Sem prejuízo das ações em âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte que tenham parte de seu território dentro de parques nacionais e cujo Índice de Desenvolvimento Humano seja inferior ao Índice de Desenvolvimento Humano observado para o Brasil no último exercício para o qual a informação estiver disponível. (NR)’

Sala da Comissão, 22 de maio de 2007.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 22/03/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

Patrícia Saboya PRESIDENTE EVENTUAL

RELATOR(A):

Eduardo Suplicy

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELCEÍDIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-JOÃO RIBEIRO (PR)

PMDB

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-JOAQUIM RORIZ
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GARIBALDI ALVES FILHO	7-JARBAS VASCONCELOS

PFL

ADELMIR SANTANA	1-JONAS PINHEIRO
EDISON LOBÃO	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
ELISEU RESENDE	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS	4-ROSALBA CIARLINI
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO	6-ROMEU TUMA

PSDB

CÍCERO LUCENA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLEXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	3-MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
------------	-------------------

PARECER Nº 190, DE 2008

(Da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

Relator: Senador **Renato Casagrande**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 320, de 2005, altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e dá outras providências, para dar prioridade aos projetos cuja área de atuação esteja em municípios das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte que possuam parte de seu território dentro dos parques nacionais. O projeto foi apresentado pelo Senador Papaléo Paes, em 12 de setembro de 2005.

O PLS nº 320, de 2005, foi encaminhado às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Em 22 de junho de 2007, a CAE aprovou o parecer do Senador Edison Lobão, com a Emenda nº 1-CAE, que propõe alterar o § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que passa a vigor com a seguinte redação: sem prejuízo das ações em âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte que tenham parte de seu território dentro de parques nacionais e cujo Índice de Desenvolvimento Humano seja inferior ao Índice de Desenvolvimento Humano observado para o Brasil no último exercício para o qual a informação estiver disponível.

Na CMA, em 29 de maio de 2007, o PLS nº 320, de 2005, foi distribuído para o Senador Fernando Collor e, em 4 de setembro de 2007, redistribuído, cabendo-me, então, a relatoria da matéria no âmbito desta CMA.

II – Análise

O PLS nº 320, de 2005, busca alterar a Lei nº 7.797, de 1989, que cria o FNMA. Seu objetivo é dar prioridade a projetos cuja área de atuação esteja contida em municípios que tenham mais de 25% de seu terri-

tório dentro dos limites de Parques Nacionais (PARNA) e que estejam localizados nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

A proposição atende aos requisitos constitucionais de competência e iniciativa do Congresso Nacional para legislar sobre o assunto e às normas constitucionais específicas sobre a matéria. Os requisitos de juridicidade também são atendidos pela iniciativa, uma vez que esta propõe modificação de lei ordinária, em formatação elaborada de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 1998.

O art. 1º da Lei nº 7.797, de 1989, deixa claro que o FNMA foi instituído com o objetivo de desenvolver os projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira.

A legislação vigente impõe restrições severas para a execução de atividades econômicas dentro das áreas dos Parna, vedando as modificações ambientais e a interferência humana direta, visando à preservação integral de áreas naturais. Não é difícil constatar que, com essas restrições, os municípios que possuem parte de seu território dentro de Parna, em boa medida, vêm sendo prejudicados, pois ali são impedidas atividades econômicas com significativo potencial de geração de renda. Nesse contexto, é razoável esperar que os municípios que se encontram nessa situação defendam a existência de um mecanismo de compensação, o que poderia ser obtido por maior disponibilidade de créditos, maiores transferências de recursos ou, ainda, maiores investimentos da União.

Centenas de municípios brasileiros têm parte do seu território dentro dos limites dos Parna, com evidentes diferenças na natureza e na magnitude dos impactos socioeconômicos provocados pela presença dessas unidades de conservação em seu interior. Essas diferenças ocorrem principalmente pelas disparidades existentes entre os municípios brasileiros no que concerne à renda **per capita** e à infra-estrutura existente. Assim, municípios que contêm Parnas entre os seus limites, mas que são localizados em regiões de alta renda **per capita** e sem grandes deficiências de infra-estrutura, podem se beneficiar do dinamismo econômico promovido pelo turismo, especialmente o ecoturismo e o turismo de aventura, com conseqüente crescimento e diversificação de suas economias. Em

casos como esses, o legislador não encontra razões para oferecer alguma forma de compensação por conta da criação ou da existência de um Parna, ou parte dele, em seu território.

Entretanto, em regiões menos desenvolvidas e mais distantes de grandes centros urbanos, a criação de Parna, em geral, representa um conjunto de externalidades negativas para aqueles municípios, uma vez que parte significativa de seus territórios não pode receber atividades econômicas. Como a economia de uma grande quantidade de municípios que compõem as regiões menos desenvolvidas do Brasil é baseada, principalmente, na exploração direta dos recursos naturais, como o extrativismo mineral e vegetal, o impacto socioeconômico dos Parna sobre essas unidades da federação pode ser muito significativo e, dependendo de uma nefasta combinação de variáveis, pode causar reflexos sobre a economia do próprio estado no qual se insere aquele município.

É importante ressaltar que a exploração do turismo em municípios que não têm renda **per capita** alta e infra-estrutura adequada é fortemente limitada, pois os turistas de outras regiões e de outros países encontram muitas dificuldades para o acesso a esses parques. Para que sejam contornados esses obstáculos, são necessários investimentos em infra-estrutura para que seja viabilizado um fluxo significativo e constante de turistas, permitindo, assim, que a população desses municípios possa se beneficiar do potencial de crescimento econômico representado pela presença dessas unidades de conservação em seu território.

Certamente nesse sentido caminhou o legislador ao elaborar o art. 1º da Lei nº 7.797, de 1989, que criou o FNMA, determinando que o objetivo central da aplicação de seus recursos é elevar a qualidade de vida da população brasileira. É razoável, portanto, aspirar que projetos que se localizem em municípios do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte que tenham parte de seu território dentro de Parnas tenham prioridade na aplicação dos recursos desse fundo.

O PLS nº 320, de 2005, em sua forma original, determina que apenas projetos localizados em mu-

nicipios que possuam mais de 25% de seu território dentro dos Parnas tenham prioridade na aplicação de recursos do FNMA. Apesar de se constituir como um avanço significativo para a mitigação dos impactos socioeconômicos derivados da criação de unidades de conservação, o critério proposto inicialmente pode vir a restringir bastante o número de municípios potencialmente beneficiáveis. Por outro lado, o uso de um critério baseado apenas no percentual do território do município efetivamente ocupado não garante, de per si, serem esses municípios realmente carentes e merecedores de prioridade na aplicação de recursos do fundo. Os dados do último censo do IBGE evidenciam o fato de que muitos municípios que possuem parte de seus territórios dentro de parques nacionais também possuem significativos contingentes de moradores carentes. Ocorre que, em muitos casos, a área ocupada por aquelas unidades de conservação é inferior a 25%.

Diante desses fatos, o critério de prioridade na aplicação dos recursos do FNMA elaborado com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um indicador que reflete as condições econômicas e sociais dos municípios, torna-se mais indicado para definir com maior precisão e justiça os objetivos de políticas de desenvolvimento. Assim, em nosso entendimento, a emenda aprovada pela CAE aprimora o PLS nº 320, de 2005, ao determinar que projetos que se localizem em municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que tenham parte de seu território dentro de parques nacionais e cujo IDH seja inferior à média nacional deveriam ter prioridade na aplicação dos recursos do FNMA.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, na forma do texto aprovado pela CAE.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 320 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 25, 09, 2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : <i>R. Quintanilha</i>	
RELATOR : <i>[assinatura]</i> SEN. LEONARDO CASAGRANDE	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
RENATO CASAGRANDE-PSB <i>RELATOR</i>	FLÁVIO ARNS-PT
SIBÁ MACHADO-PT <i>Sibá Machado</i>	AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT	SERYS SLHESSARENKO-PT
JOÃO RIBEIRO-PR	INÁCIO ARRUDA-PC do B <i>[assinatura]</i>
EUCLYDES MELLO-PTB	EXPEDITO JÚNIOR-PR
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	GARIBALDI ALVES
VALTER PEREIRA	GERALDO MESQUITA <i>[assinatura]</i>
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
ELISEU RESENDE-DEM	ADELMIR SANTANA-DEM <i>[assinatura]</i>
HERÁCLITO FORTES-DEM <i>[assinatura]</i>	CÉSAR BORGES-DEM <i>[assinatura]</i>
JONAS PINHEIRO-DEM	EDISON LOBÃO-DEM
JOSÉ AGRIPINO-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM <i>[assinatura]</i>
CÍCERO LUCENA-PSDB <i>[assinatura]</i>	LÚCIA VÂNIA-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB	FLEXA RIBEIRO-PSDB
MARCONI PERILLO-PSDB	SÉRGIO GUERRA-PSDB
PDT	
JEFFERSON PERES	VAGO

PARECER Nº 191, DE 2008
(Da Comissão de Desenvolvimento
Regional e Turismo)

Relator: Senador **Jayme Campos**

I – Relatório

De autoria do ilustre Senador Papaléo Paes, vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, que tem por objetivo alterar a Lei nº Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais.

O autor justifica sua iniciativa argumentando que "Poucas atividades econômicas que levariam à geração de emprego e renda podem ser levadas a cabo dentro das áreas dos parques nacionais, já que são vedadas as modificações ambientais e a interferência humana direta para que haja a preservação integral de áreas naturais. Assim, os parques nacionais podem representar um passivo para municípios que tenham uma grande parte de seus territórios dentro dos limites dos parques. Isso ocorre porque esses municípios ficam impedidos de dispor de parte considerável de seus territórios para a implementação de atividades econômicas, principalmente aquelas baseadas na exploração direta dos recursos naturais, como o extrativismo mineral e vegetal, base da economia de parte significativa de regiões menos desenvolvidas do Brasil".

O PLS nº 320, de 2005, foi encaminhado às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), cabendo a esta última decisão terminativa.

Em 22 de maio de 2007, a CAE aprovou o parecer do Senador Edison Lobão, com a Emenda nº 1-CAE, que propõe alterar o § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, para lhe atribuir à seguinte redação: sem prejuízo das ações em âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte que tenham parte de seu território dentro de parques nacionais e cujo

Índice de Desenvolvimento Humano seja inferior ao Índice de Desenvolvimento Humano observado para o Brasil no último exercício para o qual a informação estiver disponível.

No dia 20 de setembro do corrente encerrou-se o prazo para que a proposição recebesse emendas perante esta Comissão, as quais não foram apresentadas.

II – Análise

Quanto aos pressupostos de admissibilidade, o projeto sob exame atende aos requisitos constitucionais de competência e iniciativa do Congresso Nacional para legislar sobre o assunto e às normas constitucionais específicas sobre a matéria, bem como aos requisitos de juridicidade, uma vez que é proposta uma modificação de lei ordinária, em plena concordância com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto ao mérito da proposição, inicialmente deve ser ressaltado que o FNMA tem como objetivo desenvolver projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental, no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira, conforme se pode observar no art. 1º da Lei nº 7.797, de 1989.

A legislação ambiental, ao impor restrições significativas à execução de atividades econômicas dentro das áreas dos Parques Nacionais (PARNA), veda possíveis modificações ambientais nessas áreas e, principalmente, a interferência humana direta sobre esses ambientes.

Embora tais restrições possuam o incontestável mérito de buscar a preservação integral de áreas naturais, é inevitável que os municípios que possuem parte de seu território dentro de Parna sejam, em boa medida, prejudicados pela aplicação dessas normas.

A proibição legal da implantação de atividades econômicas com significativo potencial de geração de renda nas áreas contidas dentro dos limites dos Parna vem fazendo com que os municípios atingidos defendam a existência de mecanismos de compensação para as eventuais perdas na arrecadação municipal.

Os municípios brasileiros que têm parte do seu território dentro dos limites dos Parna, contados às centenas, apresentam significativas diferenças nas consequências da implantação dessas unidades de conservação em seu interior. A natureza e a magnitude dos impactos socioeconômicos causados pela presença dos Parna nessas unidades federativas são determinadas pelas disparidades de renda **per capita** e de infra-estrutura existentes entre os municípios.

Nos casos em que esses municípios sejam localizados em regiões de alta renda **per capita** e com boa infra-estrutura, os Parna podem ensejar um dinamismo econômico com o desenvolvimento do turismo local. Nesses casos, o crescimento e a diversificação das economias, obtidos a partir da criação dessas unidades de conservação, dispensam a criação de formas de compensação.

Já nas regiões menos desenvolvidas e mais distantes de grandes centros urbanos, a criação de Parnas, em geral, representa um conjunto de externalidades negativas para aqueles municípios, uma vez que parte significativa de seus territórios não pode receber atividades econômicas.

Como a economia de uma grande quantidade de municípios que compõem as regiões menos desenvolvidas do Brasil é baseada, principalmente, na exploração direta dos recursos naturais, como o extrativismo mineral e vegetal, o impacto socioeconômico dos Parnas sobre essas unidades da federação pode ser muito significativo e, dependendo de uma nefasta combinação de variáveis, pode causar reflexos sobre a economia do próprio estado no qual se insere aquele município.

É importante ressaltar que a exploração do turismo em municípios que não têm renda per capita alta e infra-estrutura adequada é fortemente limitada, pois turistas de outras regiões e de outros países encontram muitas dificuldades para o acesso a esses parques. A fim de que sejam contornados esses obstáculos, são necessários investimentos em infra-estrutura para que seja viabilizado um fluxo significativo e constante de

turistas, permitindo, assim, que a população desses municípios possa se beneficiar do potencial de crescimento econômico representado pela presença dessas unidades de conservação em seu território.

No nosso entendimento, porém, as regiões que abrigam áreas destinadas a Reservas Indígenas padecem das mesmas dificuldades, razão pela qual as consideramos igualmente merecedoras da atenção privilegiada de que trata a presente proposição.

III – Voto

Por estas razões, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº 2 – CDR (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2007

Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais ou de reservas indígenas.

Art. 1º O § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 5º
.....

§ 2º Sem prejuízo das ações em âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua de atuação em municípios que tenham mais de vinte e cinco por cento de suas áreas dentro de parques nacionais ou de reservas indígenas e que estejam localizados nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

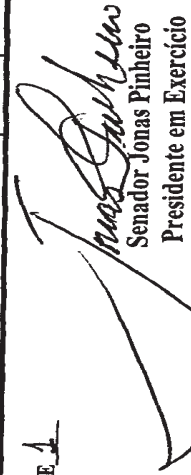
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2005.	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 12/03/2007 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA LÚCIA VÂNIA <i>Presidente em Exercício - Senador Jonas Pinheiro</i>	
RELATOR: SENADOR JAYME CAMPOS	
<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)
ÁTIMA CLEIDE	1- SIBÁ MACHADO
PATRÍCIA SABOYA	2- EXPEDITO JÚNIOR
JOÃO PEDRO <i>[assinatura]</i>	3- INÁCIO ARRUDA <i>[assinatura]</i>
JOÃO VICENTE CLAUDINO	4- ANTONIO CARLOS VALADARES
MOZARILDO CAVALCANTI	5. JOSÉ NERY (PSOL)
PMDB	PMDB
JOSÉ MARANHÃO	1- LEOMAR QUINTANILHA
GIM ARGELLO (PTB) <i>[assinatura]</i>	2- WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3- PEDRO SIMON
VALTER PEREIRA	4- VALDIR RAUPP
BLOCO DA MINORIA (PSDB E DEM)	BLOCO DA MINORIA (PSDB E DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM) <i>[assinatura]</i>	1- ADELMIR SANTANA (DEM)
JONAS PINHEIRO (DEM) <i>[assinatura]</i>	2- JAYME CAMPOS (DEM) - RELATOR
MARCO MACIEL (DEM) <i>[assinatura]</i>	3- KÁTIA ABREU (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
LÚCIA VÂNIA (PSDB) <i>[assinatura]</i>	5- TASSO JEREISSATI (PSDB)
MARISA SERRANO (PSDB) <i>[assinatura]</i>	6- FLEXA RIBEIRO (PSDB) <i>[assinatura]</i>
CÍCERO LUCENA (PSDB) <i>[assinatura]</i>	7- JOÃO TENÓRIO (PSDB)
PDT	PDT
JEFFERSON PÉRES	1- OSMAR DIAS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Emenda nº 01 - CDR (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE (PT)					SIBÁ MACHADO (PT)				
PATRICIA SABOYA (PSB)					EXPEDITO JUNIOR (PR)				
JOÃO PEDRO (PT)	X				INÁCIO ARRUDA (PC do B)	X			
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)					ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)				
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)					JOSE NERY (PSOL)				
TITULARES - Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES (DEM)					ADELMIR SANTANA (DEM)				
JONAS PINHEIRO (DEM)					JAYME CAMPOS (DEM)	X			
MARCO MACIEL (DEM)	X				KÁTIA ABREU (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)					MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	X				TASSO JEREISSATI (PSDB)				
MARISA SERRANO (PSDB)	X				FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			
CÍCERO LUCENA (PSDB)	X				JOÃO TENÓRIO (PSDB)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSÉ MARANHÃO					LEOMAR QUINTANILHA				
GIM ARGELLO (PTB)	X				WELLINGTON SALGADO				
GARIBALDI ALVES FILHO					PEDRO SIMON				
VALTER PEREIRA					VALDIR RAUPP				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PÉRES					OSMAR DIAS				
TOTAL	10	3	PREJ	1	PRESIDENTE	1			

SALA DE REUNIÕES, EM 13/12/07.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)
Atualizada em 04/04/07.


Senador Jonas Pinheiro
Presidente em Exercício

TEXTO FINAL

**DECISÃO DA COMISSÃO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
NA REUNIÃO DO DIA 13-12-2007,
QUANDO DA APRECIÇÃO DA PROPOSIÇÃO
NO TURNO ÚNICO**

EMENDA Nº 2-CDR (SUBSTITUTIVO)
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE
2007

Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais ou de reservas indígenas.

Art. 1º O § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 5º

§ 2º Sem prejuízo das ações em âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte que possuam parte de territórios dentro dos parques nacionais ou de reservas indígenas, que se encontrem em sub-regiões estagnadas ou de baixa renda, segundo a tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e/ou que apresentem Índice de Desenvolvimento Humano inferior ao Índice de Desenvolvimento Humano observado para o Brasil no último exercício para o qual a informação estiver disponível.”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 2007.
– **Jonas Pinheiro**, Relator.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I – emendas à Constituição;
- II – leis complementares;
- III – leis ordinárias;
- IV – leis delegadas;
- V – medidas provisórias;
- VI – decretos legislativos;
- VII – resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

.....
Art. 7º As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

- I – Unidades de Proteção Integral;
- II – Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

.....
Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

OF. nº 7/08 – PRCDR

Brasília, 6 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 13 de dezembro de 2007, aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, que “Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais”, de autoria do Senador Papaléo Paes, nos termos da Emenda Substitutiva nº 1-CDR. Submetida a Turno Suplementar em reunião no dia 6 de março de 2008 e não recebendo emendas por ocasião da discussão, o substitutivo foi dado como definitivamente adotado, nos termos do disposto no artigo nº 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

RELATÓRIO

Relator: Senador **Aelton Freitas**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 320, de 2005, altera a Lei nº 7.797, 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências, para dar prioridade aos projetos cuja área de atuação seja em municípios das regiões Centro-

Oeste, Nordeste e Norte que possuam parte de seu território dentro dos parques nacionais. O Projeto foi apresentado pelo eminente Senador Papaléo Paes em 12 de setembro de 2005.

O PLS nº 320, de 2005, foi encaminhado às Comissões de Assuntos Econômicos, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última decisão terminativa. Na CAE fundo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – Análise

O Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, visa a alterar a Lei nº 7.797, de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, para dar prioridade a projetos que tenham a sua área de atuação em municípios que tenham mais de 25% de seu território dentro de Parques Nacionais e que estejam localizados nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

O Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, atende aos requisitos constitucionais de competência e iniciativa do Congresso Nacional para legislar sobre o assunto e as normas constitucionais específicas sobre a matéria. A proposição também atende aos requisitos de juridicidade. Ela é a forma mais adequada para tratar do assunto, dado que visa a modificar uma lei ordinária. O PLS nº 320, de 2005, também está de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”.

O art. 1º da Lei nº 7.797, de 1989, determina que o Fundo Nacional do Meio Ambiente foi instituído com o objetivo de desenvolver os projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira. O art. 5º da mesma Lei estabelece as prioridades para a aplicação dos recursos do fundo. São elas:

- I – unidade de conservação;
- II – pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
- III – educação ambiental;
- IV – manejo e extensão florestal;
- V – desenvolvimento institucional;
- VI – controle ambiental;
- VII – aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e fauna nativas.

Todas essas prioridades estão relacionadas a projetos que podem ser desenvolvidos em municípios que possuam parte de seu território dentro de parques nacionais. No entanto, não há dispositivos na Lei nº 7.797, de 1989, que garantam que projetos localizados nesses municípios sejam priorizados.

Os parques nacionais fazem parte das Unidades de Proteção Integral, conforme disposto pelo art. 7º da Lei nº 9.985, de 2000, a chamada “Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza”, que regulamenta os incisos I a IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal. Segundo o art. 7º da Lei há pouco citada, o objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei.

O art. 11 da Lei nº 9.985, de 2000, estabelece que os parques nacionais têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Segundo o art. 11, § 1º, da mesma Lei, os parques nacionais são de posse e domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. O § 2º determina que a visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento. O § 3º estabelece que a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

Assim, percebe-se que poucas atividades econômicas podem ser levadas a cabo dentro das áreas dos parques nacionais, já que são vedadas as modificações ambientais e a interferência humana direta para que haja a preservação integral de áreas naturais. Desse modo, municípios que possuam parte de seu território dentro de parques nacionais podem ser prejudicados, ficando impossibilitados de implementar atividades econômicas que possam levar à geração de renda. O “prejuízo” causado pela presença de áreas que não podem ser objeto de exploração econômica é uma razão para que os municípios que as abrigam demandem algum tipo de compensação, seja na forma de maiores investimentos da União, de maiores

transferências de recursos, voluntárias ou não, ou da maior disponibilidade de créditos.

O Brasil possui parques nacionais distribuídos por todas as suas regiões. Cerca de duzentos municípios têm parte do seu território dentro dos limites dos parques. No entanto, os impactos da presença de parques sobre esses municípios são bastante distintos, dependendo da região onde se localizam. Municípios vizinhos a parques nacionais que estão localizados em regiões que têm alta renda *per capita* e que não têm deficiência de infra-estrutura podem se beneficiar do turismo e promover o crescimento e a diversificação de suas economias. Não há, portanto, razões para lhes oferecer compensações.

Em regiões menos desenvolvidas e mais distantes de grandes centros urbanos, a criação de parques nacionais pode representar um passivo para municípios que tenham parte de seu território dentro de seus limites. Isso ocorre porque esses municípios ficam impedidos de dispor de parte considerável de seus territórios para a implementação de atividades econômicas, principalmente aquelas baseadas na exploração direta dos recursos naturais, como o extrativismo mineral e vegetal, base da economia de parte significativa de regiões menos desenvolvidas do Brasil.

A exploração do turismo também é problemática, já que esses municípios estão em regiões que não têm renda *per capita* alta e infra-estrutura adequada para que turistas de outras regiões e países possam chegar ao parque. Para que a atividade turística seja implantada, é necessário que investimentos em infra-estrutura sejam feitos no entorno dos parques e que sejam disponibilizados recursos para investimentos em itens como educação ambiental e aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e fauna nativas. Só assim a população que vive em municípios vizinhos aos parques nacionais se beneficiará do potencial crescimento econômico representado pela sua presença. Aliás, o próprio art. 1º da Lei nº 7.797, de 1989, que criou o Fundo Nacional do Meio Ambiente, determina que o objetivo último da aplicação de seus recursos é elevar a qualidade de vida da população brasileira. Assim, projetos que se localizem em municípios do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte que tenham parte de seu território dentro de parques nacionais deveriam ter prioridade na aplicação dos recursos do Fundo.

Cento e quatro municípios poderão ser beneficiados com o Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, sendo que 19 estão no Centro-Oeste, 45 no Nordeste e 40 no Norte. No entanto, como o Projeto de Lei do

Senado determina que apenas projetos localizados em municípios que possuam mais de 25% de seu território dentro dos parques nacionais tenham prioridade na aplicação de recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente, esse critério pode limitar bastante o número de municípios que podem ser beneficiados. Além disso, não há garantias de que esses municípios realmente sejam carentes e necessitem de prioridade na aplicação de recursos do Fundo. Muitos municípios que possuem menos de 25% de seus territórios dentro de parques nacionais têm populações carentes que, por falta de alternativas econômicas, acabam agredindo os parques com atividades extrativistas.

Diante disso, sugerimos um outro critério para que municípios que possuam parte de seu território, e não apenas um mínimo de 25%, dentro de parques nacionais seja adotado para que projetos neles localizados tenham prioridade na aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente: o Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH. Trata-se de um indicador que reflete as condições econômicas e sociais dos municípios, já que ele é uma média de três sub-índices referentes às dimensões longevidade, educação e renda. O objetivo maior de qualquer política de desenvolvimento deveria ser a melhoria das condições de vida da população local, o que se refletiria em um aumento do IDH.

Assim, projetos que se localizam em municípios que tenham parte de seu território dentro de parques nacionais e cujo IDH seja inferior à média nacional deveriam ter prioridade na aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente. Se esse critério for adotado, 95 municípios poderão ser beneficiados. Dentre esses, estão todos os municípios do Nordeste, com exceção de Fernando de Noronha, e do Norte que abrigam parques nacionais.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, com a emenda que apresento a seguir.

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 1º O § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 5º
.....

§ 2º Sem prejuízo das ações em âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte que tenham parte de seu território dentro de parques nacionais e cujo Índice de Desenvolvimento Humano seja inferior ao Índice de Desenvolvimento Humano observado para o Brasil no último exercício para o qual a informação estiver disponível. (NR)”

Sala da Comissão, – **Aelton Freitas**, Relator.

VOTO EM SEPARADO DO
SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM)

I – Relatório

Com despacho inicial de 12-9-2005 para tramitar, entre outras, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou-se, em 22-5-2007, parecer do relator, Senador Edison Lobão, favorável ao Projeto com a Emenda Nº 1 – CAE, que introduziu no § 2º, do Art. 5º, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como um dos critérios para priorização quando da utilização dos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), bem como a eliminação da restrição representada pelo percentual de “mais de vinte e cinco por cento de suas áreas dentro dos parques nacionais”, mantida, entretanto a localização dos municípios a serem atendidos nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

Em 25-9-2007, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou o Parecer do Relator, Senador Renato Casagrande, favorável ao Projeto na forma do texto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR o relator, Senador Jaime Campos, ofereceu Substitutivo que também pretende alterar o § 2º, do Art. 5º, retomando o limitante aos municípios que possuam “mais de vinte e cinco por cento de suas áreas dentro dos parques nacionais”, acrescentando na lei as áreas de “reservas indígenas”, todavia retirando na priorização o critério representado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (LDH).

II – Análise

A realização de profunda reflexão sobre o tema do PLS Nº 320/2005 nos leva a considerar que, no mérito, há uma série de aspectos a serem pesados no momento da decisão a respeito do assunto.

Primeiro, cumpre considerar que o Fundo Nacional do Meio Ambiente possui na sua estrutura funcional um Colegiado, que após receber a análise prévia dos projetos que se candidatam aos recursos do Fundo, julga e aprova a destinação final dos recursos, procedimento aue se dá com base em prioridades específicas, entre as quais o atendimento aos municípios de população mais pobre. Ganha relevo o fato de que o Fundo trabalha com uma demanda induzida e com base em prioridades presentes em sua lei de criação. Nessa linha de raciocínio, é importante que qualquer alteração legal não descaracterize o papel do FNMA.

Segundo, é forçoso destacar aqui a recente criação do Instituto Chico Mendes, que tem entre suas prioridades os parques nacionais, não podendo a votação do PLS Nº 320-2005 desconsiderar que as alterações a serem introduzidas na Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, deixe ao largo a nova figura do Instituto mencionado.

Terceiro, nos parece óbvio que estamos diante de uma proposição que amplifica a dimensão ambiental ao articulá-la com as diferenças de uso e ocupação dos espaços municipais, em razão da existência dos parques nacionais e da presença das populações indígenas, positivamente trazidas ao debate pelo Senador Jaime Campos. Na hipótese de desconsiderarmos as diferenças territoriais existentes em nosso País poderíamos estar contribuindo para o aumento das desigualdades regionais e sociais, contrariando desta forma os objetivos da Constituição Federal, definidos no artigo 3º inciso III da Constituição Federal (...reduzir as desigualdades sociais e regionais) e com os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, conforme teor do Decreto Nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007.

É preciso destacar a seguinte afirmação, da lavra do autor da matéria, Senador Papaléo Paes, que explícita na justificativa do projeto: *“Embora a presença de um parque nacional possa abrir alternativas de crescimento econômico em uma região com reduzidas potencialidades de desenvolvimento, é necessário reconhecer que a situação de municípios vizinhos a parques nacionais localizados nas regiões menos desenvolvidas é peculiar. Eles não estão em áreas que têm renda **per capita** alta e tem infra-estrutura deficiente, o que dificulta a exploração do turismo.”* (grifamos)

Na afirmação do Senador Papaléo Paes a , questão da “renda **per capita** alta” e da própria “infra-estrutura deficiente” dos municípios já se encontra originalmente contemplada a intenção do autor, o que

agora justifica a presença do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na alteração proposta na lei.

Pelo exposto, apresentamos novo substitutivo que pretende contemplar e harmonizar todas as emendas apresentadas na tramitação da proposição em análise nas Comissões do Senado Federal, introduzindo mais um critério para as áreas prioritárias de atuação do FNMA, ou seja, a tipologia da política nacional de desenvolvimento regional, conforme disposto no decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, ordenando a introdução das alterações na Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, em razão do novo aparato institucional e legal vigente no País em 2007.

III – Voto

Por tais razões, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado Nº 320, de 2005, nos termos do substitutivo aqui apresentado.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, (SUBSTITUTIVO) DE 2007

Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de seus territórios dentro dos parques nacionais ou de reservas indígenas, que se encontrem em sub-regiões estagnadas ou de baixa renda, segundo a tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e/ou que apresentem Índice de Desenvolvimento Humano inferior ao Índice de Desenvolvimento Humano observado para o Brasil no último exercício para o qual a informação estiver disponível.

Art. 1º O § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 5º

.....

§ 2º Sem prejuízo das ações em âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte que possuam parte de seus territórios dentro dos parques nacionais ou de reservas indígenas, que se encontrem em sub-regiões estagnadas ou de baixa renda, segundo a tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e/ou que apresentem Índice

de Desenvolvimento Humano inferior ao Índice de Desenvolvimento Humano observado para o Brasil no último exercício para o qual a informação estiver disponível.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 2007.

– **João Pedro**, Relator.

PARECER Nº 192, DE 2008

Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o nº 350, de 2005, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera o Estatuto da Cidade, de forma a incluir a elaboração de plano de circulação de veículos não-motorizados como item obrigatório do plano diretor.

Relator: Senador **Valter Pereira**

I – Relatório

De autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, o Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2005, acrescenta inciso ao art. 42 do Estatuto da Cidade, para determinar a inclusão, nos planos diretores municipais, de “plano de circulação, que contemple os espaços para ciclovia e estacionamento de bicicletas”.

Condiciona, ainda, ao atendimento do artigo assim modificado, a concessão de financiamentos federais para obras viárias aos municípios sujeitos à obrigatoriedade do plano diretor.

Segundo o autor, o transporte cicloviário apresenta diversas vantagens frente ao automóvel: é silencioso, saudável, barato e não poluente, além de demandar menos espaço para sistema viário e estacionamento. Ao determinar que os planos diretores incorporem a bicicleta ao planejamento urbano, o projeto pretende favorecer o desenvolvimento sustentável das cidades, a exemplo do que têm feito países altamente desenvolvidos, como a Holanda, a Dinamarca e a Noruega.

O projeto foi distribuído à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para deliberação de natureza terminativa. Não foram apresentadas emendas.

II – Análise

A presente proposição tem respaldo constitucional nas competências da União para “instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos” (art. 21, XX), para “legislar sobre trânsito e transporte” (art. 22, XI) e para “legislar concorrentemente sobre direito urbanístico” (art. 24, I).

Como bem destaca o Senador Antonio Carlos Valadares, autor da proposição, a bicicleta não pode mais ser vista como veículo de segunda categoria. Os países por ele citados são a prova de que o transporte cicloviário pode ser incorporado ao cotidiano da população, não apenas nas pequenas cidades, mas também nas grandes capitais.

Parece-nos, entretanto, que o instrumento adequado para o tratamento do transporte cicloviário é o plano de transporte urbano integrado, obrigatório para as cidades com mais de quinhentos mil habitantes. Segundo o Estatuto da Cidade, esse plano deverá ser compatível com o plano diretor, sem que necessariamente esteja nele incluído.

Propomos, portanto, que seja inserida, no dispositivo que trata do plano de transporte urbano integrado, uma diretriz de priorização do transporte de propulsão humana sobre o motorizado e do transporte coletivo sobre o individual, conforme substitutivo em anexo.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela APROVAÇÃO do PLS nº 350, de 2005, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1-CDR (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, DE 2005

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para determinar a priorização dos meios de transporte de propulsão humana sobre os motorizados e do transporte coletivo sobre o individual.

O Congresso Nacional decreta:

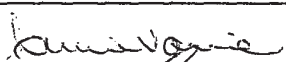
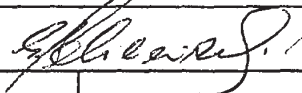

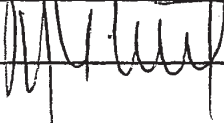
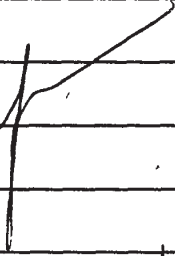
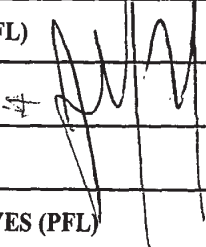
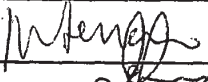
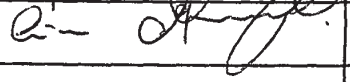
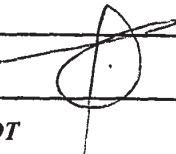
Art. 1º O § 2º do art. 41 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 41.
.....

§ 2º Para as cidades com mais de quinhentos mil habitantes, será elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido, observada a prioridade dos meios de transporte de propulsão humana em relação aos motorizados e do transporte coletivo sobre o individual. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

EMENDA Nº 01 – CDR (SUBSTITUTIVA) AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, DE 2005.	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 31/05/2007 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA LÚCIA VÂNIA 	
RELATOR: SENADOR VALTER PEREIRA 	
<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTE</u>
<i>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</i>	<i>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PI)</i>
FÁTIMA CLEIDE	1- SIBÁ MACHADO
PATRÍCIA SABOYA	2- EXPEDITO JÚNIOR
JOÃO PEDRO 	3- INÁCIO ARRUDA
JOÃO VICENTE CLAUDINO 	4- ANTONIO CARLOS VALADARES
MOZARILDO CAVALCANTI	5- JOSÉ NERY (PSOL)
<i>PMDB</i>	<i>PMDB</i>
JOSÉ MARANHÃO	1- LEOMAR QUINTANILHA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	2- WELLINGTON SALGADO 
GARIBALDI ALVES FILHO	3- PEDRO SIMON
VALTER PEREIRA- RELATOR	4- VALDIR RAUPP
<i>BLOCO DA MINORIA (PSDB E PFL)</i>	<i>BLOCO DA MINORIA (PSDB E PFL)</i>
DEMÓSTENES TORRES (PFL)	1- ADELMIR SANTANA (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	2- JAYME CAMPOS (PFL) 
MARCO MACIEL (PFL)	3- KÁTIA ABREU (PFL)
ROSALBA CIARLINI (PFL)	4- MARIA DO CARMO ALVES (PFL)
LÚCIA VÂNIA (PSDB) - PRESIDENTE	5- TASSO JEREISSATI (PSDB)
MARISA SERRANO (PSDB) 	6- FLEXA RIBEIRO (PSDB)
CÍCERO LUCENA (PSDB) 	7- JOÃO TENÓRIO (PSDB) 
<i>PDT</i>	<i>PDT</i>
JEFFERSON PÉRES	1- OSMAR DIAS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Emenda nº 01 - CDR (Substitutiva) ao Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2005.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE (PT)					SIBÁ MACHADO (PT)				
PATRICIA SABOYA (PSB)					EXPEDITO JÚNIOR (PR)				
JOÃO PEDRO (PT)	X				INÁCIO ARRUDA (PC do B)				
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) - AUTOR				
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)					JOSE NERY (PSOL)				
TITULARES - Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES (PFL)					ADELMIR SANTANA (PFL)				
JONAS PINHEIRO (PFL)					JAYME CAMPOS (PFL)	X			
MARCO MACIEL (PFL)					KÁTIA ABREU (PFL)				
ROSALBA CIARLINI (PFL)					MARIA DO CARMO ALVES (PFL)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					TASSO JEREISSATI (PSDB)				
MARISA SERRANO (PSDB)	X				FLEXA RIBEIRO (PSDB)				
CÍCERO LUCENA (PSDB)	X				JOÃO TENÓRIO (PSDB)	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSÉ MARANHÃO					LEOMAR QUINTANILHA				
GERALDO MESQUITA JÚNIOR					WELLINGTON SALGADO	X			
GARIBALDI ALVES FILHO					PEDRO SIMON				
VALTER PEREIRA	X				VALDIR RAUPP				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES					OSMAR DIAS				
TOTAL	9	3			PRESIDENTE	1			

SALA DE REUNIÕES, EM 21 / 05 / 07.

Lucia Vânia
Senadora Lucia Vânia
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)
Atualizada em 04.04.07.

SUBEMENDA À EMENDA Nº 1 – CDR
(CORRESPONDE À EMENDA Nº 2 – CDR
APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO,
NO TURNO SUPLEMENTAR)

Dê-se ao § 2º, do art. 41 da Lei nº 10.257, de 2001, de que trata o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2005, a seguinte redação:

Art. 41.

§ 2º Será elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido, observada a prioridade dos meios de transporte de propulsão humana em relação aos motorizados e do transporte coletivo sobre o individual.

Justificação

O plano diretor das cidades é obrigatório para as cidades com mais de 20 mil habitantes (art. 41, I do Estatuto das Cidades). E, naquelas cidades com mais de 500 mil habitantes, esse plano diretor deve contemplar o plano de transporte urbano integrado (art. 41, § 2º do Estatuto das Cidades).

Logo, trata-se de emenda elaborada com a participação do senador relator, cujo fito é preservar a finalidade do Projeto em determinar que os planos diretores das cidades incluam ciclovias e estacionamentos de bicicletas. Observa-se pela leitura do substitutivo, que tal determinação somente iria ocorrer naquelas cidades com mais de 500 mil habitantes.

Por conseguinte, a presente emenda, ao destinar nova redação ao substitutivo, suprime a condicionante de que somente nas cidades com mais de 500 mil habitantes seja elaborado o plano de transporte urbano integrado, possibilitando que esse plano seja inserido nos planos diretores (obrigatório para cidades de mais de 20 mil habitantes), garantindo-se espaços para as bicicletas (transporte de propulsão humana), bem como, respeita a orientação dada pelo senador relator no sentido de que a prioridade seja o transporte coletivo diante do transporte automotivo individual.

Sala da Comissão, 6 de março de 2008. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

PARECER Nº, DE 2008

Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre Emenda ao Projeto de Lei do Senado Substitutivo nº 350, de 2005.

Relator: Senador **Valter Pereira**

I – Relatório

De autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, o Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2005, acrescenta inciso ao art. 42 do Estatuto da Cidade, para determinar a inclusão, nos planos diretores municipais, de “plano de circulação, que contemple os espaços para ciclovia e estacionamento de bicicletas”.

Condiciona, ainda, ao atendimento do artigo assim modificado, a concessão de financiamentos federais para obras viárias aos municípios sujeitos à obrigatoriedade do plano diretor.

O projeto foi distribuído à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para deliberação de natureza terminativa.

A Comissão aprovou substitutivo ao projeto, alterando o § 2º do art. 41 do Estatuto da Cidade, para determinar que, no plano de transporte urbano integrado, obrigatório para cidades com mais de quinhentos mil habitantes, seja observada a prioridade dos meios de propulsão humana sobre os motorizados e do transporte coletivo sobre o individual.

A Emenda ora examinada, também de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, amplia a obrigatoriedade do plano de transporte urbano integrado a todas as cidades já obrigadas a elaborar o plano diretor.

II – Análise

Conforme exposto no parecer que oferecemos ao projeto original, entendemos que o instrumento adequado para o tratamento do transporte cicloviário é o plano de transporte urbano integrado, obrigatório para as cidades com mais de quinhentos mil habitantes. Segundo o Estatuto da Cidade, esse plano deverá ser compatível com o plano diretor, sem que necessariamente esteja nele incluído.


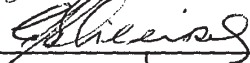
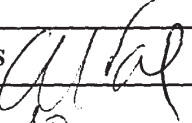

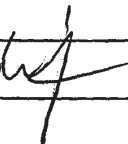
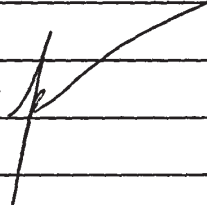
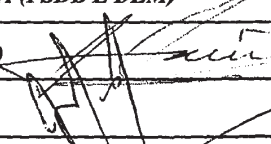
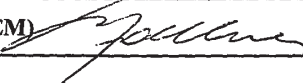
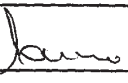
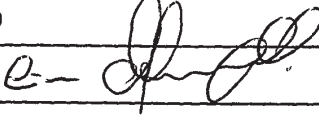
Concordamos, por outro lado, com o ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, que aponta a conveniência de estender a obrigatoriedade do plano de transporte urbano integrado também aos demais municípios já obrigados a elaborar o plano diretor, ou seja, àqueles dotados de cidades com mais de vinte mil habitantes.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela Aprovação da Emenda ao Substitutivo ao PLS nº 350, de 2005, apresentada pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

Sala da Comissão, 6 de março de 2008.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

EMENDA Nº 01- CDR AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350, DE 2005.	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/03/2008 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA LÚCIA VÂNIA 	
RELATOR: SENADOR VALTER PEREIRA 	
<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTEs</u>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)
FÁTIMA CLEIDE	1- SIBÁ MACHADO
PATRÍCIA SABOYA (PDT)	2- EXPEDITO JÚNIOR
JOÃO PEDRO	3- INÁCIO ARRUDA
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	4- ANTONIO CARLOS VALADARES 
	5. JOSÉ NERY (PSOL) 
PMDB	PMDB
JOSÉ MARANHÃO	1- LEOMAR QUINTANILHA
GIM ARGELLO (PTB) 	2- WELLINGTON SALGADO 
VAGO	3- PEDRO SIMON
VALTER PEREIRA - RELATOR	4- VALDIR RAUPP
BLOCO DA MINORIA (PSDB E DEM)	BLOCO DA MINORIA (PSDB E DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	1- ADELMIR SANTANA (DEM) 
GILBERTO GOELLNER (DEM) 	2- JAYME CAMPOS (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3- KÁTIA ABREU (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
LÚCIA VÂNIA (PSDB) 	5- TASSO JEREISSATI (PSDB)
MARISA SERRANO (PSDB)	6- FLEXA RIBEIRO (PSDB)
CÍCERO LUCENA (PSDB) 	7- JOÃO TENÓRIO (PSDB)
PTB	PTB
MOZARILDO CAVALCANTI	
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1- OSMAR DIAS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emenda nº 01 – CDR ao Substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2005.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE (PT)					SIBÁ MACHADO (PT)				
PATRICIA SABOYA (PDT)					EXPEDITO JUNIOR (PR)				
JOÃO PEDRO (PT)					INÁCIO ARRUDA (PC do B)				
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)					ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) - AUTOR		X		
					JOSÉ NERY (PSOL)	X			
TITULARES – Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES (DEM)					ADELMIR SANTANA (DEM)	X			
GILBERTO GOELLNER (DEM)	X				JAYME CAMPOS (DEM)	X			
MARCO MACIEL (DEM)					KÁTIA ABREU (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)					MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					TASSO JEREISSATI (PSDB)				
MARISA SERRANO (PSDB)					FLEXA RIBEIRO (PSDB)				
CÍCERO LUCENA (PSDB)	X				JOÃO TENÓRIO (PSDB)				
TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSÉ MARANHÃO					LEOMAR QUINTANILHA				
GIM ARGELLO (PTB)	X				WELLINGTON SALGADO	X			
VAGO					PEDRO SIMON				
VALTER PEREIRA	X				VALDIR RAUPP				
TITULAR – PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)									
TITULAR – PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PERES					OSMAR DIAS				
TOTAL	10	08	NÃO	PREJ	1	AUTOR	1	ABS	PRESIDENTE

SALA DE REUNIÕES, EM 06/03/08.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF).
Atualizada em 28.02.08.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente

TEXTO FINAL

**DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 350,
DE 2005, APROVADO PELA COMISSÃO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
EM REUNIÃO DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008**

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para determinar a priorização dos meios de transporte de propulsão humana sobre os motorizados e do transporte coletivo sobre o individual.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 41 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 41.

§ 2º Será elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido, observada a prioridade dos meios de transporte de propulsão humana em relação aos motorizados e do transporte coletivo sobre o individual. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 6 de março de 2008. – **Lúcia Vânia**, Presidente, **Valter Pereira**, Relator.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 21. Compete à União:

.....
XX – instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
XI – trânsito e transporte;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

.....
LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001

Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

.....
Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

I – com mais de vinte mil habitantes;

II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;

III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;

IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;

V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

§ 1º No caso da realização de empreendimentos ou atividades enquadrados no inciso V do caput, os recursos técnicos e financeiros para a elaboração do plano diretor estarão inseridos entre as medidas de compensação adotadas.

§ 2º No caso de cidades com mais de quinhentos mil habitantes, deverá ser elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido.

Of. nº 6/08 – PRCDR

Brasília, 6 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 31 de maio de 2007, aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2005, que “altera o Estatuto da Cidade, de forma a incluir a elaboração

de plano de circulação de veículos não-motorizados como item obrigatório do plano diretor”, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, nos termos da Emenda Substitutiva nº 1 – CDR. Submetida a Turno Suplementar em reunião no dia 6 de março de 2008, a Comissão aprovou a Emenda nº 01-CDR ao Substitutivo do Projeto, nos termos do disposto no artigo nº 282, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

De autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, o Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2005, acrescenta inciso ao art. 42 do Estatuto da Cidade, para determinar a inclusão, nos planos diretores municipais, de “plano de circulação, que contemple os espaços para ciclovia e estacionamento de bicicletas”.

Condiciona, ainda, ao atendimento do artigo assim modificado, a concessão de financiamentos federais para obras viárias aos municípios sujeitos à obrigatoriedade do plano diretor.

Segundo o autor, o transporte cicloviário apresenta diversas vantagens frente ao automóvel: é silencioso, saudável, barato e não poluente, além de demandar menos espaço para sistema viário e estacionamento. Ao determinar que os planos diretores incorporem a bicicleta ao planejamento urbano, o projeto pretende favorecer o desenvolvimento sustentável das cidades, a exemplo do que têm feito países altamente desenvolvidos, como a Holanda, a Dinamarca e a Noruega.

O projeto foi distribuído à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para deliberação de natureza terminativa. Não foram apresentadas emendas.

II – Análise

A presente proposição tem respaldo constitucional nas competências da União para “instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos” (art. 21, XX), para “legislar

sobre trânsito e transporte” (art. 22, XI) e para “legislar concorrentemente sobre direito urbanístico” (art. 24, I).

Como bem destaca o Senador Antonio Carlos Valadares, autor da proposição, a bicicleta não pode mais ser vista como veículo de segunda categoria. Os países por ele citados são a prova de que o transporte cicloviário pode ser incorporado ao cotidiano da população, não apenas nas pequenas cidades, mas também nas grandes capitais.

Parece-nos, entretanto, que a inclusão do transporte cicloviário no Estatuto da Cidade deve fazer parte de um tratamento mais amplo da circulação urbana. Faz-se necessário esclarecer quais os elementos que devem constar do plano diretor e quais os que devem ser objeto do “plano de transporte urbano integrado”, exigido legalmente para as cidades com mais de quinhentos mil habitantes.

Ao exigir a inclusão no plano diretor de um plano específico de circulação, sem definir qual seja seu conteúdo, a proposição em apreço poderá dificultar a elaboração da lei de planejamento urbano municipal, a par de obstar aspectos da política de circulação que não devam ser objeto de norma local.

Entendemos que a preocupação do autor estará mais bem contemplada no Estatuto da Cidade, de uma nova diretriz de política urbana, que determine a priorização do transporte coletivo e cicloviário no planejamento e na gestão da mobilidade urbana.

Além disso, a fim de que o transporte não motorizado seja incorporado ao desenho urbano das áreas a serem urbanizadas, propomos a alteração da Lei nº 6.766, de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, para incluir a localização de calçadas e ciclovias, entre as diretrizes a serem expedidas pelas prefeituras para orientar os projetos de loteamento.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do PLS nº 350, de 2005, com as emendas a seguir propostas:

EMENDA Nº

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2005, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade) e a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, para estimular o transporte cicloviário.

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2005, a seguinte redação:

Art. 42.

IV – programa de circulação com o fim de priorizar o transporte coletivo e cicloviano no planejamento e na gestão da mobilidade urbana.

..... (NR)

EMENDA Nº

Acrescente-se ao PLS. nº 350, de 2005, o seguinte art. 2º renumerando-se o atual art. 2º para art. 3º:

Art. 2º art. 7º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º

VI – a localização de calçadas, ciclovias e estacionamentos de bicicletas.

..... (NR)

Sala da Comissão, – **César Borges**, Relator.

PARECER Nº 193, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2007 de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Rolim de Moura, no Estado de Rondônia.

Relator: Senador **Neuto de Conto**

Relator **ad hoc**: Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 406, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Rolim de Moura, no Estado de Rondônia.

A proposição dispõe que o estabelecimento a ser criado dará ensejo a que a juventude tenha formação adequada, de modo a aumentar a natural vocação da economia local.

O art. 2º do Projeto de Lei prevê que “A Escola Técnica de Rolim de Moura oferecerá cursos de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada de trabalhadores, com o objetivo de atender as necessidades regionais de desenvolvimento da agropecuária e manejo florestal”.

Na justificativa, o autor sublinha que Rolim de Moura, com seus 50 mil habitantes, conta com 12 municípios em seus arredores, sendo o mais dinâmico município da Zona da Mata Rondoniense.

Encaminhado a esta Comissão, para decisão em caráter terminativo, o projeto não recebeu emendas.

II – Análise

O aumento da competitividade no setor produtivo é uma das finalidades precípuas da educação profissional. Em tempos de competitividade econômica acirrada na economia-mundo, a agregação de valor à mão-de-obra nacional haverá de aumentar o número de empregos para o conjunto dos brasileiros.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996), em seu art. 39, estabelece que essa modalidade de ensino integra-se às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia.

Assim sendo, a educação profissional deve ser vista como uma política pública fundamental, de caráter estratégico para o País.

A proposta de criação de uma Escola Técnica em Rolim de Moura está em absoluta conformidade com esse objetivo do Estado brasileiro. A iniciativa reveste-se de relevância social e econômica.

No que se refere aos aspectos constitucionais e formais, a proposição encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que se refere à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela Aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2007.

Sala da Comissão, 4 de março de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 406/07 NA REUNIÃO DE 04/03/08
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Unh. (Sen. Cristovam Buarque)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS

(Relator
At. Hqs.)

1- PATRÍCIA SABOYA GOMES

AUGUSTO BOTELHO

2- JOÃO PEDRO

FÁTIMA CLEIDE

3- ALOÍZIO MERCADANTE

PAULO PAIM

4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES

IDELI SALVATTI

5- FRANCISCO DORNELLES

INÁCIO ARRUDA

6- MARCELO CRIVELLARI

RENATO CASAGRANDE

7- MAGNO MALTA

SÉRGIO ZAMBIASI

8- JOÃO VICENTE CLAUDINO

JOÃO RIBEIRO

9- SIBÁ MACHADO

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

1- ROMERO JUCÁ

GILVAM BORGES

2- LEOMAR QUINTANILHA

MÃO SANTA

3- PEDRO SIMON

VALDIR RAUPP

4- VALTER PEREIRA

PAULO DUQUE

5- JARBAS VASCONCELOS

(VAGO)

6- (VAGO)

GERSON CAMATA

7- NEUTO DE CONTO

RELATOR

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)

1-ADELMIR SANTANA

HERÁCLITO FORTES

2- DEMÓSTENES TORRES

MARIA DO CARMO ALVES

3- GILBERTO GOELLNER

MARCO MACIEL

4- JOSÉ AGRIPINO

RAIMUNDO COLOMBO

5- KÁTIA ABREU

ROSALBA CIARLINI

6- ROMEU TUMA

MARCONI PERILLO

7- CÍCERO LUCENA

MARISA SERRANO

8- EDUARDO AZEREDO

PAPALÉO PAES

9- SÉRGIO GUERRA

FLEXA RIBEIRO

10- LÚCIA VÂNIA

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

1- JEFFERSON PÉRES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 464 O 7

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X				PATRICIA SABOYA GOMES				
AUGUSTO BOTELHO	X				JOÃO PEDRO				
FÁTIMA CLEIDE					ALOÍZIO MERCADANTE				
PAULO PAIM	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES	X			
INÁCIO ARRUDA					MARCELO CRIVELLA	X			
RENATO CASAGRANDE					MAGNO MALTA	X			
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO VICENTE CLAUDINO				
JOÃO RIBEIRO					SIBÁ MACHADO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO					ROMERO JUCA				
GILVAM BORGES					LEOMAR QUINTANILHA				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON				
VALDIR RAUPP					VALTER PEREIRA				
PAULO DUQUE					IARBAS VASCONCELOS				
(VAGO)					(VAGO)				
GERSON CAMATA	X				NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(VAGO)					ADELMIR SANTANA				
HERACLITO FORTES					DEMÓSTENES TORRES				
MARIA DO CARMO ALVES					GILBERTO GOELLNER				
MARCO MACIEL	X				JOSÉ AGRIPINO				
RAIMUNDO COLOMBO					KATIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					ROMEU TUMA	X			
MARCONI PERILLO	X				CÍCERO LUCENA	X			
MARISA SERRANO					EDUARDO AZEREDO	X			
PAPALÉO PAES	X				SERGIO GUERRA				
FLEXA RIBEIRO	X				LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE					JEFFERSON PÉRES				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: ~ PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 04/03/2008

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

**Estabelece as diretrizes e bases da
educação nacional.**

CAPÍTULO III
Da Educação Profissional

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. nº 6/08 – PRCDR

Brasília, 6 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 31 de maio de 2007, aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 350, de 2005, que “altera o Estatuto da Cidade, de forma a incluir a elaboração de plano de circulação de veículos não-motorizados como item obrigatório do plano diretor”, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, nos termos da Emenda Substitutiva nº 1-CDR. Submetida a Turno Suplementar em reunião no dia 6 de março de 2008,

a Comissão aprovou a Emenda nº 1-CDR ao Substitutivo do Projeto, nos termos do disposto no artigo nº 282, § 2º do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senadora **Lúcia Vania**, Presidente.

OF. nº 7/08 – PRCDR

Brasília, 6 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 13 de dezembro de 2007, aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, que “Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais”, de autoria do Senador Papaléo Paes, nos termos da Emenda Substitutiva nº 1-CDR. Submetida a Turno Suplementar em reunião no dia 6 de março de 2008 e não recebendo emendas por ocasião da discussão, o Substitutivo foi dado como definitivamente adotado, nos termos do disposto no artigo nº 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senadora **Lúcia Vania**, Presidente.

Of. nº CE/009/2008.

Brasília, 4 de março de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Valdir Raupp que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Rolim, no Estado de Rondônia”.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com referência aos expedientes lidos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 320 e 350, de 2005; e 406, de 2007**, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 43/08/PS-GSE

Brasília, 13 de março de 2008

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foram aprovadas as Emendas oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei nº 1.990, de 2007 (PLC 88/07, nessa Casa), do Poder Executivo, o qual “dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicado e será juntado ao processado do **Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2007**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência recebeu o **Ofício nº 535, de 2008**, na origem, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2005, que “*altera o art. 76 da nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais*”.

O expediente será anexado ao processado da matéria, que retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel que, como orador inscrito, terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Mão Santa, Senador Paulo Paim e Senador Papaléo Paes, que preside a presente sessão, desejo registrar hoje dois fatos que considero relevantes.

O primeiro, Sr^{as} e Srs. Senadores, diz respeito à passagem dos 60 anos de colunismo do jornalista Vilas-Bôas Corrêa, um dos mais notáveis analistas políticos do jornalismo brasileiro.

Recém-formado em Direito foi levado ao jornalismo por uma circunstância muito especial: pagar as dívidas de uma inesperada cesariana que trouxe à luz seu segundo filho.

O emprego no vespertino *A Notícia*, publicado no Rio de Janeiro, foi a sua grande escola; o trabalho, sob a regência de Silva Ramos, sua formação acadêmica; **A Notícia** e **O Dia**, jornais do mesmo grupo, foram de alguma forma sua própria casa.

A vocação para a política teve despertada na vida universitária e afirmada ao ser eleito para a presidência do CACO, Centro Universitário Cândido de Oliveira, isto é, o Diretório Acadêmico da então Faculdade Nacional de Direito, hoje Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A renúncia de Getúlio Vargas, em 1945, o encontrou na presidência da entidade. Veja que não encontrou bons tempos.

A escolha estava feita, daí o natural passo seguinte para o jornalismo político, seja no **O Estado de S. Paulo**, onde chefiou a sucursal do Rio de Janeiro, no **Jornal do Brasil**, na Revista **Isto É**, na TV Manchete, na TV Bandeirantes, no extraordinário **Jornal de Vanguarda**, marco no telejornalismo brasileiro, Vilas-Bôas Corrêa é sinônimo de credibilidade caracterizada por uma linha de absoluta imparcialidade.

Entende que a análise política, para ter a necessária credibilidade, seriedade, tem que ser neutra. Afirma que nunca assinou manifesto, nunca declarou apoio a alguém, nunca declarou voto, nem em casa. A militância, diz ele, é pecado mortal do analista político. Engajamento e análise – completava – são incompatíveis.

Em depoimento concedido à Memória da Imprensa, carioca diz que “nos jornais, minha matéria ninguém tocava e até hoje ninguém tocou. Na TV, nunca li um texto no ar; sempre falei de improviso”. A coerência, a atitude firme e a seriedade permitiram que assim fosse.

Sr. Presidente, a cultura refinada de leitor voraz, desde jovem, permitiu a Vilas-Bôas Corrêa somar à sua aguçada sensibilidade a construção lógica que a análise política recomenda. A inspiração e o exemplo que declara ter encontrado em Carlos Castello Branco – e efetivamente Castelinho é modelo do moderno jornalismo brasileiro – só o engrandecem, e o extraordinário trabalho que realiza com ética e competência ao longo desses sessenta anos o faz credor da maior admiração e respeito de todos os brasileiros.

Homem de fortes valores de família, Vilas-Bôas Corrêa encontrou em D. Regina Maria uma companheira dedicada e exemplar. Seu filho, Marcos Sá Corrêa seguiu a rota paterna e se tornou um expressivo articulista na imprensa brasileira.

Pelas razões citadas, Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, seja aprovado um voto de louvor a Vilas-Bôas Corrêa pelas seis décadas de sua densa e proba vida no exercício do jornalismo.

Mas, Sr. Presidente, desejo também registrar um outro fato que reputo igualmente importante. Trata-se do falecimento de Chiara Lubich, ocorrido sexta-feira passada, aos 80 anos, em Rocca di Papa, na Itália, depois de longa enfermidade.

Ao encerrar sua vida terrena, não posso deixar de mencionar que Chiara Lubich foi fundadora e Presidente do Movimento dos Focolares, criado na década de 40 do século passado, ao término da II Grande Mundial. Nascido e logo aprovada pela Igreja Católica, a ação dos Focolares se estende, hoje, a 182 países, com mais de quatro milhões de aderentes e simpatizantes.

Aberto a todos, reúne, pelo seu ideal de unidade e fraternidade universal, além de católicos, cristãos de várias denominações e pessoas que não professam uma fé religiosa.

Nessa perspectiva, saliente-se Chiara afirmava a importância da unidade como “sinal dos tempos” entre pessoas, gerações e raças. A palavra *unidade* é, sabemos, a palavra-chave dos Focolares, cujo objetivo é contribuir para que a humanidade se torne uma grande família.

Prova, entre muitas que poderíamos mostrar da atuação dos Focolares, foi o fato de Chiara ter sido convidada a falar na Tailândia, no continente asiático, a monges, monjas e leigos budistas, iniciando um profundo diálogo entre o Cristianismo e o Budismo.

Chiara Lubich lançou também, tendo por base o que ela chamava de “cultura da partilha”, um projeto conhecido como “economia de comunhão na liberdade”, segundo objetivos que expôs no Brasil.

A adesão ao projeto obteve uma grande acolhida. Atualmente, 700 empresas praticam “economia de comunhão” em diferentes continentes do mundo. Em nosso País, muitas delas se constituíram, inclusive em São Paulo e no Nordeste, em especial em Pernambuco.

Ano passado, Sr. Presidente, participei da inauguração de nova unidade no Município de Igarapu, cidade histórica situada no litoral norte do meu Estado. Convém destacar que a “economia de comunhão” consiste em notável esforço de gerar uma alternativa entre capitalismo de mercado e socialismo estatal. A experiência mostra que é possível uma terceira opção, ou seja, o espaço para que, dispensando o lucro, possa oferecer oportunidade de trabalho para muitas pessoas. Nesse projeto se articulam linhas sociais e econômicas que, por sua vez, enlaçam princípios nunca antes justapostos: economia, solidariedade e liberdade.

O modelo, frise-se, tornou-se objeto de várias teses em diferentes universidades do planeta, tais as características desse projeto, que vem alcançando enorme significação.

Sr. Presidente, o Movimento dos Focolares nasceu no Brasil em fins da década de 50, do século passado, no Recife, onde realizou suas primeiras atividades. Sob a liderança de Ginetta Caliarì, foi construída uma mariápolis, que outra coisa não é senão uma pequena cidade cujos habitantes devem buscar viver conforme o ideal cristão. Atualmente existem mariápolis em Pernambuco, nos Estados de São Paulo, Pará, Rio Grande do Sul e Amazonas.

Sr. Presidente, a morte de Chiara Lubich, por todos os motivos, nos entristece. O Presidente da República da Itália, Giorgio Napolitano, considerou Chiara Lubich “uma das personalidades mais representativas do diálogo inter-religioso e intercultural, uma voz vigorosa e límpida no debate contemporâneo”, e continuou o Presidente da Itália “sobre fundar o movimento que é um dos mais difundidos do mundo, capaz de deparar-se com o espírito aberto, com o mundo leigo, tendo por base a supremacia dos ideais humanos da solidariedade, da Justiça e da paz entre povos e nações.”

A CNBB, por sua vez, expediu nota através do seu Secretário-Geral, Dom Dimas Lara Barbosa, que é Bispo auxiliar do Rio de Janeiro:

“A CNBB recebe com pesar a notícia da morte de Chiara Lubich, ocorrida na madrugada de hoje em Roma, solidarizando-se com todos os membros do Movimento dos Focolares, fundado por ela em 1943 e presente no Brasil desde 1958.

Chiara Lubich, ao longo de sua vida, deu um grande testemunho de fé e humanidade, num empenho constante pela comunhão na Igreja, pelo diálogo ecumênico e pela fraternidade entre todos os povos.

Recordamos suas diversas visitas ao nosso País, particularmente em 1991 quando propôs a criação da Economia de Comunhão que, no âmbito do Movimento dos Focolares, buscou ser uma resposta aos grandes problemas sociais de nosso povo. Essa experiência logo se consolidou e se expandiu, sendo hoje um modelo de solidariedade e de serviço aos mais pobres em todo o Mundo.

A Deus fazemos chegar nossa prece a fim de que acolha Chiara Lubich entre os eleitos, dando-lhe do banquete preparado para os que, nesta vida, serviram Cristo nos mais pobres e sofredores. Conforte-nos a palavra da Sabedoria: “As almas dos justos estão na mão de Deus (...), eles estão na paz” (Sb, 3, 1.3c).”

Creio, Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, que, em face do exposto, o Senado Federal aprove voto de pesar pelo falecimento de Chiara Lubich, numa de-

monstração de reconhecimento do povo brasileiro pelo muito que ela fez em favor da paz, da solidariedade e, sobretudo, em favor do diálogo ecumênico.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

As providências regimentais cabíveis serão tomadas em razão do seu pedido.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, para uma comunicação inadiável. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Pedro Simon como orador inscrito.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há dias que a imprensa do Paraná vem noticiando dados conflitantes entre aqueles que são divulgados pela Secretaria de Segurança Pública e os que são divulgados pelo mapa da violência.

Não importa qual seja a referência, o que importa, Sr. Presidente, é a situação de absoluta gravidade. Curitiba e região metropolitana estão em uma escalada de violência que precisa ser detida. Os números são alarmantes e revelam que há uma precariedade no sistema de segurança da capital e região metropolitana. Curitiba, outrora, era considerada uma capital pacífica, tranqüila, sem problemas de criminalidade e de segurança.

Só para revelar alguns números, em 2002 ocorreram em Curitiba 530 homicídios – e essa matéria está na **Gazeta do Povo**, que circula hoje, 17 de março –; em 2003, 612; em 2004, 693; em 2005, 778; em 2006, 874.

Sr. Presidente, a população cresce a um ritmo de 1,9% a 2% ao ano, e a violência, medida aqui pelo número de assassinatos ocorridos em Curitiba, cresceu em média 12% ao ano. Se tomarmos um período maior, 8% ao ano, quatro vezes mais do que cresce a população. Numa análise simplista alguém poderia dizer: bom, se o índice de crescimento de assassinatos crescesse igual ao índice da população, não estaria aumentando. Já não estaria bom pensar assim, porque o número de pessoas assassinadas seria maior.

Mas ocorre que nós temos um crescimento, Sr. Presidente, de 12% ao ano, nos últimos anos, em Curitiba, de mortes por assassinato. Curitiba chegou a um índice de 49 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes no ano passado. Eu vou repetir: 49 assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes. A cidade do Rio de Janeiro, que é conhecida como uma capital com problemas de segurança em razão de tudo que por lá acontece, chegou a um índice de 38 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes.

Não dá mais para a gente ficar assistindo o que está acontecendo sem tomar uma providência. Eu debati esse assunto da segurança pública durante a campanha eleitoral. E não faço aqui um debate agora com quem governa o Estado porque nós debatemos na campanha e não é esse o meu objetivo. O meu objetivo é, como agente público, como cidadão do Paraná, tentar colaborar com sugestões que possam amenizar esse drama que vive a capital do Paraná e a região metropolitana, onde os índices de violência também crescem assustadoramente.

Pois bem, quais são as causas, segundo os estudiosos? A entrada de drogas pela fronteira; drogas e armas que ingressam pela fronteira livremente.

Sugiro ao Governo do Paraná que trate deste assunto com o Presidente da República, para que tenhamos na fronteira um contingente maior do Exército e da Polícia Federal.

Somente assim é que nós poderemos conter as drogas que são carregadas para dentro da casa das famílias que vivem na região metropolitana e em Curitiba e que contaminam o ambiente familiar, arrastando muita gente para o crime. O mundo do crime é muito mais ampliado, amplificado mesmo quando há o componente das drogas.

A primeira sugestão, portanto, que faço é maior contingente do Exército e da Polícia Federal e conter esse ingresso livre de drogas pela fronteira. Segunda, reativar os módulos que foram desativados, não sei se por questões políticas ou não – não interessa discutir aqui. Mas creio que os módulos policiais eram uma referência que as pessoas poderiam procurar, fazer sua queixa, registrar ocorrência e, evidentemente, manter e ampliar as estruturas móveis. A terceira sugestão é muito mais importante. O contingente de policiais que temos hoje nas ruas é o mesmo de 15 anos atrás. A população cresce a 2% ao ano. Os problemas estão crescendo a um ritmo acelerado: o índice de assassinatos é de 12% ao ano na capital. Não podemos mais tentar conter a violência que cresce apenas com o aparelhamento ou o contingente de polícia que há hoje na capital. Por isso a Polícia Militar e a Polícia Civil precisam ser ampliadas. É necessário, sobretudo, qualificar esses agentes que vão para as ruas para que possam oferecer serviço de qualidade.

A outra solução que deixo é que nós temos em Curitiba e região metropolitana bairros com população igual à de médias e grandes cidades do interior do Paraná, e lá se vê uma viatura da polícia. Equipar a polícia é fundamental, mas, principalmente, o serviço de inteligência da polícia, porque os bandidos estão hoje equipados e a polícia precisa estar igual ou mais, de preferência melhor equipada, para chegar antes, para,

preventivamente, chegar e punir aqueles que estão se programando para cometer os crimes.

Não adiante jogar a culpa em cima de um ou de outro. O Governo do Estado, o Governo do Município, a sociedade, todos nós somos responsáveis.

O que quero dizer é que, se todas essas providências são necessárias agora, é porque o crime avançou demais, é porque não se tomaram as providências preventivas, e isso revela a falência ou a frustração das políticas públicas que foram colocadas em vigor até agora.

Não dá para considerar políticas públicas eficientes no setor social, especialmente, se nós temos esse quadro em Curitiba.

O Prefeito da capital, Beto Richa, acaba de criar a Secretaria Municipal Especial Antidrogas e chamou o delegado da Polícia Federal, Francisco Franceschini, para ocupá-la. Foi criticado, mas quero aqui enaltecer a sua atitude, porque está pondo o dedo na ferida. As drogas estão hoje contaminando o ambiente familiar de tal forma que elas são o instrumento principal desse crescimento da criminalidade.

Eu prego aqui uma união de forças entre os Governos municipais, o Governo estadual, o Governo Federal e a sociedade organizada, Sr. Presidente – vou encerrar –, para que não tenhamos essa desordem no sistema de combate à violência e para que nós não tenhamos, sobretudo, essa folgada vantagem que os bandidos estão levando sobre a polícia, fazendo crescer o medo, fazendo crescer a preocupação das famílias, que já não deixam mais seus filhos saírem à noite. E há comunidades que se trancam à noite, em casa, com medo daquilo que está nas ruas.

É preciso inverter essa ordem. É preciso colocar essa casa em ordem. E, para colocar a casa em ordem, Sr. Presidente, penso que não é uma medida mágica que possa ser adotada, mas é simplesmente nós fazermos uma união das forças desses Poderes – Municipal, Estadual e Federal – e a sociedade organizada, mas chegar antes. Para que as gerações futuras não ingressem nesse mundo, educação em tempo integral, Sr. Presidente, para que as crianças, lá na escola, desde lá, possam aprender seus direitos e suas responsabilidades, e seguir, no ensino médio, com o curso profissionalizante.

Aquele projeto de estágio de minha autoria, que o Governo plagiou, continua parado na Câmara dos Deputados. É mais um acordo que não foi cumprido aqui. Ele pode ajudar a prevenir também tanta violência que hoje assusta as famílias de Curitiba, região metropolitana e, de resto, de todo o Paraná e de todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

V. Ex^a, como orador inscrito, terá direito a vinte minutos para o seu pronunciamento.

O Senador Mário Couto é o próximo orador inscrito para usar da tribuna.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu venho hoje a esta tribuna para falar de um acontecimento épico: a diáspora do povo gaúcho, que já dura mais de um século. Estou-me referindo à movimentação de proporções bíblicas do povo sul-rio-grandense pelas novas fronteiras agrícolas de todo o nosso Brasil.

Posso dizer sem medo – sem nenhum medo de errar – que, em todos os lugares deste imenso País em que novas terras foram incorporadas à produção agrícola, lá estavam os gaúchos.

Além do hábito cotidiano do chimarrão e do churrasco, levavam na bagagem a ética do trabalho duro que herdaram de seus ancestrais. Para todos os lugares para onde migraram, nossos colonos carregaram consigo suas danças, sua cultura, sua música, sua poesia. Centenas de Centros de Tradição Gaúcha, os tradicionais CTGs, espalham-se hoje do Oiapoque ao Chuí. Em todas as novas terras que ocuparam fizeram prevalecer o hábito do trabalho cooperativo, de forte coesão comunitária. Trabalho familiar, família com família.

Estima-se que mais de 2,5 milhões de gaúchos, afora seus descendentes, vivem hoje fora do Rio Grande do Sul. Esse número supera em muito o dos grandes Estados do Nordeste, tradicionalmente considerados os principais pólos de migração interna.

Pode-se dizer que um de cada nove gaúchos mora fora da terra que o viu nascer.

Se uso aqui esta palavra forte – diáspora! –, é porque a movimentação dos gaúchos guarda alguma coisa de dispersão dos judeus, que, mesmo espalhados pela Terra, ao longo dos séculos, mantiveram seus rituais e sua crença.

Aliás, é importante ressaltar que os gaúchos não se espalharam apenas pelo território brasileiro. Lá estão eles no Paraguai, na Argentina, no Uruguai, na Bolívia, levando as suas idéias e a sua cultura.

Hoje a palavra diáspora serve para indicar a dispersão de um povo em consequência de preconceito ou perseguição política, religiosa ou étnica. No caso do Rio Grande do Sul, o problema que afastou a nossa gente foi sempre a natureza econômica e a busca do melhor.

Antes de entrar propriamente nessa saga moderna, eu gostaria de chamar a atenção dos Senadores para um aspecto relevante da economia brasileira que nunca foi examinado com a profundidade que merecia. A verdade é que os grandes superávits brasileiros das últimas décadas, obtidos em grande parte com a exportação de nossos produtos agrícolas, pecuários ou de agroindústria, foram gerados principalmente por esses migrantes gaúchos espalhados pelo Brasil inteiro, afora os do Rio Grande do Sul.

Ocorre que todos os principais Estados exportadores de produtos agropecuários no Brasil receberam, em um ou outro momento, grande leva de imigrantes gaúchos ou de descendentes de gaúchos nascidos em outros Estados. Por exemplo, foram os gaúchos que levaram o progresso e o desenvolvimento ao oeste do Paraná e de Santa Catarina, e os filhos desses gaúchos no Paraná e em Santa Catarina foram para o Mato Grosso, para a Amazônia e para outros Estados.

Dou um exemplo concreto, repito. O setor agrícola brasileiro fechou o ano de 2007 com um superávit recorde de cerca de US\$50 bilhões. Exportamos US\$58,4 bilhões de produtos agrícolas contra importações de US\$8,7 bilhões. Exportamos, repito, US\$58,4 bilhões de produtos agrícolas e importamos US\$8,7 bilhões de produtos agrícolas. Como o saldo da nossa balança comercial foi de R\$40 bilhões, pode-se dizer que, sem o agronegócio, não teríamos saldo positivo. Pelo contrário, teríamos um saldo negativo de R\$10 bilhões.

O impressionante recorde do setor agrícola do ano passado basta para aprovar o que digo: gaúchos ou seus descendentes estão na origem das sucessivas safras recordes de grão, de aumento das exportações de carne, de sucessivos aumentos da nossa agroindústria ao longo dos últimos dez anos. Isso é o que precisa ser registrado.

O que estou afirmando sobre a importância dos migrantes gaúchos pode ser testemunhado por inúmeros Senadores aqui presentes. Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Piauí, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Amapá são hoje os grandes centros da agroindústria e da produção agropecuária. Ora, esses são justamente os Estados que mais receberam agricultores sul-rio-grandenses ou seus descendentes, já nascidos em outras Unidades da Federação.

No último caso, está Rondônia, Estado que recebeu um grande número de gaúchos, mas cujo maior fluxo de migração veio do Paraná. No entanto, esses paranaenses, em grande parte, são os descendentes dos gaúchos que foram para o Paraná. Eles chegaram ao oeste e ao sudoeste do Paraná a partir de 1940, e seus filhos e netos é que foram para Rondônia.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Rio Grande do Sul recebeu, no século XIX, dois grandes fluxos migratórios vindos de uma Europa então empobrecida e com gente passando fome. Como a região do pampa, de terras planas, já estava ocupada desde o século XVIII, os imigrantes europeus, notadamente italianos e alemães, foram trazidos para domar as florestas e as serras que ficavam no norte do Rio Grande do Sul.

Os germânicos começaram a chegar a partir de 1824, e os italianos desembarcaram meio século depois, em 1875. A pequena propriedade, em que se mescla a produção de alimentos e de animais para consumo próprio – vendendo-se apenas os excedentes – será a marca comum da colonização levada adiante por duas etnias.

Por terem chegado antes, os alemães receberam terras às margens dos rios. Isso explica a rápida ascensão econômica de muitos imigrantes dessa nacionalidade, em especial os que passaram a vender o que era produzido na colônia aos comerciantes de Porto Alegre.

Já aos italianos foram destinadas as serras íngremes, então tomadas pelas florestas. Ali foram obrigados a enfrentar uma natureza que desconheciam, de matas cerradas, com clima muito diferente daquele com o qual estavam acostumados. Em muitos lugares, tiveram de se proteger do assalto dos índios que reagiam ao avanço dos brancos.

Sem o apoio das autoridades que os haviam atraído ao Brasil e vivendo num País cuja língua não dominavam, esses imigrantes acabaram desenvolvendo um forte senso de vida comunitária. Em torno de uma igreja, luterana ou católica, alemães e italianos construíram suas escolas e hospitais. Dotados de forte sentido de união, criaram associações de mútuo socorro: santas casas, escolas e clubes.

Tem origem nos primórdios da nossa colonização no Rio Grande do Sul a adesão entusiasmada que os gaúchos sempre demonstraram pelo cooperativismo, ainda hoje um traço diferenciador das nossas comunidades espalhadas pelo Brasil.

O instituto da cooperação será, repito, um dos traços mais marcantes da diáspora gaúcha.

No início do século XX, as terras do norte e do nordeste do Rio Grande do Sul já estavam integralmente ocupadas. Naquela época, 12% da população do Rio Grande do Sul era formada por estrangeiros. Os integrantes da primeira geração nascida na nova terra começavam a chegar à idade adulta. Os imigrantes chegados em meados do século anterior estão velhos. Morrem. Isso cria um problema: como fazer a sucessão?

As famílias de então eram numerosas, porque os pais precisavam de muitos braços para o duro trabalho no campo. Sem falar, é claro, das doenças que dizimavam um grande número de recém-nascidos. Era comum que, de uma dezena de filhos, apenas seis ou sete chegassem à idade adulta.

Em média, uma propriedade de colonização tinha 25 hectares. Ora, a sua divisão entre vários filhos inviabilizaria a sustentação econômica de qualquer um deles.

Tradicionalmente entre os europeus, a propriedade era herdada pelo primogênito. Assim, os demais filhos tinham que buscar novos horizontes. É isso que vai desencadear a passagem de agricultores gaúchos para os intocados campos do oeste de Santa Catarina.

Na virada do século, a economia daquela região catarinense estava calcada na erva-mate e na extração de madeira. Entre 1912 e 1916, ocorre na região limítrofe entre Paraná e Santa Catarina um conflito sangrento, conhecido como Guerra do Contestado, que tem características semelhantes à Guerra de Canudos, mas fez um número bem maior de vítimas: 20 mil.

Terminada a Guerra do Contestado, tem início a migração gaúcha. A maior cidade do oeste catarinense, Chapecó, hoje com 160 mil habitantes, foi fundada por um sul-rio-grandense em 1917. Todos os maiores Municípios do oeste – Concórdia, Xanxerê, São Miguel do Oeste – nasceram de modo semelhante. Também foi fortíssima a influência de migrantes gaúchos na formação de cidades do Meio Oeste, outra região rica de Santa Catarina.

Quando os gaúchos chegaram, grande parte das florestas catarinenses tinha sido derrubada por madeiras de capital estrangeiro, que exploravam as terras às margens da Ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul.

Naquele Estado, repete-se a colonização de pequenas propriedades. Isso vai garantir ao Estado de Santa Catarina o título que ostenta hoje de unidade da federação que tem a melhor divisão de renda do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, vamos agora dar um salto no tempo que nos levará aos anos 40 e ao Paraná.

Sobre a colonização pelos gaúchos do oeste do Paraná, o repórter Luiz Sujimoto, do **Jornal da Unicamp**, escreveu em março de 2006:

“Está fazendo 60 anos que 21 gaúchos partiram para uma extenuante viagem até o extremo oeste do Paraná, só alcançando o destino graças a trilhas abertas pela tropa do Marechal Rondon em perseguição à Coluna Prestes. Eram desbravadores em região inóspi-

ta, que iniciaram a demarcação das terras ricas em madeira e de solo roxo, com o propósito de vendê-las a agricultores gaúchos. A notícia correu rápido em Porto Alegre e na Serra Gaúcha, entre famílias sem chance de inserção nas áreas rurais ou urbanas no Estado...”

E prossegue o repórter do **Jornal da Unicamp**:

“Em 1940, havia 7.645 habitantes em todo o extremo oeste do Paraná. A população saltou para 16.421 em 1950 e para 135.697 em 1960. Pesquisa realizada por um grupo de geógrafos, em 1958, apontou que esse fluxo foi basicamente de gaúchos – vindos do norte e nordeste do Rio Grande do Sul e também de Santa Catarina [filhos dos gaúchos em Santa Catarina] – que naquele ano representavam 69% do total de imigrantes.”

O oeste do Paraná foi conquistado na Guerra do Paraguai, mas, em função de dívidas assumidas na época, foi em parte explorado por uma empresa madeireira inglesa que, em meados da década de 40, devolve a terra ao Governo brasileiro.

E conclui o jornalista da Unicamp:

“Foi quando os desbravadores gaúchos, que já vinham exercendo atividade de colonização no oeste de Santa Catarina, souberam que as glebas seriam disponibilizadas a bom preço e se cotizaram para criar, em Porto Alegre, a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná, empresa privada de colonização. A intensa campanha de vendas, principalmente junto a descendentes alemães e italianos na Serra Gaúcha, estimulou grandes [imensos] fluxos de migrantes para o oeste paranaense”.

A produção de milho, soja, algodão e trigo avançou rapidamente, arrastando consigo a criação de suínos e de aves. As cidades de Cascavel e Toledo, principalmente, cresceram num ritmo intenso. No entanto, já no final da década de 70, muitos dos descendentes dos que haviam chegado ao oeste do Paraná tiveram que migrar para as novas fronteiras agrícolas em busca de melhores oportunidades. Mato Grosso do Sul e Rondônia serão os principais destinos dessa nova geração.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, embora se considere que foi na década de 50 que começou a imigração dos gaúchos e seus descendentes para o hoje Mato Grosso do Sul, a história registra que os primeiros sul-rio-grandenses a desembarcarem naquela região teriam chegado pouco depois da Revolução Federalista.

Esses gaúchos pioneiros dirigiram-se para lá, com suas carroças e cargueiros, por terem sido informados sobre as semelhanças entre os campos do sul e os da nova terra, também planos e apropriados à criação de gado.

Essa imigração inicial concentrou-se na região dos atuais Municípios de Ponta Porã, Bela Vista e Amambai. Ali, onde originariamente só se explorava erva-mate, os gaúchos desenvolveram a pecuária extensiva.

Na década de 70, uma nova leva de migrantes gaúchos estabeleceu-se em Mato Grosso do Sul, seguindo padrões de colonização diferentes da primeira. Em vez da pecuária, o que atraía o sul-rio-grandense era a possibilidade de cultivo mecanizado da soja na região centro-sul do Estado. Como as terras ainda eram baratas, os colonos vendiam suas terras no Rio Grande do Sul e podiam comprar extensões muito maiores em Mato Grosso do Sul.

A segunda maior cidade do Estado, Dourados, já nos anos 60, sofreu um acelerado aumento populacional graças à migração, que tinha os gaúchos como maioria. Mas havia também muitos catarinenses e paranaenses, por sua vez, descendentes de gaúchos. Os sul-rio-grandenses introduziram uma cultura agrícola que consistia especialmente no tratamento do solo. Fizeram explodir a área plantada.

No caso do Mato Grosso do Sul, merece especial atenção a cidade de São Gabriel do Oeste, Município com 25 mil habitantes, fundada no final dos anos 70 por gaúchos. O churrasco e o chimarrão são hábitos locais. Sua base econômica está na produção agrícola, sendo a soja o principal produto, seguido por milho e sorgo. Só para se ter uma idéia do progresso desse Município, basta dizer que ele é o maior produtor de soja e o segundo maior produtor de milho de Mato Grosso do Sul. Mas é também o maior produtor de sorgo do Brasil! Além disso, é o maior produtor de suínos e de avestruzes do Estado!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

Vou falar um pouco da migração gaúcha para o Mato Grosso. Destacarei apenas a presença gaúcha em três Municípios porque julgo que eles são emblemáticos dos motivos que levaram nossos agricultores àquele Estado, nos anos 70.

O Município de Canarana, hoje com 30 mil habitantes, surgiu no início dos anos 70, quando se instalaram os primeiros agricultores recrutados no Município gaúcho de Tenente Portela, pela Cooperativa Colonizadora 31 de Março, fundada e dirigida pelo pastor Norberto Schwantes e pelo economista José Roberto Schwantes.

A cooperativa colonizadora não visava lucro, já que o objetivo de seus criadores era assentar famílias

gaúchas luteranas em território mato-grossense. A iniciativa tinha o apoio do Governo Federal e do então Governo do Rio Grande do Sul – sobre esse assunto falarei oportunamente –, que desejavam tanto atrair empresários rurais para a região quanto diminuir as tensões nos conflitos de terras que começavam a explodir no Rio Grande do Sul.

A cidade de Sorriso também nasceu em decorrência de incentivos do Governo Militar para colonização e ocupação da chamada Amazônia Legal no final da década de 70 do século passado. Apesar de a colonização ter muitos paranaenses e catarinenses, atraídos pela Colonizadora Feliz, também são numerosos os gaúchos, principalmente os da região de Passo Fundo.

Elevada à condição de Município em 1986, Sorriso tem hoje 55 mil habitantes. A explosão demográfica decorreu em função da pavimentação da BR-163, que barateou o escoamento da produção. Atualmente, é considerado o maior produtor de soja do País; Também se destaca pela produção de algodão e milho. É o Município que, individualmente, mais produz grãos no Brasil: 3% da produção nacional e 17% da produção estadual.

Cito exemplo ainda de Lucas do Rio Verde. Hoje, com 30 mil habitantes, é Município modelo, que ocupa um lugar de destaque no *ranking* dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) em nosso País. O interessante é que, até final dos anos 90, a cidade – cuja população é predominante sulista – não era servida nem por rede de energia elétrica.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Só um pouquinho. Eu já lhe darei o aparte com o maior prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Aguardo ansiosamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

Os estudiosos de demografia consideram que são três as fases de migração brasileira com o objetivo de ocupação de fronteiras agrícolas.

A primeira, que vai dos anos 30 até a década de 60, corresponde à ocupação, pelos gaúchos, do oeste de São Paulo, oeste de Santa Catarina, norte e oeste do Paraná e sudeste de Mato Grosso.

A segunda grande onda migratória se espalha por Goiás, Mato Grosso do Sul e Maranhão, sendo que a construção de Brasília – ao mesmo tempo em que se abriam estradas para o centro do País – foi o fator essencial dessa movimentação.

A terceira e última fase é a da ocupação da Amazônia, desencadeada a partir dos anos 70, por inicia-

tiva do Governo militar, cuja idéia central era ocupar aquele imenso espaço vazio.

A colonização de Rondônia se enquadra nessa terceira etapa. Os maiores contingentes dos que para lá se dirigiram, nos anos 70 saíram do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Os paranaenses e catarinenses, em muitos casos, eram descendentes de gaúchos que foram para aqueles estados em décadas anteriores.

No Estado do Amazonas, também são numerosos os gaúchos. Escrevendo na revista *Veja*, em 1996, o jornalista João Flávio Caminoto conta a saga de uma cidade, Apuí, no sul daquele Estado, que foi criada por imigrantes do Rio Grande do Sul:

“Em 1975, Arlindo e Zulmira Marmentini, ele catarinense filho de gaúchos, ela, gaúcha de Caxias do Sul, faziam uma viagem pela Transamazônica num *trailer* e se impressionaram com a topografia e o tamanho colossal das árvores da região. “Ainda vamos morar neste lugar”, disse Arlindo. Não deu outra: o casal largou uma vida confortável em Curitiba, onde tinha uma empresa de transportes, e mudou-se para a floresta...”

Em 1996, a cidade já chegava a 20 mil habitantes e era considerada o celeiro do Amazonas.

E acrescenta o jornalista: “Todas as crianças estão na escola. A mortalidade infantil é insignificante. Uma centena de imigrantes do Sul desembarca todo mês em busca de terra, distribuída de graça pelo Governo.”

O repórter da *Veja* escreve ainda sobre outra cidade do Amazonas:

“O preço do hectare nas cercanias de Humaitá, a principal cidade do sul do Estado do Amazonas, triplicou nos últimos meses. A valorização coincidiu com a chegada de uma nova leva de gaúchos. É sempre assim: um gaúcho chama outro e, em pouco tempo, forma-se uma cidade.”

A partir dos anos 80, começam também a se estabelecer na Bahia, no Maranhão, em Roraima, no Piauí e em Palmas.

No caso da Bahia, é de se destacar o extraordinário surto de desenvolvimento registrado nas duas últimas décadas, na área que tem Barreiras como cidade principal. Aquela região é responsável por 60% da produção de grãos do Estado, e sua renda **per capita** é uma das maiores do interior do Nordeste. As demais cidades da região – Desidério, Formoso do Rio Preto, Baianópolis, Correntina e Riachão das Neves – são grandes produtores de soja. Mas o maior destaque fica mesmo para a cidade de Luís Eduardo Magalhães,

a mais gaúcha delas, cujo crescimento explosivo em pouco tempo causas espanto.

Em 2004, a população da cidade de Luís Eduardo Magalhães não passava de 20 mil habitantes. Atualmente, são cerca de 50 mil habitantes, grande parte deles migrantes do sul. A presença esmagadora de gaúchos tem forte influência tanto na maneira de se comportar e falar como na maneira de se alimentar. Apesar de criada há menos dez anos, a cidade de Luís Eduardo Magalhães possui a décima economia do Estado da Bahia. Seu parque industrial conta com inúmeras grandes empresas, muitas delas multinacionais. Sua agricultura é pujante, diversificada e de grande produtividade, possuindo grandes áreas irrigadas. Sua pecuária é de alta qualidade, tanto na área genética como na tecnológica.

Passo agora, Sr. Presidente, aos Estados da região que antigamente se chamava Meio-Norte: Maranhão e Piauí.

No Maranhão, os gaúchos se concentram no sul, principalmente na cidade de Balsas, cuja população anda em torno de 70 mil habitantes. Com crescimento de 20% ao ano, o Município tem forte influência do sul e dos imigrantes do Rio Grande do Sul.

A produção se dá em lavouras mecanizadas, que usam a tecnologia desenvolvida para a exploração do cerrados, transformados em imensos e ricos campos de soja, milho, cana-de-açúcar e algodão. A pecuária também tem uma participação importante na economia do Município, bem como a piscicultura.

A partir de 1992, a região de Balsas começou a produzir soja para o mercado externo, transportando-a através do Corredor Norte de Exportação. Em dez anos, a produção de grãos cresceu mais de 1.700%. Repito: mais de 1.700%.

Passo agora ao Piauí, do meu querido irmão Senador Mão Santa.

Na **Folha de S.Paulo**, em maio de 2005, depois de mencionar a grave seca que se abateu naquele ano sobre o Rio Grande do Sul, o jornalista Mauro Zafalon escreveu:

“Os gaúchos do sul estão com produtividade de 560 quilos de soja por hectare. [Os gaúchos do sul, fruto da seca, estão com produtividade de 560 quilos de soja por hectare.] Os [gaúchos] do Piauí conseguem 3.200 quilos... Os sinais da pujança desses gaúchos no Nordeste na produção de grãos começam a ficar evidentes nas estradas que levam às novas fronteiras de produção: dezenas de caminhões transportam para as novas fronteiras as colheiteiras que estão sendo pouco utilizadas no sul.”

O jornalista fala então de Uruçuí uma pequena cidade que tem forte presença de agricultores gaúchos e que vem registrando crescimento anual de 20% na sua produção agrícola:

“Há poucos anos, a soja não era cultivada no Município. Atualmente, são 90 mil hectares. O Piauí, que há cinco anos plantava apenas 62 mil hectares com grãos, deve atingir 240 mil hectares neste ano... O Estado tem 4 milhões de hectares à disposição. A produtividade é boa na região porque os agricultores aprenderam as primeiras lições no Sul, aprimoraram-se no Centro-Oeste e já chegaram formados e experientes [ao Piauí].

Depois de entrevistar vários agricultores gaúchos, o jornalista da **Folha** conta a história José Antônio Görgen, conhecido como Zezão, pioneiro no plantio de soja, que foi chamado de “louco” quando decidiu ir para o Piauí. Hoje, ele já cultiva 10,3 mil hectares no Piauí e 2,1 mil no Maranhão.

Já Anacleto Barrichelo, da cidade de Nova Santa Rosa (cidade piauiense que repete o nome de uma cidade gaúcha), que chega a colher até 75 sacas de soja por hectare em algumas áreas de sua fazenda, diz que só tem uma coisa a lamentar: “Pena que não vim para cá dez anos antes”.”

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a. Hoje é uma segunda-feira tranqüila, início da Semana Santa. Voltarei a esta tribuna, porque há uma série de análises que pretendo fazer. Tratarei de outros Estados: Minas Gerais, Goiás, Roraima. Voltarei a me aprofundar nesse tema.

O que quero é, com esses pronunciamentos, falar a todos os brasileiros, do campo e da cidade: reconheçam a saga desses novos bandeirantes. Sim, os gaúchos são os bandeirantes do século XX. Foram os gaúchos que alargaram as fronteiras agrícolas deste País, com seu trabalho e seu suor, e continuam a ser desbravadores de novas terras no início de século XXI.

O Brasil muito deve a eles. Os seguidos superávits da nossa balança, as nossas cooperativas, o trabalho desenvolvido devem ser reconhecidos. Merecem respeito.

É com muita alegria que ouço meu querido irmão Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, eu realmente estava ouvindo V. Ex^a atentamente. Então, veio a minha mente a Antiguidade, quando um filósofo disse: “Muitas são as maravilhas da natureza,

mas a mais maravilhosa é o ser humano”. E é isso o Rio Grande do Sul. Na política todo o Brasil reconhece Bento Gonçalves, Oswaldo Aranha... Acabei de ler o diário de Getúlio Vargas. Papaléo, é o diário que ele fez de 1930 até 1942. Ô homem trabalhador! Luiz Inácio, pelo amor de Deus, nunca mais diga que fez o Brasil. Olhe Getúlio Vargas! Papaléo, eu li de 30 a 42. Houve um acidente, foi no período da guerra, ele se chateou e disse que não tinha... passou uns 4 meses hospitalizado... que não ia mais. Mas eu li 12 anos – agora que eu terminei – do diário de Getúlio Vargas. Ele simboliza tudo o que foi feito por Getúlio Vargas. Luiz Inácio, pelo amor de Deus, nunca mais diga uma loucura destas: que fez tudo no Brasil. Eu vou dizer, eu estou com dois volumes riscados. No dia em que vir uma manchete dizendo “fui o único que fiz”, eu trago os dois, que estão em meu gabinete, e entrego ao Paim, em respeito aos Presidentes. V. Ex^a vai dar uma aula sobre Pedro II, 49 anos do estadista. Getúlio Vargas... Eu estou no ponto. Ô Luiz Inácio, não faça essa besteira, está entendendo? Olha, eu li. Natal, carnaval... Esse Getúlio é o símbolo; Oswaldo Aranha, e não sei quem, Pinheiro Machado, João Goulart; e vocês aqui.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Flores da Cunha...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – E, na literatura, *Olhai os Lírios do Campo*, etc. Agora, isto é o que eu queria dizer: Pedro, eu tenho que agradecer ao Rio Grande do Sul. V. Ex^a conhece o Piauí. Pedro Simon, quando me candidataram a governador, era para ser boi de piranha, para eleger uns deputados federais. Porque eu sou de Parnaíba, no litoral. Formei-me no Ceará, e, no Rio, vou lhe contar, a minha vida era com Adalgisa. Aí disseram: não conhece o Piauí, não conhece Picos? Eu disse: eu não conheço mesmo. Eu não era **hippie** e vagabundo para andar por aí, mas vou conhecer os problemas. Sabe por que eu ganhei? Porque lá estava impregnado de homens do Sul, de gaúchos, trabalhando. E eles acharam o candidato do PT. Tinha uma Rural, eles queriam tomar; o outro representava a oligarquia. Eles pegaram a minha candidatura. Mas quero dizer o seguinte: então, como gratidão e admiração a V. Ex^a, eu os recepcionava. Num dia só, Papaléo, chegaram trezentas famílias gaúchas, cooperativas Cotrirosa e Bom Jesus. Trezentas famílias! Lá, havia um gaúcho, Gabriel – para mim, foi igual àquele anjo Gabriel –, que era gerente da Bünge, antiga Ceval, que fui buscar e, hoje, está implantada lá. Pedro Simon, os gaúchos transformaram, nós mudamos, eles nos educaram. Então, na região sul, onde há o cerrado, hoje é uma mistura feliz, a produção cresceu. Senador Pedro Simon, nós mudamos, os gaúchos nos educaram. Onde há cerrado, hoje é a mistura feliz, e essa

produção cresceu. Quero, pessoalmente, uma vez ter o prazer de levá-lo ao sul do Estado para V. Ex^a ver a contribuição do homem e da mulher gaúcha na formação de educação do povo piauiense e na produção local. Assino embaixo a grandeza, a saga, o exemplo. Deus me permitiu, quando fui médico residente, e vou cobrar de V. Ex^a. Os meus melhores amigos eram Jaime Pietá, médico residente, que tem um irmão que é Prefeito de Guarulhos, e Leo Gomes, de Dom Pedrito. Desde então aprendi a admirar a inteligência, a decência do homem gaúcho. Escolhi V. Ex^a como meu Líder no PMDB, e líder político.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Fico muito agradecido a V. Ex^a.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que o depoimento do Senador Mão Santa, falando da presença dos gaúchos no Piauí, vários Senadores poderão repetir em seus Estados.

Queria dar um aparte aos meus amigos, principalmente para o Senador Eduardo Suplicy. Porém, peço-lhes desculpas, pois, em face de meu tempo tão alongado, recebi uma determinação: “Simon, só não dê mais apartes”. Os senhores entendam. Obrigado. Apenas encerro.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Apenas peço a compreensão do Senador Eduardo Suplicy, considerando...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Se me permitir um aparte, eu serei brevíssimo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quem concedeu o aparte a V. Ex^a foi a Mesa, e eu fico muito feliz com isso.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Desde que V. Ex^a consiga ser brevíssimo, tem o aparte, nobre Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a traz aqui um testemunho formidável a respeito do valor dos gaúchos no desenvolvimento do seu próprio Estado, mas levando o seu conhecimento a todos os lugares do Brasil, inclusive até o Estado do Senador Mão Santa, o Piauí. V. Ex^a destacou o valor extraordinário dos rio-grandenses-do-sul em promover atividade na agricultura, nas formas cooperativas de produção em tantas instituições. V. Ex^a foi um dos Senadores que, ainda que do PMDB, ressaltou também inovações como as que foram realizadas primordialmente pelo PT em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, como o Orçamento Participativo. Mas, sim, o Partido de V. Ex^a, o PMDB, também tem realizado prévias ali muitas ve-

zes extraordinárias. Mas eu gostaria de ressaltar que o Rio Grande do Sul deu um bom exemplo de prática jurídica neste final de semana, ontem, na disputa tão equilibrada entre Miguel Rossetto, ex-Ministro, e a Deputada Maria do Rosário, para ver quem seria escolhido candidato a prefeito, e o resultado foi muito equilibrado. Portanto, os dois tiveram extraordinário mérito. Quatro mil trezentos e setenta e nove filiados votaram: 2.137 para Rossetto, 2.193 para Maria do Rosário, com uma diferença de apenas 56 votos. Mas eu quero sobretudo cumprimentar algo importante do Rio Grande do Sul: esse exemplo de prática da democracia, em que ambos os lados tiveram um embate bonito e que todo o País acompanha.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço a V. Ex^a. Realmente foi um exemplo muito bonito essa prévia. Esperava-se a vitória do ex-Vice-Governador, mas a Maria do Rosário, em uma demonstração de que a época está se abrindo para as mulheres, surpreendeu a todos. Mas eram dois grandes candidatos. Acho que o PT irá com um grande candidato.

Eu agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente. E voltarei a esta tribuna para abordar dois aspectos.

Um, que é muito interessante: é muito difícil encontrar outra realidade semelhante a esta: os gaúchos que estão lá na cidade do interior, em qualquer lugar do Brasil, se dedicam, amam a sua terra, o seu novo Estado. Mas eles guardam uma dedicação aos usos e costumes, aos hábitos, são arraigados no ideal que eles trouxeram: eles estão com a bombacha no Nordeste, eles estão tomando chimarrão e comendo churrasco no meio da seca e do calor. Há milhares de CTGs espalhados pelo Brasil. Eu fui a Mato Grosso – o Tebet me levou -, em uma cidade do interior, onde fomos assistir ao Congresso Estadual dos CTGs de Mato Grosso do Sul. Eles levam aquela história e aquela tradição.

A segunda coisa – vou voltar a esta tribuna para dizer, Sr. Presidente – é que vejo com muito carinho esse trabalho, mas o que lamento é que nós, os Governadores do Rio Grande do Sul e a gente do Rio Grande do Sul, não tivemos a competência. Uma metade do Rio Grande tem esse exagero até de população – pelo que me conste, são milhões -, mas, na outra metade, tem o latifúndio. Isso que eles fizeram em Santa Catarina, no Paraná e no Mato Grosso poderia ter sido feito lá no Rio Grande do Sul, naquela outra metade, que, em vez de ser uma metade vivendo, sofrendo, pobre, seria uma região realmente muito rica.

Eu era Deputado Estadual quando formaram as cooperativas para levar essa gente de ônibus e de avião para a Amazônia. Eu dizia: “Tudo bem que levem para lá, mas por que não levam uma parte para aqueles milhares de hectares de latifúndios, com fa-

zendas, algumas produtivas e muitas sem produzir nada, onde poderíamos fazer ali também um grande desenvolvimento?”

Talvez ainda haverá esse dia em que aquela metade do Rio Grande vai ver essa gente do próprio Rio Grande levar para o Rio Grande o crescimento que levou para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Obrigado, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero dizer da minha satisfação e alegria de hoje ver na galeria de honra deste plenário nobres amigos da cidade de Santarém Novo, no Estado do Pará: o ex-Prefeito Pedro Cabral de Oliveira; o Presidente da Câmara de Santarém Novo, Gladistone Cabral de Oliveira; o Vereador Paulo Humberto Pimentel; e Denis Corrêa. Todos amigos, com quem militamos na política há muito tempo. Para mim, é um prazer muito grande tê-los aqui, nesta tarde de segunda-feira, uma tarde calma, tranqüila, em que o Presidente, obviamente, ao invés de me dar 20 minutos, vai poder me dar 30 minutos na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Permita-me Senador. Em nome da Casa, cumprimento as ilustres autoridades aqui presentes anunciadas por V. Ex^a e informo aos senhores políticos que são representantes do Estado do Pará que o Pará está muito bem representado no Senado Federal, nas figuras do Senador Mário Couto e Senador Flexa Ribeiro, do PSDB, além, é claro, do Senador José Nery, que é de outro Partido.

Mas quero exaltar e agradecer o companheirismo do Senador Mário Couto com o PSDB e, principalmente, com a minha pessoa durante os trabalhos e embates que temos tido constituindo a Oposição nesta Casa. Obrigado, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria também, Sr. Presidente, na tarde de hoje, de mandar um forte abraço ao povo de Altamira. O nosso PSDB esteve em Altamira fazendo um seminário neste fim de semana. Parablenizo toda a equipe que coordenou aquele evento e peço desculpas por não ter ido, em razão de uma operação da minha esposa, o que me impossibilitou de ir. Mas o seminário foi um sucesso. Quero aqui deixar um abraço a todos daquela cidade querida da Transamazônica, Altamira,

e, na pessoa da Prefeita, externo os meus sinceros parabéns pelo sucesso do evento.

Sr. Presidente, começo o meu pronunciamento pedindo a V. Ex^a que possa marcar uma audiência, amanhã, com o Presidente Garibaldi. Precisamos dar andamento, com urgência, à questão dos aposentados deste País.

Antes de falar, Senador Paim, no assunto que me trouxe a esta tribuna na tarde de hoje – vou falar do meu querido Estado do Pará – não poderia deixar de dizer – e assim vou fazer todas as vezes que vier a esta tribuna até a solução desse problema – que não abrirei mão um milímetro, Senador Paulo Paim, desta questão, assim como sei que Mão Santa, Paim, Geraldo Mesquita, Flexa Ribeiro e outros Senadores assim também o farão.

Só vamos sossegar neste Senado na hora em que trouxerem uma solução definitiva para os problemas dos aposentados deste País. É uma questão de lealdade nossa com aqueles que trabalharam tanto por este Brasil. É uma questão de sentimento nosso, Sr. Senador, por aqueles que trabalharam tanto por este País. O que poderia pensar um homem que está terminando a sua idade de trabalho, aquele que está com 55 ou 57 anos, quando se lembra da sua aposentadoria? Só pode pensar ele que está indo para uma força. Não podemos concordar com isso, Sr. Senador.

Não é nenhuma imposição. Não é questão partidária. Não existe questão partidária nesse assunto. Nem poderia existir. A questão colocada aqui é de justiça e de sentimento. Isso não entra na minha cabeça, Sr. Senador, já que este País vive hoje um bom momento, quando a arrecadação de impostos bate todos os recordes. Ora, cortar CPMF? É graça isso! O País nem sentiu. Podemos cortar mais impostos, porque o País não vai sentir. Não há nenhuma crise externa. Não há inflação. A economia vai bem.

Mas precisamos lutar aqui, Sr. Senador, com unhas e dentes.

Eu vou trazer dados aqui, números da classe média deste País. Eu vou mostrar que a classe média está sendo achatada, pisoteada, torturada. Vou mostrar aqui com números, na quarta-feira que vem. E para os aposentados é muito pior.

Senhor Presidente Lula, não é questão partidária. O Senador Paim tem sentimento. Quando o Senador Paim pensou, no PL nº 58, em reajustar o salário mínimo em valor equivalente ao reajuste dos aposentados, ele pensava naqueles brasileiros e brasileiras que vivem com dificuldade no dia de hoje, que não têm um hospital nessa idade em que tantas doenças os acompanham, dos 60 anos para cima. E eles não têm um hospital onde

se tratar, não têm um plano de saúde que paguem. Não conseguem fazer isso. É uma tortura, Senador.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, V. Ex^a permite um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou lhe dar a palavra.

Senador, V. Ex^a deve receber mil correspondências por dia, mostrando o sofrimento de cada aposentado, assim como Mão Santa deve receber, assim como Mário Couto recebe, mostrando a situação de cada um aposentado neste País. É doloroso conviver com essa realidade. Nós temos de mudar essa realidade, custe o quanto custar a nós, Senador.

Senador Papaléo, marque uma audiência com o Presidente desta Casa amanhã, impreterivelmente.

Um grupo de Senadores quer falar com o Presidente desta Casa, porque conseguimos desenterrar o projeto da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE. Conseguimos tirá-lo da gaveta, onde já estava há 9 meses, e agora queremos uma solução do Presidente desta Casa. Está na mão do Presidente. Agora é ele que resolve! Não podemos esperar tantas medidas provisórias, que nem chamo mais por esse nome; chamo-as de medidas da ditadura. Porque essas medidas acabam com a democracia desta Casa, jogam esta Casa na lama, porque não deixam o legislador legislar. Não deixam! De que adianta estarmos nós aqui, se não legislamos? Já apresentei mais de 10, 15, 20 projetos, sei lá, e não vou ver talvez, se continuarem essas medidas, nenhum deles ser votado aqui. Isso é uma estupidez! É uma aberração!

Precisamos tomar conta, tomar consciência de que esta Casa está ficando cada vez mais amordaçada pelo Poder Executivo. Não podemos conviver com isso, Senador Mão Santa! Temos que levantar, cada vez mais, nossa voz e tomar decisões práticas nesse sentido, Senador Paim. E os aposentados?

Dou a palavra a V. Ex^a!

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, cumprimento V. Ex^a por, mais uma vez, trazer esse assunto ao debate aqui no plenário do Senado. Na sexta-feira, solicitei uma audiência ao Presidente Garibaldi e, até o momento, pela informação que recebi – e tenho certeza de que o Senador Papaléo Paes, que também é um defensor dessa causa, só vai fortalecer essa possibilidade do encontro – está previsto para amanhã à tarde. O Senador Garibaldi vai nos receber amanhã à tarde. E quero confirmar os dados que V. Ex^a traz para o debate, não somente pelas cartas, pelas correspondências. Tenho o hábito de, aos sábados, ir à feira, ao mercado, ao supermercado ou a uma lojinha, e o número de pessoas que me encontram nesses momentos e fazem mais uma vez o apelo

é grande; não daria aqui para contar a história de cada uma delas. Por isso, Senador Mário Couto, não tenho nenhuma dúvida de que, nessa conversa que teremos com o Senador Garibaldi, faremos um acordo, conforme o meu entendimento: um dia a pauta terá de ser limpa – embora tenha sido obstruída novamente com mais três, quatro ou cinco MPs – e, nesse dia, a primeira matéria a ser votada terá de ser a questão dos aposentados e dos pensionistas. Só o que queremos é isso. Eu acho que há condição de construir esse acordo, e quero cumprimentar V. Ex^a pelo enfoque do seu discurso. Essa não é uma questão partidária. Ainda na sexta-feira, estava na tribuna a Senadora Kátia Abreu, que disse que a posição dos Democratas é a favor do PL nº 58 e que ela também vê – como eu vejo – que essa não é uma questão partidária. Temos a posição do PSDB; a posição do PDT, já manifestada aqui pelo Senador Jefferson Péres; a posição do PTB, como colocou o Senador Zambiasi; temos aqui o Senador Crivella falando pelo seu partido. Eu diria que praticamente todos os Líderes compartilham dessa posição. Quanto ao PT, eu diria que a maioria da Bancada tem contribuído para que avancemos no debate e para que se construa um entendimento. Se todos dizem que são a favor da votação da matéria, não há motivo algum para que não votemos o mais rápido possível. Meus cumprimentos a V. Ex^a por trazer mais uma vez a matéria ao debate.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador. Tenho certeza disso, primeiro porque temos um grande comandante nesta matéria, que é V. Ex^a; e segundo porque nós, graças a Deus, graças a Nossa Senhora de Nazaré e a minha Santa Filomena, já conseguimos que a maioria – não vejo ninguém nem falar contra, mas vamos falar em absoluta maioria –, a absoluta maioria de Senadores e Senadoras...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Permita-me interrompê-lo. Esqueci-me de citar o PMDB. O Senador Valdir Raupp também deu depoimento e disse que é totalmente favorável.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Não tenho dúvida de que já conseguimos a sensibilidade da Casa. Basta agora que o Presidente traga a matéria ao Plenário e que nosso Presidente não vete.

Não tenho dúvida de que, assim, vamos festejar aquilo que chamo de uma grande justiça social – sim, uma grande justiça social –, que é equiparar, por meio do seu projeto, da sua sapiência, o aumento do salário mínimo ao reajuste dos aposentados. Não vamos abrir mão, nem um milímetro, nem um milímetro! E vamos chegar ao fim dessa novela. Tenho absoluta certeza.

Sr. Presidente, também quero trazer minha preocupação, na tarde de hoje, com a economia do meu querido Estado do Pará.

Mão Santa, Pedro Simon falou do Rio Grande do Sul e eu tão orgulhoso escutei. Trago agora a inversão de valores. Trago a minha preocupação, Senador Papaléo, que preside esta sessão, com a economia do meu Estado.

Senador Papaléo, poucos sabem neste País o que vou falar agora: a economia do Pará cresceu muito nos últimos anos, e vou lhe mostrar a diferença – não fique chateado comigo – do Estado do Pará produzindo em relação aos outros Estados do norte do Brasil. Vou lhe mostrar a diferença. Agora, vou usar o termo do Mão Santa – Mão Santa, me permita. Atentai bem! O Pará exportou US\$7.9 bilhões, no ano passado, em 2007. O resto dos Estados do Norte do Brasil exportaram US\$1.9 bilhão. Olhe a diferença! O Norte todo exportou US\$9.8 bilhões. Por que falo de exportação? Porque exportação é a base de uma economia. É por isso que falo de exportação.

Senador Papaléo, sabe quanto o Pará importou? US\$639 milhões.

Sabe quanto é o saldo da balança comercial do Estado do Pará? Sabe quanto foi o superávit do Estado do Pará em 2007? US\$7.2 bilhões. Que Estado produtor!

Sabe o que o Pará tem em troca? Violência. Digam como vai a violência lá em Santarém Novo. Digam! Digam como vai a violência no interior do Estado do Pará.

E mais: o Pará é o sexto maior exportador do Brasil, Senador. Do Brasil! Eu já disse que em 80% das exportações do Norte é o Estado do Pará que colabora. É o segundo maior superávit proporcional do Brasil.

Quais são os setores da economia do Pará que produzem o suficiente para chegar a essa exportação? Eis aí minha grande preocupação, Senador Papaléo. O minério responde por 83%, US\$6.379 bilhões; teve um crescimento de 14,8%. A madeira responde por 9,62%; teve um crescimento de 23%. Na agropecuária, o Pará cresceu 466%. Ninguém cresceu mais neste País. E qual é a minha preocupação? Antes de dizer, lerei mais alguns dados. Geração de empregos – poucos Estados no Brasil conseguiram isso – em 2007: 235.410 admissões; 21.737 novos empregos, graças à pecuária e ao setor madeireiro.

Eu mostrei esses números, meu Presidente, para dizer o seguinte a V. Ex^a: o minério está em decadência. V. Ex^a me pergunta por quê? A maioria das guseiras do Estado do Pará foi fechada; o setor madeireiro, em decadência... Misturaram, fizeram uma mistura no Estado do Pará entre madeireiros e grileiros, entre os sérios e aqueles que cometem irregularidades. Jogaram

no mesmo saco. Não respeitaram quem é sério e quem não presta. Há madeireiro sério no Estado do Pará; há guseiro sério no Estado do Pará. Mas misturaram tudo. Não há política para nada. O setor agropecuário, a pecuária do meu Estado, que colabora também, que cresceu 466%, Senador Papaléo, sabe o que fizeram?

Taxaram o boi em pé, aquele boi que o Pará estava exportando para a Venezuela e para o Líbano. Taxaram em R\$21,00 a cabeça. E aí a geração de emprego “vai para o beleléu”... E aí a violência predomina...

Onde está a fiscalização do setor madeireiro, meu caro Jayme Campos? Misturaram tudo, madeireiro bom com madeireiro ruim. Prenderam todo mundo! Penalizaram todo mundo! Não separaram os que prestam dos que não prestam. Eu quero a minha Amazônia conservada. Darei meu sangue por isso. Já falei muito isso aqui...

Onde está o Ibama? Que estrutura tem o Ibama neste País, Senador Jayme Campos? Nenhuma, Senador! Nenhuma! Não se tem política para esses setores, Senador. É na marra! Senador, o único período em que não podiam executar essa “Operação Arco de Fogo” era esse. Sabe por quê? Eles vão prender, agora, o que já foi derrubado. O que já foi derrubado já era! Este período é um período de chuvas e o madeireiro não corta árvore neste período. Ele não consegue entrar na mata.

A mesma coisa é o Presidente Lula... Presidente, vai ao Marajó! Ele foi ao Marajó. Mas ele pensa que o Marajó é só a parte da floresta. Ele esqueceu a parte de campos do Marajó.

É preciso conhecer, é preciso entender este País.

O Ibama não tem fiscais, não tem infra-estrutura, não tem organização, não tem a mínima condição de fiscalizar nada, absolutamente nada. A economia do meu Pará está em jogo. Fecha, acaba, destrói! Não é assim. Senador Jayme, vá ao meu Pará. Tenho certeza de que o seu Estado também sofre.

Tinha de haver uma política de prevenção, Senador. O meu Pará não conseguirá livrar-se da violência tão cedo. Isso já é fruto do desemprego nessas áreas de produção. A violência tomou conta do meu Estado, Senador. Olhe para mim, Senador. Os carteiros, Senador Azeredo, não estão conseguindo mais entregar correspondência em alguns bairros de Belém. Será que no Piauí está assim? Será que em Minas Gerais está assim? Não se consegue trabalhar mais, não se consegue mais receber nenhuma correspondência no meu Estado porque os bandidos não deixam, porque declararam guerra: “aqui não entra, só pagando pedágio”. Tem de pagar pedágio.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – A violência é cada vez maior no Estado do Pará.

Um ou outro paraense manda correspondência para mim dizendo “não fala do Lula, Mário Couto”. Ora, vocês me desculpem, mas eu falei aqui, pedi tanto que colocassem uma força-tarefa no Estado do Pará. Veio a notícia de que o Presidente havia escolhido Belém para mandar uma força-tarefa no mês de março do ano passado. O problema deste Governo é ação, é ação. Falta ação para esse Governo. Nem culpo o Presidente, Mão Santa. Nem culpo o Presidente.

Vi, na televisão, um programa de combate à corrupção. Ora, fiquei satisfeito. Vamos combater a corrupção! Mas tem de começar dentro do próprio Governo, dentro dos Ministérios. A corrupção maior está dentro do Governo, não no setor privado. Ela tem de ser combatida dentro do Governo, no setor público. Primeiro é preciso saber escolher. Quantos Ministros errados já foram escolhidos? Contem nos dedos. Mais de sete já saíram de suas pastas por corrupção.

Não é exagero meu. Não é porque eu quero falar mal. Não tenho nada contra o Presidente da República, mas ele está vendo – a Governadora do meu Estado é do PT –, ele está vendo a situação do Estado do Pará, ele está vendo a violência no meu Estado.

Socorro! Socorra a Governadora, Presidente! Mande uma força-tarefa para o Estado do Pará! Não deixe a economia do Estado do Pará acabar, Presidente!

Como é bom olhar para esse quadro, Mão Santa. Essas fontes são da Federação da Indústria do Estado do Pará. Eu não venho aqui com documentos na mão cuja fonte eu não cite.

Olhem aqui os números das exportações: em 2003 foram US\$2,6 bilhões; em 2004, US\$3,8 bilhões; em 2005, US\$4,8 bilhões; em 2006, US\$6,7 bilhões e em 2007, US\$7,9 bilhões.

É crescimento que não pode parar, muito menos regredir. É um Estado em desenvolvimento. É um Estado que cresceu muito nos últimos tempos. É um Estado que dá orgulho a cada um de dizer que é paraense. Não pode parar aí. O Pará não pode parar. O Pará tem que continuar crescendo e precisa do Presidente da República.

Era assim: “Não, tem que ser uma Governadora que seja do Partido dos Trabalhadores porque o Presidente também é, e aí o Pará cresce”. Eu esperava que fosse assim. Quem nos dera que fosse assim. Infelizmente, não é.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não, Senador.

Já vou descer, Presidente.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Meu caro Senador Mário Couto, V. Ex^a faz um pronunciamento extraordinário na tarde de hoje em relação a essa política perversa que está sendo realizada no seu Estado, o Pará. Entretanto, não é privilégio do Pará. Também o Estado de Mato Grosso, o meu querido Estado de Mato Grosso, lamentavelmente, tem sido penalizado nos últimos tempos por uma política irresponsável e inconseqüente do Governo Federal. V. Ex^a tem conhecimento do Decreto nº 6.321, baixado pela Presidência da República e instrumentalizado por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, sem nenhum dado científico e sem nenhuma base que pudesse, certamente, dar ao decreto a sustentação suficiente para que pudessem estar na região de Mato Grosso fazendo, verdadeiramente, um ato de terrorismo. Nem a Al-Qaeda, nem a turma do Bin Laden tem feito isso nos países em que eles militam. Vou apenas exemplificar aqui para V. Ex^a, para ser breve: nessa operação que está sendo realizada estão gastando algo em torno de R\$180 milhões.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Duzentos milhões de reais!

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Duzentos milhões de reais! Para V. Ex^a ter conhecimento, em quatro Municípios da minha região, no norte de Mato Grosso, estão, hoje, concentrados cerca de 350 homens da Força Nacional e da Polícia Federal.

Hoje, nem criança, Sr. Presidente, pode sair às ruas, amedrontada com essa força policial que ali está, fazendo uma repressão que nem no tempo da ditadura militar se fazia aqui em nosso País. Este assunto é tão importante que nós nesta Casa, eu particularmente já propus a criação de uma Comissão no Senado Federal para irmos apurar, aferir os dados a que se referiram há pouco dias, para ver se têm fundamento. V. Ex^a foi feliz quando disse aqui que nenhum madeireiro vai à mata cortar árvore nos meses de novembro e dezembro. Não estamos aqui para acobertar nenhum madeireiro que seja ilegal...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Mesmo porque há os bons e os maus.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Há os bons e os maus. Os maus têm de ser presos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Os maus têm de ir para a cadeia.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – É óbvio. É isso o que nós queríamos. Agora, não podemos, em detrimento dos maus, penalizar os bons, aqueles que geram emprego, que geram riqueza para o seu Esta-

do e para o meu. Por isso, quero dizer a V. Ex^a que me solidarizo e estou indignado com essa política perversa, política que não se pratica num Estado democrático de direito. Temos de levantar a nossa voz nesta Casa, caso contrário, as nossas regiões, sobretudo as nossas atividades econômicas, vão vir para baixo. V. Ex^a citou números em ordem crescente. Prepare-se que, daqui a pouco, será em ordem decrescente. Dessa forma, meu caro Senador Mário Couto, quero me solidarizar e dizer que as mesmas dificuldades por que o seu Estado está passando talvez no meu Estado sejam bem piores, porque, lamentavelmente, não está havendo respeito com os empresários, com os pais de família e assim por diante. E nós temos de reagir, porque este Governo, que diz ser um governo popular, que diz ser um governo democrático, que diz ser um governo transparente, lamentavelmente, com Mato Grosso, não tem sido. Tem sido apenas um governo, parece-me, que quer fazer com que deixemos de trabalhar, de produzir, de gerar riqueza e emprego para esta Nação e para o mundo. Parabéns, Senador Mário Couto. Muito obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador. Eu insiro todas as suas referências ao meu pronunciamento.

E vou encerrar, Sr. Presidente, pedindo ao Presidente Lula: nós não queremos a destruição da nossa floresta – nenhum brasileiro quer. Para isso, nós temos que dar, primeiro, estrutura para o Ibama. Se tivessem dado antes, nós não estaríamos, hoje, chorando, o que já foi derrubado. Essas áreas que foram derrubadas, Senador, essas áreas degradadas têm que ser reflorestadas, têm que ser aproveitadas.

Cadê a reforma agrária, Senador? Tudo isso colabora, Senador! Se a reforma agrária estivesse em andamento, nós não estaríamos chorando por isso! Onde está a reforma agrária tão prometida, tão alardeada nos comícios? Aí, eu falei assim: “Não, agora, sai. Agora, é a minha última esperança. Agora, com o Presidente Lula, sai a reforma agrária”. Não saiu do papel até hoje! Não saiu do papel! E haja invasão de terra! E haja derrubar floresta! E haja invasão de terra todos os dias! Eles querem ter a oportunidade de serem trabalhadores brasileiros. Eles querem a reforma agrária prometida.

Sr. Presidente, desço desta tribuna, pedindo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que não deixe a economia do Pará se acabar. Que não deixe o setor de minério se acabar, um dos maiores produtores, exportadores deste País! Que não deixe o setor madeireiro acabar! Que não deixe o setor pecuário acabar! Que não deixem o paraense sem emprego! Que não dei-

xem o paraense na miséria! Que não empurrem mais a violência no Estado do Pará!

O paraense não consegue mais viver. O paraense não consegue mais andar nas ruas do seu Estado. O paraense do interior padece com a violência. O Estado do Pará, hoje, é um Estado que pede socorro.

Muito obrigado, Presidente, pela sua tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

Já fizeram uso da palavra, como oradores inscritos, os Senadores Marco Maciel, Pedro Simon e Mário Couto. O Senador Paulo Paim será o quarto a fazer uso da palavra como orador inscrito. O Senador Osmar Dias foi o segundo orador na tribuna, mas falou para uma comunicação inadiável.

Estamos seguindo rigorosamente a lista de oradores inscritos.

Então, concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

Em seguida, fará uso da palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, vou ser muito rápido, até porque tenho uma audiência às 16 horas.

Primeiro, quero deixar registradas as minhas considerações sobre a importância da prévia realizada ontem em Porto Alegre entre a Deputada Maria do Rosário e o ex-Ministro Miguel Rossetto. Por uma diferença de 56 votos, mais de quatro mil delegados votando, a Deputada Federal Maria do Rosário foi a vitoriosa.

Mas tenho dito que não houve perdedores, nem ganhadores. Houve um processo democrático em que o resultado final, com certeza, unificou o Partido e vai garantir uma caminhada forte, contundente, competente da Deputada Maria do Rosário ao Paço Municipal da Capital Porto Alegre.

Ao ex-Ministro Miguel Rossetto ficam aqui também os meus cumprimentos. Sabedor do resultado, de imediato, já assumiu o seu papel à frente da militância, fortalecendo a caminhada da Deputada Maria do Rosário, que será a candidata do PT na capital de todos os gaúchos, lá em Porto Alegre.

Sr. Presidente, apesar de a maioria dos Ministros gaúchos, para não dizer todos, apoiar o ex-Ministro Miguel Rossetto – e entendo que isso é democrático e legítimo; cada um tem a sua posição –, todos já disseram que estarão juntos com a Deputada Maria do Rosário na disputa na Capital.

Quero dizer, Sr. Presidente, que, como Senador da República, quando perguntado sobre essa disputa,

declarei que tenho o maior carinho e respeito pelos dois e que o candidato que eu apoiaria, já que não voto em Porto Alegre, seria o resultado das prévias.

Hoje de manhã, conversei com a Deputada Maria do Rosário e coloquei-me inteiramente à disposição para participar da campanha. Cumprimentei também o ex-Ministro Miguel Rossetto pela forma equilibrada, tranqüila como foi realizada a prévia e como assumiu o resultado no momento em que a Maria do Rosário recebeu a maioria dos votos.

Sr. Presidente, queria também aproveitar o momento para dizer que encaminhei à Mesa voto de aplauso à Ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal, a primeira mulher a assumir a Presidência daquela Corte, que fez um belíssimo trabalho. Estou encaminhando também à Mesa um pedido de sessão de homenagem semelhante àquela que fizemos aqui para outro gaúcho, hoje Ministro Jobim, pelo trabalho que ele fez quando era Presidente daquela Corte.

Encaminho, com muita satisfação, este pedido de sessão especial de homenagem à Ministra Ellen – repito –, não só por ter sido a primeira mulher a assumir a Presidência do Supremo Tribunal Federal, mas pela competência, pela qualidade, pela forma, eu diria ímpar, como ela conduziu aquela Casa.

A Ministra Ellen nasceu no Rio de Janeiro, mas ela mesmo gosta de dizer que é gaúcha de coração. Mas eu diria que ela é uma liderança incontestável do povo brasileiro. Não entro aqui no mérito se ela nasceu no Rio ou se é gaúcha de coração. Faço este depoimento e tenho certeza de que a Casa vai aprovar.

Para concluir, Sr. Presidente, quero que V. Ex^a considere na íntegra o meu pronunciamento, porque não poderei fazê-lo, em que lembro a importância desta semana. No dia 21 próximo, teremos o Dia Internacional da Síndrome de Down. Todos sabem, Sr. Presidente, do quanto, para mim, é importante falar sobre o respeito às diferenças. É algo que cala muito devido à minha própria história.

Nós somos todos – e de forma incrível, Senador Eurípedes –, cada ser humano, sempre particularmente, especiais. Brancos, negros, índios, deficientes ou não, idosos, crianças, mulheres, nós somos especiais. Todos querem se sentir parte integrada na sociedade. Para isso, muitas vezes, saem copiando uns aos outros para não ficar fora do grupo. Mas, por obra divina, por mais que tentemos, existe algo que é só nosso, algo diferente. Repito para mim mesmo, todos os dias: que bom que é assim, que bom que existem as diferenças. Se as diferenças fossem encaradas de outro modo, iríamos vibrar diante de cada novo encantamento que o outro divide conosco.

Hoje, quero dividir o encantamento das pessoas com Síndrome de Down. Geralmente, elas são donas de uma bondade ímpar e de olhar afetuoso e disposto a fazer amizade. A sensibilidade deles é incomparável. Sempre penso nessa diferença quando me lembro deles, e não somente no fato de possuírem três cromossomos no par de número 21. Sr. Presidente, de fato, eles nascem assim: com a diferença no número de cromossomos. Foi esse fato, inclusive, que fez com que fosse escolhido para celebrar o Dia Internacional da Síndrome de Down o dia 21 de março.

Sr. Presidente, é uma data que o mundo todo lembra com muito carinho. Quero, neste dia, homenagear não só as pessoas com Síndrome de Down; quero homenagear os familiares, os pais, os tios, os irmãos, os sobrinhos, os amigos, enfim, aqueles que dedicam a sua vida a essa bela caminhada.

Sr. Presidente, quero destacar o trabalho feito pela Apae de São Paulo. A Apae de São Paulo possui um dos centros nacionais, na área de estimulação, desde os primeiros dias de vida.

Senador Papaléo Paes, V. Ex^a que é médico, sei que tem muita sensibilidade para esse tema.

Sessenta e nove por cento desses bebês são inseridos em escolas regulares. Na fase do envelhecimento, que acontece por volta dos 35 anos de idade, a Apae de São Paulo possui o Centro Socioeducacional Zequinha, programa pioneiro no Brasil, com atividades físicas para as pessoas com Síndrome de Down. O resultado da prática de atividades físicas obtido pela Apae São Paulo é de não ter, nos últimos três anos, casos de hipertensão entre seus atendidos. É uma tendência, mas, devido ao trabalho feito pela Apae, eles não têm tido caso de hipertensão, além da diminuição da gordura corporal, do incremento da massa muscular e do incremento de densidade óssea.

Sr. Presidente, como podemos ver, são pessoas especiais que precisam de cuidados especiais, mas isso não deveria fazer com que parte da sociedade as excluísse.

Segundo informações do Ministério da Educação, do Desenvolvimento Social e da Saúde, mais de 200 mil crianças e jovens com deficiência estão fora da escola. Crianças e jovens de zero a 18 anos atendidos pelo benefício da prestação continuada, que garante um salário mínimo mensal para pessoas com deficiência.

Sr. Presidente, quero lembrar que, na quarta-feira, 12 de março, os Ministros da Educação, Fernando Haddad; da Saúde, José Gomes Temporão; do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, e o Secretário de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, também com *status* de Ministro, assinarão uma portaria que promoverá

o acesso e a permanência na escola e o acesso ao serviço de saúde. Estados e Municípios devem aderir ao BPC para levar os benefícios aos locais onde estão as crianças e os jovens.

Um cruzamento de dados realizado pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação com informação do MDS sobre o pagamento de benefícios e o censo escolar aponta que, dos quase 367 mil jovens e crianças que recebem o BPC, 108 mil estão na escola. Os Governos da União, dos Estados e dos Municípios precisam unir esforços para alcançar também os outros 70,77% de crianças e jovens que estão fora da escola.

Um dos primeiros trabalhos do MEC será identificar crianças e jovens com deficiência que recebem o benefício e não freqüentam a escola e verificar quais são as barreiras que impedem o acesso e a permanência na escola.

Sr. Presidente, como tenho que terminar – tenho um compromisso às 16 horas e não gosto de me atrasar para as minhas audiências –, peço a V. Ex^a que considere lido na íntegra o meu pronunciamento e, se me permitir, termino com um pensamento de James Allen que diz:

“A maior das realizações foi, a princípio e durante certo tempo, um sonho...

As árvores dormem na semente; o pássaro dorme no ovo e, na visão mais elevada da alma, se mexe um anjo que acorda.

Os sonhos são o embrião das realidades...”

Por isso, Sr. Presidente, apresentei o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Projeto Cantando as Diferenças, que visa à inclusão de todos para dar palco a quem não tem palco; dar o palco, Sr. Presidente, a todos e, nesse dia, especialmente, àqueles que possuem a Síndrome de *Down*.

Era isso. Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, gostaria de fazer o registro de que ontem o Partido dos Trabalhadores de Porto Alegre escolheu através de prévia o candidato a prefeito municipal. Numa disputa acirrada como é característica do partido, a deputada federal Maria do Rosário foi a escolhida pelos mais de 4 mil filiados que votaram, obtendo 2.193 votos contra 2.137 do ex-ministro Miguel Rossetto. A diferença ficou em apenas 56 votos.

É a primeira vez que o PT de Porto Alegre terá uma mulher candidata a prefeito. A deputada Maria do

Rosário está de parabéns. Com sua garra ela soube empolgar a militância.

Parabéns também a esses militantes que colocaram as tradicionais bandeiras do partido na rua e, em nenhum momento se deixaram desanimar pelas notícias infundadas de que o partido sairia desunido.

Parabéns ao partido que mais uma vez deu exemplo de democracia e participação. Com certeza a unidade do partido prevaleceu. Creio que agora os deputados federais e estaduais, os ministros e as lideranças do partido farão um grande esforço para eleger Maria do Rosário.

Sr. Presidente, nesta prévia todos foram vencedores, os apoiadores das duas candidaturas saíram fortalecidos por que participaram de um processo democrático.

Ao Miguel Rossetto meus cumprimentos pela forma como participou dos debates. Conhecedor do resultado já se apresentou para estar a frente da militância fortalecendo a candidatura da deputada Maria do Rosário a prefeitura de Porto Alegre.

Digo a companheira Maria do Rosário que pode contar com meu apoio. Tenho certeza de que ela fará uma bela caminhada até o paço municipal.

Da mesma forma estarei percorrendo também os quatro cantos do Estado levando o meu apoio aos candidatos do partido e suas coligações.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos sabem o quanto falar sobre a importância do respeito às diferenças cala fundo dentro de mim.

Nós somos tantos e de forma incrível, cada ser humano é sempre particularmente especial.

Todos querem se sentir parte integrada na sociedade e para isso muitas vezes saem copiando uns aos outros para não ficar “fora do grupo”. Mas, por obra Divina, por mais que tentemos, existe algo que é só nosso, algo diferente e repito para mim mesmo todos os dias “Que bom que é assim!”

Se as diferenças fossem encaradas de outro modo, nós iríamos vibrar diante de cada novo encantamento que o outro divide conosco.

Hoje, vamos dividir o encantamento das pessoas com Síndrome de Down. Geralmente elas são donas de uma bondade ímpar, de olhar afetuoso e dispostas a fazer amizades.

A sensibilidade delas é incomparável.

Eu sempre penso nesta diferença quando lembro deles e não somente no fato de possuírem 3 cromossomos no par de número 21.

De fato, eles nascem assim, com a diferença no nº de cromossomos e foi este fato inclusive que fez com que a escolha para celebrar o Dia Internacional da Síndrome de Down acabasse por ser 21 de março.

Dados do portal “Síndrome de Down” relatam que ela decorre de um acidente genético que ocorre em média em 1 a cada 800 nascimentos, aumentando a incidência com o aumento da idade materna.

Atualmente, é considerada a alteração genética mais freqüente e a ocorrência da Síndrome de Down entre os recém nascidos vivos de mães de até 27 anos é de 1 em 1.200. Com mães de 30-35 anos é de 1 em 365 e depois dos 35 anos a freqüência aumenta mais rapidamente: entre 39-40 anos é de 1 em 100 e depois dos 40 anos torna-se ainda maior.

O site informa ainda que a síndrome de down acomete todas as etnias e grupos sócio-econômicos da mesma forma.

O Brasil registra que essa Síndrome é a maior causa de deficiência intelectual e atinge cerca de 300 mil pessoas, conforme estimativas do IBGE realizadas no censo 2000.

Em relação à expectativa de vida das pessoas com síndrome de down existem dados que demonstram que nos últimos 10 anos ela aumentou em 20 anos. Hoje elas podem chegar aos 56 anos de vida e alguns chegam até 60 ou 70 anos.

A medicina avançou e trouxe a longevidade para essas pessoas que sofrem principalmente com problemas cardíacos, que são considerados a grande causa de morte das mesmas.

A estimulação eficaz da criança com Síndrome de Down desde o seu nascimento também contribui para sua longevidade.

A estimulação precoce, conforme consta do portal, é um atendimento especializado direcionado a bebês e crianças de 0 a 3 anos com risco ou atraso no desenvolvimento global, e a suas famílias, atuando na prevenção de problemas do desenvolvimento global.

Eles salientam, Senhor Presidente, que este atendimento é de fundamental importância, pois com ele o bebê terá suporte no seu processo inicial de intercâmbio com o meio, considerando os aspectos motores, cognitivos, psíquicos e sociais de seu desenvolvimento e isso também irá auxiliar seus pais no exercício das funções parentais, fortalecendo os vínculos familiares.

A APAE de São Paulo possui um dos centros nacionais na área de estimulação desde os primeiros dias de vida, no qual 69% desses bebês são inseridos em escolas regulares.

Na fase do envelhecimento, que acontece por volta dos 35 anos de idade, a APAE-SP possui o Cen-

tro Sócio Educacional Zequinha, programa pioneiro no Brasil, com atividades físicas e cognitivas.

O resultado da prática de atividades físicas obtido pela APAE-SP é de não ter nos últimos três anos casos de hipertensão entre seus atendidos, além da diminuição de gordura corporal, incremento de massa muscular, incremento de densidade óssea, fortalecimento do tecido cognitivo, melhora da função cognitiva e até mesmo a diminuição do consumo de remédios.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como podemos ver, são pessoas especiais que precisam de cuidados especiais. Mas isso não deveria fazer com que a sociedade os excluísse.

A exclusão atinge de forma violenta as pessoas com deficiência.

Segundo informações dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e da Saúde, mais de 200 mil crianças e jovens com deficiência estão fora da escola.

Crianças e jovens, de zero a 18 anos, atendidos pelo Benefício de Prestação Continuada que garante um salário mínimo mensal para pessoas com deficiência e idosos acima de 65 anos, com renda familiar por pessoa de até um quarto do salário mínimo, vão ter prioridade nos programas de acesso e permanência na escola e nas ações de saúde pública.

Na quarta feira, 12 de março, os ministros da Educação, Fernando Haddad, da Saúde, José Gomes Temporão, do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, e o secretário de Direitos Humanos, Paulo Vannucchi, assinaram uma portaria que irá promover o acesso e a permanência na escola e o acesso aos serviços de saúde.

Estados e municípios devem aderir ao BPC Escola para levar os benefícios onde estão as crianças e jovens.

Um cruzamento de dados realizado pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação com informações do MDS sobre o pagamento do benefício e do Censo Escolar, aponta que dos quase 367 mil jovens e crianças que recebem o BPC, 108 mil estão na escola...

Os governos da União, estados e municípios precisam unir esforços para alcançar estes 261 mil (70,77%) crianças e jovens que estão fora da escola.

Um dos primeiros trabalhos do MEC será identificar crianças e jovens com deficiência, que recebem o benefício e não freqüentam a escola, e verificar quais as barreiras que impedem o acesso e a permanência.

A inclusão é direito de todos, não importa a diferença que cada um apresente. Quem convive com pessoas que tem síndrome de down, por exemplo, relata que eles normalmente são muito carinhosos, e

tem uma percepção aguçada do sentimento que vai dentro dos outros.

As pessoas com deficiência são seres humanos que tão e somente apresentam condições físicas ou mentais diferentes das não deficientes.

Alguém que não consegue se locomover continua pensando, se alimentando, se vestindo, tendo vontades, tomando decisões, tendo fé ou não, estudando ou não, praticando esportes ou não, convivendo com a família ou não, enfim fazendo suas próprias escolhas e conduzindo sua vida.

Assim também é com aqueles que não enxergam, ou que não falam, ou que não ouvem.

Eles fazem determinadas coisas de modo diferente dos outros, tal como ler em Braille, praticar basquete com cadeira de rodas, mas repito, é apenas um modo diferente de fazer coisas.

É claro que existem as limitações. Mas quem não tem limitações de alguma natureza nesta vida?

Aprender a conviver com as diferenças é a chave, é o nosso elo, é o nosso ponto de encontro.

Nós todos queremos ser felizes e viver plenamente. É nosso dever fazer o melhor por nós mesmos e pelos outros.

É nosso dever conviver de tal forma que todos se sintam integrados, atuantes, plenos com aquilo que são, com suas diferenças que os tornam ímpares.

Afinal, NINGUÉM É IGUAL A NINGUÉM!

A semente da inclusão deve ser plantada imediatamente!

Concordo com o pensamento de James Allen que diz:

“A maior das realizações foi a princípio e durante certo tempo um sonho...

... A árvores dormem na semente; o pássaro dorme no ovo, e, na visão mais elevada da alma, se mexe um anjo que acorda.

Os sonhos são o embrião das realidades...”

Com os projetos Estatuto da Pessoa Com Deficiência, que apresentei em 2003 e que nós aprovamos nesta Casa e o Cantando as Diferenças, em 2006, plantamos as sementes e tenho certeza, que elas serão em breve magnífica realidade.

Meu abraço afetuoso aqueles que possuem a Síndrome de down, aos que com muito amor cuidam deles, e a todos que fazem da inclusão uma realidade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. São muito importantes as informações que V. Ex^a nos deu, principalmente quanto à prevenção da hipertensão arterial

desse grupo de pessoas atendidas. Isso é muito importante. Parabenizo-o e também informo que V. Ex^a terá seus pedidos atendidos regimentalmente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo. S. Ex^a, como orador inscrito, terá 20 minutos para seu pronunciamento, informando que a sua inscrição ocorreu por cessão do Senador Valter Pereira.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, os bons tempos que o País vive, do ponto de vista da economia, vêm evidentemente por ventos lá de trás. Mas pairam nuvens negras com a crise internacional que acontece, especialmente nos Estados Unidos.

Há crescimento de arrecadação no Brasil, geração de empregos, queda de juros. Enfim, o desenvolvimento acontece, é verdade. E muito – é claro –, porque o Governo do PT se rendeu e deu prosseguimento aos preceitos adotados em gestões anteriores, não só do meu Partido, o PSDB, mas desde o início do Plano Real.

Eu não me canso de dizer sempre que o Brasil virou um País normal, um País onde os preços são estabilizados, com aumento esporádico, e que, em sendo um País normal, é natural que um País tão grande quanto o nosso, com tantos recursos naturais e uma população jovem, grande, possa crescer. É o que vem acontecendo, para a sorte de todos nós.

Mas não é, evidentemente, um momento em que se possa dormir no ponto, digamos assim. Não se trata de uma disputa com o Governo. O que eu quero trazer aqui é outro ponto que realmente ameaça esses bons ventos da economia, além da crise internacional, a primeira que o Governo Lula enfrenta nesses seus cinco anos, diferentemente do Governo passado.

Quero falar da falência do sistema de segurança pública e do crescimento da violência no Brasil.

Recentemente, dados que foram divulgados pela imprensa mostraram que ano a ano existe uma queda na execução orçamentária de recursos destinados ao combate à violência. O investimento federal nesse setor, na verdade, despencou nos últimos seis anos. Em 2007, foi de 434 milhões contra 1,2 bilhão em 2001.

A redução, que foi acontecendo paulatinamente durante os anos, chega a mais de 60%, Sr. Presidente, no total do período, a redução dos recursos efetivamente aplicados no combate à violência.

As verbas executadas do Fundo Penitenciário (Funpen), que foram de R\$426 milhões, em 2001, caíram para R\$130 milhões, em 2003 – primeiro ano do Governo Lula –, e para míseros R\$25 milhões no ano

passado. Quatrocentos e vinte e seis milhões em 2001 e R\$25 milhões no ano passado.

O Fundo de Segurança Pública (Fusp), que, em 2001, recebeu R\$566 milhões, recebeu agora, em 2007, R\$370 milhões; também com uma queda de R\$566 milhões para R\$370 milhões.

Esses são dois exemplos que considero importante destacar aqui.

Mais desastroso ainda é que se percebe um fio excludente na execução federal para a segurança pública. Estados populosos como Minas Gerais e São Paulo receberam, em 2007 – e estes são os números verdadeiros –, R\$8 milhões e R\$26 milhões, respectivamente. Ficaram desproporcionalmente em desvantagem com relação a outros Estados com menor população, como o Rio, o Rio Grande do Sul, Bahia e Goiás. Mas é fato também que o gasto médio anual com segurança pública caiu em todas as regiões. São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, os centros que mais sofrem com a violência e a superlotação de penitenciárias, receberam, em média, 85% menos recursos em 2007 do que haviam recebido em 2001.

Outra questão que chama a atenção de todos nós e que aumenta a nossa preocupação: o gasto médio per capita em segurança pública no Brasil, envolvendo todos os segmentos, durante os últimos cinco anos, foi de R\$3,00 por pessoa.

Essa situação não pode vir à baila apenas quando os casos ganham comoção nacional.

No ano passado, este Senado se debruçou durante semanas sobre a proposta do chamado “pacote antiviolaência”.

Inclusive, quero lembrar aqui a participação tão importante do nosso Senador Antonio Carlos Magalhães, que sempre estava aqui sentado na primeira fileira, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Já doente, ele comandou os trabalhos para que aprovássemos o quanto antes os projetos que tinham como objetivo reduzir os índices de violência, modernizar o processo penal brasileiro e o sistema penitenciário do País.

Pois agora pergunto: o que aconteceu com essas propostas? Quais delas foram levadas a cabo pelo Governo Federal? Que efetiva aplicação está tendo o “pacote antiviolaência”?

Vimos, ainda na semana passada, Sr. Presidente, que quando o Governo quer consegue agir, consegue impor a sua vontade por meio da maioria que tem. Portanto, não há como discutir. Se o Senado já aprovou propostas importantes de combate à violência, de reforço à segurança, e esses projetos estão na Câmara, cabe ao Governo buscar, junto a sua maioria na Câmara, a aprovação.

Não podemos continuar compactuando com isso. O País está batendo recordes de arrecadação, nossa economia, graças a uma série de fatores que se originam no Plano Real, está equilibrada. Dinheiro existe! Só precisa ser efetivamente investido!

A segurança pública talvez seja o setor mais nevrálgico do nosso País. Os problemas com a violência afastam investimentos e, sobretudo, assustam e assombram os brasileiros.

Ainda tenho aqui outra matéria, Sr. Presidente, referente à área de turismo, em que o jornalista Manoel Hygino dos Santos, do meu Estado de Minas Gerais, mostra que a violência inibe o turismo. E o resultado de dados recentes do Fórum Econômico Mundial não deixa dúvidas e não constitui surpresa. O Brasil perdeu posições entre os praticantes do turismo internacional. Está em 49º lugar entre os Países que oferecem ambientes mais atraentes para o desenvolvimento da indústria de viagem e turismo no mundo. O documento situa-nos como terceiro colocado em recursos naturais e 12º em recursos culturais. Quanto à sustentabilidade social, ocupa a posição 37. Estradas, portos e ferrovias revelam posições ruins. Em termos de segurança, o Brasil está na posição 128, centésimo vigésimo oitavo posto, à frente somente de Países como Paquistão e Rússia.

É importante lembrar que dados recentes da revista *Superinteressante* mostram a comparação de homicídios em cidades brasileiras com a de países da Europa. E aí vemos que, por exemplo, a cidade mineira de Montes Claros tem o mesmo número de mortes violentas, por meio de homicídios, que tem a Irlanda do Norte, mesmo com todo o conflito histórico entre católicos e protestantes que acontece naquele País. Assim também é que Osasco, em São Paulo, registrou, em 2003, 506 mortes, enquanto na Espanha, no mesmo período, foram 494 homicídios. Então, uma cidade apenas da grande São Paulo tem mais homicídio do que um país como é a Espanha, com seus quase 40 milhões de habitantes.

Estamos nos acostumando com essa banalização do crime. Estamos nos acostumando, infelizmente, a esses números absurdos de pessoas que morrem por meio da violência que ocorre no nosso dia-a-dia.

E também, junto com o aumento do crime, aumenta o consumo de cocaína no Brasil, enquanto no resto do mundo, na verdade, declina. Ele tem declinado na maioria dos Países desenvolvidos. Mas aqui, não; aqui tem crescido.

Portanto, Sr. Presidente, é importante que façamos essa cobrança de que a Câmara dos Deputados possa discutir e aprovar os projetos do “pacote antiviolaência” que foram aprovados pelo Senado Federal

ainda no ano passado; que o Governo possa exercer, como exerceu semana passada, a sua maioria para poder enfrentar a questão da violência; que haja realmente uma liberação de recursos financeiros para melhorar o sistema penitenciário do País. Ninguém quer masmorras pelo país, essa superlotação. E o dinheiro existe, volto a dizer. O que não existe é rapidez e gestão. A gestão é precária, a burocracia que o Governo enfrenta é enorme. Mas o Governo não consegue superar essa burocracia e tem tido exatamente uma capacidade de gestão pior do que outros governos já tiveram. Estamos todo dia verificando as rebeliões em cadeias e penitenciárias; o problema se repete. E quando vamos ver os números que aqui estão, esta é uma das causas, ou seja, o pouco desembolso de recursos do Fundo Penitenciário Nacional.

Sr. Presidente, esta é uma tarde do início da Semana Santa, é um momento de reflexão, e nessa reflexão é fundamental que a violência esteja sempre entre nossas preocupações; que o Governo, juntamente com a sociedade, como um todo, enfrente essa questão. É uma vergonha que tenhamos uma cidade com mais homicídios do que um país como a Espanha. É um absurdo que ainda tenhamos a superlotação que persiste nas nossas cadeias. É fundamental que todos estejamos juntos no combate à violência no País.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Eduardo Azeredo, como V. Ex^a encerrou o seu pronunciamento, convido-o a assumir a Presidência.

O Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dois temas importantes me trazem a esta tribuna hoje. Serei muito objetivo. Prefiro que a mensagem curta seja fixada, porque são temas importantes. O primeiro é relacionado à remuneração dos nossos policiais militares do Estado do Amapá e dos ex-Territórios. E o segundo tema, tão importante quanto este, porque fala sobre o Brasil, é relacionado ao Senado Federal, principalmente no seu lado contábil, econômico.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Lula é um governo de contradições. Ao mesmo tempo em que se vangloria de beneficiar milhões de brasileiros com o Programa Bolsa-Família e de receber reajustes acima da inflação para o salário mínimo – diga-se de passagem, construídos pelo Congresso –, é capaz de

propor pífios 5% de reajuste para os aposentados e pensionistas do INSS, como já foi aqui dito pelo Senador Mário Couto.

Não tenho dúvida de que os benefícios sociais poderiam ser bem melhores, não fosse a corrupção que grassa no País e o inchaço da máquina pública, verificado nos quase 40 Ministérios do Governo que está aí.

Hoje, entretanto, não irei falar do vergonhoso reajuste proposto para os segurados do INSS nem da ambição de membros do Governo pelo dinheiro público, muito menos do cabide de empregos em que se transformou a Esplanada dos Ministérios. Falarei de uma verdadeira injustiça que o Governo Federal vem reiteradamente cometendo contra os policiais e bombeiros militares dos ex-Territórios e contra os aposentados e pensionistas vinculados à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal, o Rio de Janeiro.

Mais uma vez, Sr. Presidente, o Governo Lula edita uma Medida Provisória (MP nº 401/2007), para reajustar os salários dos policiais e bombeiros do Distrito Federal, e não estende os benefícios a quem de direito – os militares que eram servidores dos antigos Territórios e do ex-Distrito Federal e que hoje integram quadro de funcionários em extinção, vinculados constitucionalmente à União.

Além de uma enorme injustiça, a atitude do Governo Lula se mostra extremamente cruel para com centenas de brasileiros que já serviram e ainda servem, com dignidade e dedicação, seus Estados de origem e seu País.

No Amapá, sou testemunha de que a dignidade a que acabo de me referir foi roubada dos policiais e bombeiros militares vinculados à União. Servidores exemplares estão vivendo em verdadeiro estado de penúria, obrigados a fazer “bicos” para garantir o próprio sustento e o sustento de suas famílias.

Alguns Parlamentares da Câmara dos Deputados, em especial os integrantes das Bancadas dos ex-Territórios e do Rio de Janeiro, já tentaram corrigir a grande injustiça contida no bojo da Medida Provisória nº 401. Na verdade, o Governo Federal usa uma artimanha para não estender o reajuste a quem de direito: promove majoração nas gratificações dos militares do Distrito Federal, deixando de lado o salário-base. É uma forma, Sr. Presidente, de burlar a Lei nº 10.486, de 2002, cujo espírito é promover isonomia de vantagem entre os policiais e bombeiros do Distrito Federal, dos ex-Territórios e do antigo Distrito Federal, no caso, o Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, é lastimável que o relator da matéria na Câmara dos Deputados tenha sido obrigado

a rejeitar as emendas que corrigiam as distorções, sob ameaça do voto contrário à Medida Provisória nº 401, por parte da base governista. Merecem todo nosso repúdio as estratégias nefastas – e as manobras de última hora – que o Governo Federal tem utilizado para aprovar as matérias de seu interesse aqui no Parlamento. No Senado, Sr. Presidente, bem sabemos o quanto esses truques vêm sendo utilizados nos últimos tempos!

Quero registrar o que ocorreu na última terça-feira, quando o Governo aprovou na marra as medidas provisórias que estavam na pauta daquela noite. Sr. Presidente, não há necessidade de o Governo aprová-las na marra. O Governo tem aqui a Maioria. Poderíamos muito bem discutir todas as medidas provisórias sem aquela medida grosseira do Governo, por meio de seu Líder, Senador Romero Jucá, que apelou para o Regimento, sobre a forma de atuarmos aqui e para o qual jamais tínhamos apelado. Impediu-se, inclusive, que companheiros, como o Senador Mão Santa, que é um debatedor nesta Casa, pudessem dar sua opinião. Então, quero repudiar a maneira grosseira com que o Governo usou da grosseria da ditadura do Executivo para fazer com que, na última terça-feira, tivéssemos uma sessão tumultuada, sendo desrespeitada a Oposição. Éramos 17 contra o restante da base do Governo. Por conseguinte, não nos deram o direito de falar, que é o mínimo direito da Minoria.

Sr. Presidente, mas a maioria folgada que o Governo possui na Câmara não se repete aqui nesta Casa! Temos, diante de nós, a oportunidade de corrigir tamanha injustiça contida na Medida Provisória nº 401, que agora chega para apreciação da Câmara Alta.

Como representantes dos Estados, não podemos deixar que esse absurdo se perpetue. Não é justo, muito menos legal, tratar dessa forma profissionais valorosos só porque integram uma carreira em extinção! E como ficam os inúmeros serviços prestados por essas pessoas aos seus Estados e ao Brasil? De uma hora para outra, não valem mais nada essas pessoas?

O Senado Federal, Sr. Presidente, precisa honrar sua atribuição constitucional de Casa revisora, mostrando a todo o Brasil que aqui as injustiças são reparadas, ou seja, elas não prosperam; aqui, as iniquidades não frutificam. Desde o Império, quando foi fundada, esta Casa sempre se pautou pelo equilíbrio com que discute as grandes questões nacionais; pela serenidade com que os assuntos, mesmo os mais polêmicos, são tratados. Não acredito que esse tempo tenha chegado ao seu fim, por mais que a bancada governista atente contra as tradições e os princípios deste Senado – como o fez o Líder do Governo aqui,

Senador Romero Jucá. Cento e oitenta anos de história não se dissipam em oito anos.

É tarefa nossa rever e reconsiderar as decisões da Câmara dos Deputados, muitas vezes tomadas no calor dos debates e sob as mais diversas manobras da folgada maioria governista.

Temos de corrigir o quanto antes as distorções da Medida Provisória nº 401, que se traduzem em uma injustiça sem igual para diversos policiais e bombeiros aposentados e da ativa, assim como para as pensionistas de militares falecidos.

Deixar essas pessoas na penúria seria confessar que o Parlamento pouco se importa com a Justiça, pouco se importa com a equidade. Esse, tenho certeza, não é o comportamento do Senado Federal.

Sr. Presidente, faço um apelo ao relator dessa matéria aqui nesta Casa, que ainda não foi designado, creio eu, para que inclua no texto da Medida Provisória nº 401 a isonomia entre os policiais e bombeiros militares do Distrito Federal e os militares dos ex-Territórios, bem como os aposentados e pensionistas do antigo Distrito Federal.

Isso, Sr. Presidente, é lei; e o Governo a está burlando não usando o salário-base dos servidores do Distrito Federal, dando outros tipos de gratificações, para não dá-lo aos servidores dos ex-Territórios e do ex-Distrito Federal.

Faço um apelo à bancada do Governo no Senado Federal, para que contribua para a aprovação das emendas com esse fim. Vamos dar um basta a essa falta de isonomia, já prevista em lei e que nunca foi cumprida pelo Governo Lula.

Então, Sr. Presidente, faço essas considerações a respeito dessas injustiças porque envolvem diretamente o meu Estado do Amapá, quando os nossos policiais militares perderam neste Governo a condição de isonomia com os policiais do Distrito Federal.

Então, minha palavra de esperança a esses policiais, visto que não se trata de disputa entre Oposição e Governo, mas de fazer justiça. E, principalmente no caso do Amapá e dos outros territórios, tenho certeza de que, quanto ao Amapá, que tem dois Senadores da Base governista, a votação será a favor da isonomia que deverá estar contida nesta medida provisória a ser relatada aqui no Senado Federal.

Sr. Presidente, também relativo à nossa Casa, o Senado Federal, pedi e renovo o pedido: eu gostaria que os senhores dedicassem especial atenção a esta breve fala. Faço questão de que o Senador Cristovam Buarque, que é um dos homens que falam muito em nome do Senado Federal, tenha uma atenção muito voltada à questão de esta Casa ter, realmente, o respeito da população brasileira.

Além de V. Ex^a, peço atenção daqueles que nos ouvem, porque, de repente, as pessoas só ouvem a propaganda negativa sobre o Senado Federal e não sabem o que, realmente, se passa aqui dentro. As pessoas têm uma idéia de que esta Casa não tem a organização que conhecemos; que esta Casa é o resultado das notícias, principalmente das notícias mal-intencionadas, que sempre aparecem na imprensa. Por exemplo, ontem li um jornal de Belém do Pará que dizia, em uma manchete, que um Senador custa R\$34 milhões para a República.

Isso é um absurdo, Senador Presidente Eduardo Azeredo. Querem incutir na cabeça do povo que cada Senador gasta R\$34 milhões por ano! Com que gastamos R\$34 milhões? Nosso salário é de R\$16 mil.

Agora, nós temos um aparato de profissionais, de estrutura física, de estrutura de informática, de equipamentos que realmente são necessários para que esta Nação viva em um regime democrático.

A democracia depende do Congresso Nacional, principalmente desta Casa, onde democraticamente cada Estado é representado por três Senadores. Então, peço a atenção sobre isso.

Sr. Presidente, enquanto a União aumentou em 10,7% suas despesas totais com pessoal em 2007 – e nós sabemos que é proporcional ao Orçamento da União o orçamento do Senado –, o Senado reduziu, no mesmo ano, 2% do total de gastos com pessoal em relação ao ano de 2006.

Os dados constam do Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento, editado em janeiro deste ano, e indicam que este foi o único órgão Federal que apresentou redução de gastos em sua folha de pagamentos.

O relatório indica também que a participação das despesas anuais da União com o Legislativo (Câmara Federal, Senado Federal e Tribunal de Contas da União) caiu 0,4 pontos percentuais em 2007 com relação ao ano anterior, 2006.

Sr. Presidente, em 2006, nossa participação já era pequena, em torno de 4,8% do total do Orçamento da União. Pois bem, caímos ainda mais em 2007: nossa participação foi de 4,4%.

Em termos comparativos, os dados do boletim demonstram que o Legislativo é o Poder que menos gasta com pessoal em toda a União. Enquanto o total de despesas com pessoal, contabilizado em 2007, nos três órgãos do Legislativo, foi de R\$5,6 bilhões, a despesa total com pessoal, no Poder Judiciário, registrada em 2007, foi de R\$19 bilhões e; no Executivo, R\$97 bilhões.

A pesquisa aponta ainda que enquanto todos os demais órgãos públicos federais apresentaram

crescimento em seu número de servidores, o Senado apresentou uma redução de 7,1% em seu quadro de funcionários.

Tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, revela o cuidado que o Senado Federal tem com o dinheiro da sociedade.

Graças ao planejamento de ações do Senado, a cargo da Mesa Diretora, graças ao empenho da administração desta Casa, na figura do 1º Secretário, Senador Efraim Morais, e do Diretor-Geral da Casa, Dr. Agaciel Maia, estamos dando verdadeiro exemplo de gestão administrativa no setor público. Diria mais: estamos dando um exemplo de responsabilidade fiscal ao País sem que isso implique redução na qualidade dos nossos trabalhos.

Parabéns à Mesa Diretora, à Diretoria-Geral do Senado e aos nossos queridos funcionários que, cada vez mais, honram o nome do Senado da República!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Papaléo Paes, que aborda, com muita pertinência, essa questão da violência que aflige todo o País.

Com a palavra Senadora Roseana Sarney, pela Liderança e, em seguida, o Senador Mão Santa.

A SRA. ROSEANA SARNEY (PMDB – MA. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago a esta tribuna um tema da maior relevância para meu Estado e sobre o qual desejo chamar a atenção desta Casa e da Nação. Trata-se da repetição cada vez mais angustiante do desperdício de oportunidades para fazer valer a magnífica infra-estrutura que implantamos no Maranhão.

A nossa relação político-administrativa com o Maranhão vem de um tempo em que o Estado era só um retalho do mapa do Brasil, distante das vias de interligação asfaltadas com as demais regiões do País.

O nosso litoral era nada em termos de logística, e o máximo que se via era uma ou outra barcaça buscando o Cais da Sagração depois de longas e tensas viagens entre a capital e cidades com as quais não se tinha contato por terra.

A energia elétrica era o que se gerava com a queima de combustíveis fósseis, dispendiosa, restrita e impeditiva de qualquer ensaio de desenvolvimento.

Foi daí que partimos de um Estado que não era só pobre. Era pobre e sem perspectivas.

Uma a uma das engrenagens dessa magnífica infra-estrutura que nos diferencia hoje foi sendo montada, com visão de futuro, quebrando lanças com um e outro Estado fronteiriço.

Fizemos prevalecer os potenciais naturais de nossa terra, nós nos impusemos através de razões técnicas, a despeito do maior peso político de outros pontos de interesse.

Hoje o Maranhão é desembocadouro do Corredor Norte de Exportação, das ferrovias Carajás, Itaqui e da Norte-Sul, esta última ainda em construção, mas com trechos já em operação a partir do Tocantins.

Essas ferrovias possibilitam não só transportes de riquezas, mas, acima de tudo, estabelecem veios potenciais de desenvolvimento, sensíveis a qualquer ensaio de política indutora de geração de emprego e renda.

O Maranhão se tornou tronco de distribuição da energia elétrica gerada por Tucuruí e, por meio disso, adquiriu sua auto-suficiência também nesse setor. Agora mesmo, um consórcio de empresas privadas constrói, no rio Tocantins, uma das únicas, senão a única grande hidrelétrica em construção no Brasil, que vai acrescentar mais de mil megawatts à capacidade geradora do País.

Os portos de São Luís, também fruto da nossa relação político-administrativa com o Estado e da capacidade realizadora que ali se estabeleceu por algumas décadas, são os mais estratégicos em termos de logísticas, tanto pela generosidade da natureza, que nos deu calado de mais de 23 metros, quanto pela localização geográfica que posicionam o Itaqui e o Ponta da Madeira como os mais próximos de importantes centros comerciais do mundo.

E o que não dizer das ferrovias que nos interligam à maior mina de minério de ferro do mundo e que nos dão a condição de extremidade do Corredor Centro-Norte de Exportação?

São esses os recursos de que o Maranhão de hoje dispõe. Um Estado ainda pobre, mas equipado para continuar um processo de investimento em setores de mineração e siderurgia, agronegócio e turismo, serviço de infra-estrutura e comércio.

Essa preparação exigiu planejamento, capacidade de realização e um longo tempo de execução, etapas que se entremearam por disputas regionais que chamaram a atenção do Brasil, todas elas vencidas por nós, graças às potencialidades que o Maranhão traz da sua origem, da consistência dos nossos projetos e da nossa disposição para atrair parceiros e investidores.

O tempo da montagem dessa infra-estrutura e da transformação do Maranhão nessa terra de excelentes oportunidades se cumpriu. Governadora por dois mandatos consecutivos, consegui implantar grandes projetos estruturantes e complementar outros iniciados, graças ao trabalho e à visão de futuro de Governantes

como José Sarney, Edison Lobão, Epitácio Cafeteira e João Alberto.

Infelizmente, Sr. Presidente, há quase seis anos, o meu Estado tem se transformado na “terra das oportunidades perdidas”. A começar pela siderúrgica dos chineses da Boasteel, um investimento de US\$2,5 bilhões, 10 mil empregos na fase de implantação e 3 mil empregos diretos a partir do seu funcionamento. Houve de tudo: visita dos chineses ao Maranhão; visita do Governo do Maranhão aos chineses em Xangai; protocolo de intenções, e o estabelecimento dos encargos que o Governo do Maranhão deveria cumprir para que o projeto se realizasse.

O tempo passou e os chineses, infelizmente, mudaram de pouso. Foram construir a siderúrgica em Vitória, no Espírito Santo, cansados das indefinições e descompassos das autoridades maranhenses. Quantos empregos foram jogados fora.

Antes, outro Governo já deixou passar outra oportunidade: a refinaria que a Petrobras está construindo no Nordeste foi para Pernambuco. Quem vai se abastecer com os produtos da refinaria pernambucana são os Estados do Maranhão, do Tocantins, de Goiás, de Mato Grosso e do Piauí. O excedente poderia ser exportado, graças às vantagens de logística do Corredor Centro-Norte, que tem, em uma de suas pontas, o Porto do Itaqui. Portanto, mais empregos jogados fora.

Por último, já no atual Governo, deixa o Maranhão o Grupo Gerdau, que comprou o projeto da Margusa, no Município de Bacabeira, que produz ferro-gusa. Era intenção do grupo desenvolver um plantio de eucalipto em áreas dos Municípios do Baixo Parnaíba, mais precisamente em Santa Quitéria, Belágua, Urbano Santos e outros Municípios igualmente carentes de investimentos e oferta de empregos, e, futuramente, construir uma aciaria.

Submetidos a exigências absurdas, cancelamentos sucessivos de audiências públicas, atrasos e descaso das autoridades estaduais aos projetos submetidos à análise, cansaram-se também. Foram procurar outra freguesia.

Boasteel, Petrobras e Gerdau: juntos, os projetos frustrados somam quase US\$5 bilhões de investimentos; os empregos que seriam ofertados ultrapassariam a casa de 20 mil postos de trabalho.

Agora mesmo vemos o anúncio da implantação de uma usina siderúrgica no Pará. E o que nos inquieta não é só o compreensível pecado da inveja. Afinal, grupos privados estão construindo siderúrgicas no Rio de Janeiro, no Espírito Santo e mais uma no Ceará. O que nos dói é constatar que, apesar de tudo o que construímos em infra-estrutura e logísticas nos últimos 40 anos, estamos sendo expulsos da fila de oportu-

nidades dos grandes investimentos nesses últimos cinco ou seis anos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o momento requer uma tomada de atitude. Não basta ter o nome na história como partícipe da construção do ambiente que hoje existe no Maranhão para o seu desenvolvimento e para a construção da felicidade do seu povo.

Estou determinada a levantar uma frente pelo fim dessa seqüência angustiante de oportunidades perdidas.

Já falei com o Presidente Lula, que se mostrou interessado. Já iniciei contatos com a Vale do Rio Doce. Já falei com o Ministro Edison Lobão e, juntos, haveremos de conseguir, com a graça de Deus, um investimento desse porte para o nosso Estado.

Quero daqui convocar os empresários da minha terra para que unamos forças nessa direção, ao mesmo tempo em que apelo aos nossos governantes para que não atrasem mais a chegada do desenvolvimento ao nosso Estado.

Vamos reunir as forças políticas, trabalhadores, empresários, buscar o conhecimento e a experiência dos técnicos, dos professores da academia, sem esquecer da juventude esperançosa da nossa terra, tão necessitada de novas oportunidades de trabalho e renda, e lutar para não ficarmos à margem desta onda de progresso que o Brasil experimenta hoje.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senadora Roseana Sarney. É fundamental que o desenvolvimento seja realmente descentralizado em todo o País. Essa é também a visão dos mineiros.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa. (Pausa.)

O Senador Mão Santa cedeu a palavra ao Senador Cristovam Buarque. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Marcelo Crivella, pela liderança, e depois voltarei aos oradores inscritos.

Como orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Azeredo, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Brasil inteiro tem estado indignado, com raiva eu diria até, com do comportamento das autoridades espanholas, Senador Mão Santa, impedindo a entrada de brasileiros naquele país.

É correto que o Brasil fique indignado com essa situação. Durante décadas, recebemos aqui de braços abertos os espanhóis; fizemos deles brasileiros, eles se integraram à sociedade. Agora, de repente, a gente vê esse comportamento de barrar jovens estu-

dantes, de barrar turistas na entrada da Espanha. Por isso, começo o meu discurso manifestando também a minha indignação.

Mas não paro aí, Senador. Quero lembrar que nós nos indignamos com isso, mas não percebemos que também fazemos o mesmo. O Brasil é um país cheio de fronteiras dentro dele, impedindo outros brasileiros de entrar onde precisam.

Apesar de toda a indignação que sentimos corretamente, é preciso ver que, às vezes, Senador Jayme Campos, é um espelho nosso o que os espanhóis estão fazendo. Por exemplo, quantos brasileiros hoje foram impedidos de entrar em hospitais de que precisavam para ser tratados? Ali na frente, como se fossem guardas de fronteira, funcionários impedem pessoas doentes de entrar em hospitais de qualidade. É ou não é igual ao que faz a Espanha com os nossos turistas? De maneira errada como eles fazem; mas de uma maneira errada como nós fazemos.

Na Espanha, para entrar agora, você precisa mostrar a sua carteira cheia de dinheiro. E, para entrar num hospital de qualidade aqui, não é preciso mostrar também uma carteira cheia de dinheiro? Lá, é preciso ter um passaporte com visto. E aqui? Não precisamos também de um cartão de seguro? Se não tem seguro, pode morrer lá fora. É preciso que, ao mesmo tempo em que protestamos contra aquilo que os outros fazem erradamente com nossa classe média e alta que vai a Espanha, percebamos o que a gente faz aqui, nas nossas fronteiras internas, com os brasileiros.

E nas escolas? Vocês já viram alguma pessoa pobre conseguir entrar numa escola de qualidade se não tiver dinheiro para pagar. Da mesma maneira que os brasileiros, para entrar na Espanha, têm de mostrar que possuem dinheiro para pagar o hotel? Não entram aqui. Não entram nas escolas. As escolas têm guardas de fronteira que olham se aquela pessoa tem ou não direito de entrar. Da mesma maneira que, na Espanha, é necessário mostrar que se tem direito de lá entrar.

Nós não somos muito diferentes no absurdo que eles cometem contra os brasileiros.

E nas faculdades? Às vezes nem guardinha de fronteira tem. É a catraca que não deixa entrar o estudante se o cartão dele não provar que pagou a mensalidade, ou seja, é até pior do que na Espanha, Senador Paim, porque tem de pagar antes, para poder entrar depois. Lá pelo menos eles querem saber se tem crédito para, quando estiver lá dentro, pagar o hotel. Nós nos acostumamos tanto a criticar as aberrações dos outros que deixamos de ver as aberrações aqui dentro.

E, Senador Paim, quantos negros são impedidos de entrar em elevadores sociais? Quantos? Quantos não são barrados na porta de edifícios apenas porque

são negros, e aí têm de provar que são negros com dinheiro? Da mesma maneira que os brasileiros têm de provar que são brasileiros com dinheiro para entrar na Espanha.

Vamos, sim, protestar contra os espanhóis, mas façamos um exame de consciência para descobrirmos, percebermos que nós não somos melhores. E não é porque não deixamos aqui os espanhóis entrarem, é porque não deixamos aqui dentro os brasileiros entrarem naquilo que eles querem e têm direito.

E se, além de negro, for pobre, não entra nem no *shopping center*, Senador Paim. Não entra, porque os guardas da fronteira das portas do *shopping center*, como os guardas da fronteira na Espanha, identificam as pessoas e dizem: “Esse é um dos que podem freqüentar o *shopping center*. Esse é um dos que não podem.”

E esses que não podem eles os tiram do *shopping center* e os levam para fora.

Hoje, os jornais mostram um lugar com muro na praia. Um condomínio fechou a praia para ele. É claro que, nesse caso, já se vai derrubar. Mas quando é que se vão derrubar os muros das escolas de qualidade onde os pobres não podem entrar? E a maneira de permitir que entrem não é arrombando as portas dessas escolas, é construindo as escolas públicas com a mesma qualidade. A maneira de fazer com que os pobres possam entrar nos hospitais caros não é deixando que entrem ali, é fazendo com que o hospital público seja da mesma qualidade. Aí, a gente começará a ter autoridade para reclamar quando somos barrados na Europa!

E os aposentados que ficam em filas e, muitas vezes, no final delas, não penetram no sistema de aposentadoria, apesar de terem idade, apesar, às vezes, de terem trabalhado. Mas estão fora do sistema, tão fora do sistema como nós, brasileiros, estamos fora do sistema da Comunidade Econômica Européia neste momento.

Por isso, ao mesmo tempo em que eu deixo aqui, sim, sem nenhuma dúvida alguma, o meu protesto contra a maneira como nossos compatriotas são tratados na Espanha, eu trago a debate a maneira como nós, os que fazem parte do sistema moderno brasileiro, nos comportamos contra os brasileiros que não são parte desse setor moderno.

Para citar ainda mais um exemplo de fronteira. Quando é que a gente vai derrubar a fronteira que existe entre as vagas de empregos e os desempregados que não conseguem ocupá-las por falta de qualificação profissional? Há uma barreira, ou um abismo – melhor ainda –; em vez de construirmos uma fronteira, fizemos um abismo entre os desempregados e as vagas.

Qual é a maneira de resolver isso? Construir uma ponte. Essa ponte é a escola. Eu não estou propondo que desempregados desqualificados, sem qualificação profissional possam ocupar vagas que exigem qualificação. Isso seria um absurdo. O que estou propondo é que, para termos o direito de protestar com clareza contra aquilo que hoje a Espanha faz com os brasileiros, precisamos garantir que neste País qualquer cidadão vai ter direito a disputar uma vaga porque vai ter o diploma de sua qualificação profissional.

E para não parar de falar, há outros exemplos dessa fronteiras internas que construímos e que enchemos de guardinhas, ou de catracas, ou de crachás – porque quem não tem crachá não entra nos lugares nesse País – e a gente esquece aqui dentro de ver fronteiras mais dramáticas do que as fronteiras européias que impedem os brasileiros de lá entrar.

Senador Paim, o senhor pediu um aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque, vou falar muito rápido para não ocupar o tempo de V. Ex^a, que faz um pronunciamento brilhante como sempre. Eu só queria dizer que concordo com V. Ex^a na íntegra. O desrespeito aos brasileiros no exterior acontece na Espanha e não só na Espanha. Ninguém fique achando que nos outros países europeus é diferente. Não é diferente. Infelizmente, poderíamos citar uma série de outros países e, por isso, é preciso esse protesto veemente como o que V. Ex^a está fazendo e como outros Senadores fizeram, porque, se a moda pegar, cada vez mais, o brasileiro no exterior será tratado de forma desrespeitosa e deportado de imediato. A segunda questão é que quero dizer que tive muito orgulho em assinar junto com V. Ex^a o requerimento da sessão do dia 13 de maio – assinei com V. Ex^a e outros Senadores –, para o chamado 120 anos da abolição não acontecida ou não conclusa, como alguns preferem, quando teremos a oportunidade debater temas que V. Ex^a está levantando neste momento, corretamente, em relação ao povo negro dentro do Brasil. É só um aparte, cumprimentando V. Ex^a pelo discurso. Quero dizer que fiquei com um pouco de inveja de V. Ex^a, porque não pude estar em São Paulo – V. Ex^a me convidou, o reitor José Vicente também me convidou – na formatura dos 126 estudantes, dos quais, se não me engano, 90% eram negros, na Universidade Zumbi dos Palmares. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – O senhor traz, Senador Paim, a lembrança de uma prova de como derrubar a fronteira: é a Universidade Zumbi dos Palmares, onde tive a chance, o privilégio, de assistir à primeira formatura de uma turma de 156 jovens negros; 90% da turma de negros.

Fiz as contas rapidamente, Senadores, e aquela única turma – não fui ainda olhar os livros estatísticos, mas pelo que me lembro – deve ter aumentado em pelo menos de 5% a 10% o número de negros que se formarão nas universidades públicas este ano. Uma turma de um curso, de Administração, para verem o absurdo que é a situação dos negros nas universidades brasileiras. Uma turma foi dedicada ao ensino para negros, elevou em quase 10% o número total de negros que se formarão este ano.

Para concluir, Senador, quero chamar atenção para o fato de que reclamamos contra o rigor que hoje se aplica na Europa contra o passaporte brasileiro, e esquecemos que este é um país de crachás. Aqui, para ir de qualquer lugar a qualquer lugar, você tem de ter passaporte. É o passaporte que você pendura aqui para dizer: “Tenho direito de entrar em recintos do meu próprio País, senão sou barrado”, como somos barrados na Espanha. E esquecemos disso.

Nós nos acostumamos tanto com um país de exclusão, de crachás, de passaportes, sob a forma de diploma, sob a forma de qualificação para poucos, sob a forma da carteirinha do seguro, que a gente se irrita corretamente contra os que lá fora não nos deixam entrar, mas a gente esquece todos aqueles que aqui dentro, nós, os de dentro, não deixamos entrar. Não deixamos entrar nos hospitais quando precisam, não deixamos entrar nas escolas quando precisam, não deixamos entrar no emprego quando precisam, não deixamos entrar nas clínicas quando precisam, não deixamos entrar e moradias quando precisam. Tudo dividido em fronteiras dentro do próprio país, irritando-se esse país contra as fronteiras externas que não nos deixam entrar.

Concluo, Senador Eduardo Azeredo, dizendo que está na hora de o Senado, nós, discutirmos algumas coisas como esta: como derrubar as fronteiras internas dentro do Brasil que separam os que têm e os que não têm escolas, os que têm e os que não têm seguro médico, os que têm e os que não têm direito de entrar no hospital, os que têm e os que não têm direito de um curso de formação profissional para poder ter emprego. Enquanto não discutirmos isso não temos direito total de protestar contra o que faz a Espanha. Mesmo assim, eu protesto, mas eu protesto contra o que faz a Espanha com os brasileiros e contra o que faz o sistema brasileiro contra os pobres brasileiros que não têm os passaportes necessários para um bom tratamento médico, que não têm o passaporte necessário para entrar numa boa escola, porque as públicas não estão com a qualidade devida, que não têm o passaporte para conseguir o emprego, porque

lá atrás eles não tiveram condições de receber a formação devida.

E, finalmente, para não esquecer nenhuma hipótese – deixei para o final –, o passaporte da alfabetização. Temos dezesseis milhões de brasileiros que não têm acesso a nada neste País, porque não sabem ler o que está escrito na porta de onde eles querem ir. Aliás, isso é pouco. Dezesseis milhões, se olham para a nossa bandeira, não são capazes de entendê-la, porque não sabem ler “Ordem e Progresso”. Qualquer outra coisa que estiver escrito ali para eles parece a mesma coisa. Ou seja, dezesseis milhões de brasileiros não têm direito a entrar em absolutamente nada, porque são iletrados, em um mundo onde ler é fundamental.

E nós reclamamos porque não entramos na Espanha, esquecendo-nos de que não deixamos esses dezesseis milhões de adultos entrarem dentro do Brasil moderno, porque não os ensinamos a ler.

Vamos olhar para os espanhóis com raiva, mas como se estivéssemos olhando para um espelho. Às vezes, quando somos bem conscientes dos nossos erros, o espelho também nos dá raiva, quando olhamos para ele. A Espanha hoje é um espelho da elite brasileira a qual nós pertencemos – e não me excludo disso.

Por isso, critiquemos, mas sejamos conscientes e honestos para reconhecer que nós também fazemos o mesmo com os brasileiros excluídos que aqui dentro não têm direito de entrar onde precisam.

Era isso, Senador Eduardo Azeredo.

E para concluir, finalmente, existe mais uma barreira aqui que a gente esquece: a barreira do entendimento. Aqui, ou a gente funciona tão nitidamente entre branco e preto, de uma maneira definitiva, que quem tenta analisar as coisas de uma maneira diferente também fica excluído.

É provável que hoje eu receba toda a crítica dos espanhóis porque critiquei-os, e toda a crítica dos que não entraram na Espanha, porque vão dizer que estou justificando o que eles fizeram. Não justifico o que eles fizeram, mas eu não justifico também o que nós estamos fazendo aqui.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Eduardo Azeredo, que preside esta sessão; parlamentares presentes; brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado; Senador Paulo Paim, há um jornalista do Piauí e que foi Deputado Estadual comigo, que nos

comentários na Rádio Pioneira – a melhor rádio histórica do Piauí – dizia: “É uma lástima!”.

Azeredo, o Boris Casoy ia mais ou menos no rumo e dizia: “É uma vergonha”, e tiraram ele.

Agora, é uma vergonha isso aqui: Olha, faz de conta que é essa turma do PT – bota bem grandão aí um *outdoor* – faz de conta que é um Senador aí do Governo. Olha aqui, Azeredo, Paim... Luiz Inácio, aquele negócio... Isso aqui, ô Cristovam Buarque, Raupp, a vergonha.

Este é o jornal *Meio Norte*, grande jornal do Piauí, e a reportagem é de Efrém Ribeiro: Um doente no chão! No chão! No Brasil do PT, no Piauí do PT, no chão, tomando soro. Isso não tinha antes, não. Essa é a verdade. Ô Luiz Inácio, é um desgoverno!

Sr. Presidente, V. Ex^a governou o Estado de Minas, eu governei o Piauí. Ô Cristovam, olha a primeira página do jornal *Meio Norte*. O que você vê? No Piauí, um doente no chão. Eu sou médico, tenho muitos quilômetros rodados. Formei-me em 1966. Isso aqui é uma barbárie. Então, o que nós queremos advertir é que o Luiz Inácio está tomando o rumo errado. Pensa ele que uma mentira repetida se torna verdade. Este Brasil, ô Azeredo, nunca esteve tão mal governado. Ainda bem que chegou a Senadora e professora do PT.

Cristovam Buarque, estivemos no Piauí. Ô Cristovam, V. Ex^a foi homenageado, nós dois fomos homenageados. Está aqui: “O futuro é agora”. O Piauí tem marcado pontos na educação. Vencemos com o melhor educandário particular do Brasil, o Dom Barreto.

Isto aqui, Azeredo, é do Eadcon. Vou ler aqui o meu. Cristovam foi homenageado também:

O Pólo Institucional Eadcon, no Piauí, homenageia o Excelentíssimo Senador da República Mão Santa pela sua contribuição histórica na transformação da Uespi em uma das maiores universidades do Brasil.

É o nosso reconhecimento pelo seu grandioso trabalho.

Cléia Maria Brito Magalhães
Coordenadora”

Ao mesmo tempo em que a iniciativa privada tem essa evolução da universidade a distância – só no Piauí há mais de dois mil alunos –, o Governo deixa uma pessoa tomando soro e medicamentos no chão. Setenta por cento dos que fazem diálise peritoneal afirmam que, quando vão fazer o diagnóstico de insuficiência renal, já é preciso hemodiálise ou transplante de rins. Quero dizer, assim está a saúde no Brasil.

Agora, tiraram o Boris Casoy. Isto é uma vergonha! Luiz Inácio, não vão me tirar daqui. Não vão!

A função do Senado é, primeiro, para fazer leis boas e justas. Nós não fazemos, mas não é por nossa causa, não, Cristovam. É porque inventaram essa medida provisória. Eu li a última, estava presidindo a sessão, como V. Ex^a. O Regimento nos manda lê-las. Cristovam Buarque, li a de nº 406. Atentai bem: a nossa Constituição tem 250 artigos; as medidas provisórias estão em maior número do que os artigos da Constituição. Isso é ridículo, isso é deboche, isso é o despreparo. Não existe isso. E diz o Regimento que, quando ela chega, pára tudo. Então, não fazemos lei, nem eu. Não adianta.

Segundo, é para fiscalizar. Acho que o Senado tenta, fazendo as CPLs. E a terceira função do Senado é denunciar.

Eu posso dizer o que o povo não pode. Eu posso dizer que esse Governo de Luiz Inácio foi o pior Governo da História do Brasil. Eu posso, eu sei, eu entendo as coisas. Aquela história do Luiz Inácio dizer “eu fiz”... Eu sei as coisas, eu entendo. Foi longo o caminho para chegar aqui, estudando e trabalhando, numa estrada longa e sinuosa.

Professor Cristovam, leia quem foi Pedro II: 49 anos, obstinado, competente, estadista. Leiam! Mas eu terminei lá no meu Piauí agora, ô Paim, ô Luiz Inácio – nunca mais, eu estou avisando para ele não fazer, para eu não ter de dizer a verdade aqui, está ali no meu gabinete – eu acabei de ler o Diário de Getúlio Vargas, de 1930 a 1942. É dia como o quê, são 365 dias vezes doze. Diário. Ô estadista, Luiz Inácio, ô homem trabalhador! Eu estou dizendo, porque eu sei. Está todo riscado. No dia que o Luiz Inácio... Eu estou avisando para ele não fazer essa besteira. Eu estou ajudando. Porque eu venho aqui e vou dissecar. Eu estou com o diário na mão riscado.

Olha, o Getúlio trabalhava. Cristovam, está riscadinho, você sabe como eu leio. E eu lia mais – Natal, Carnaval, todo mundo malandrando e o Getúlio criando as coisas. E o Luiz Inácio: “Eu que fiz”. Ninguém fez nada!”

É. A ignorância é audaciosa, dizia meu professor de cirurgia Mariano de Andrade.

Olha, esse Getúlio trabalhou muito. E vou dizer por que estou me aprofundando, Azeredo. V. Ex^a sabe: existe a psicologia e a filhote neurolinguística. Aí, dizem que há um modelo – a modelagem. Quer ser um professor? Vou ser igual ao Professor Cristovam. Quero ser um jogador? Vou ser igual ao Pelé. Cantor? Roberto Carlos. E eu, que sempre gostei de política e médico, o meu modelo foi Juscelino. Foi o encanto que fez isso: médico como eu, cirurgião da Santa Casa, prefeitinho, governador, não sei o quê.

Cícero Lucena, um ex-presidente da OAB Reginaldo Furtado me disse assim: “Mão Santa, o Getúlio é melhor.”

Olha, eu fiquei perplexo. Eu, encantado com o meu modelo, Juscelino. Aí o ex-presidente da OAB disse: “Ele estava para lhe receber, estava lá em cima, mas saíram. Ele é do seu partido – Reginaldo Furtado”. Aí eu tomei um choque: “O Getúlio é melhor.”

Eu tinha conhecido, pessoalmente, o Getúlio: em agosto de 50, ele foi a Parnaíba, minha cidade, onde meu tio era prefeito. Ele falou na Praça Nossa Senhora da Graça, saiu, foi almoçar, depois um charutão. O Negrão lá, o Gregório vestido de Branco. PT. Agosto de 50. Mas eu, encantado.

Aí eu comecei, Azeredo, a estudar o Getúlio.

Olha, esse homem trabalhou! Tudo foi ele quem fez: o voto das mulheres, o TRE...

“O homem é o homem e sua circunstância”. Ninguém escolhe a época de governar, Luiz Inácio. Quando ele governou, foi uma guerra para entrar, os paulistas quiseram tirar, outra guerra. E depois houve a Guerra Mundial.

Por que o diário dele, Cristovam, só vai até 1942, se ele ficou até 1945? Houve um acidente de carro e ele quebrou a perna. Ele disse que se magoou, que não tinha mais razão e não ia mais escrever. Mas de 1930 a 1942, diariamente, você vê aquele estadista. Tudo! O Dasp, esses mecanismos...

E mais, atentai bem, aloprados do PT, aprendam! Quando ele saiu do Governo, ô Cristovam, ele não tinha uma geladeira a querosene! Você conheceu a geladeira a querosene? Só para vocês, e é até constrangedor eu dizer isso, mas o meu avô, que era industrial no Piauí, tinha três: uma na fábrica, uma em casa, no sobrado e outra na casa de praia dele.

E ele dizia: “Menino!” Aí a gente tinha de meter a cabeça debaixo dela porque tinha um negócio de uma chama. Quando dava fumaça, não gelava. E ele gritava: “Menino! Olha aí, está fumaçando!” e não gelava. Eu não sei se você pegou. Então, só para dizer, meu avô tinha três e Getúlio Vargas...Atentai bem, PT, aprenda. Aloprados, corruptos, ladrões. Getúlio, com 15 anos, saiu, Azeredo.

Fenômeno internacional. Aliamo-nos aos democratas, não podia ficar um governo ditatorial. Então, ele entregou, democraticamente, para o Dutra e se recolheu.

Primeiro, Cristovam, a fazenda dele...Ô Azeredo, ele era um homem como você – eu conheço a sua austeridade. A fazenda do Getúlio não tinha energia elétrica. O que é que esses aloprados logo aprendem? Levam logo para a casa deles, para a fazenda, para o diabo, tudo do Governo.

Não tinha. Aí ele passou em São Paulo e um empresário – o que é muito natural, você foi Governador – disse que ia lhe dar uma geladeira. Ele não quis, ficou constrangido. Mas um amigo diz: “Rapaz, se ele quer aceita, aceita!” E, aí, depois, na biografia, ele escreve, assim: “Sabe que foi bom! De noite, eu tomo um sorvete de chocolate”. Olha a pureza e a decência desse estadista. Você entendeu? E isso aqui é que a gente tem de ver.

Mas, com tantos exemplos, não me venha mais, Luiz Inácio, não me aborreça, não, porque eu estou sendo muito delicado. Nunca mais diga esta besteira: “Fui eu que fiz, não teve.” Este é um País que tem 508 anos. Capitania Hereditária: Mem de Sá, Tomé de Souza, Duarte da Costa, esse Dom João VI que chegou há 200 anos, Pedro I, um grandioso. Fez aqui, saiu e foi lá tomar lá. É o Pedro IV. Esse Pedro II, quando ele morreu, foi para Paris. Sabe o que eles disseram lá? Se nós tivéssemos um rei desses, nós nunca tínhamos derrubado. Não ia ter aquele negócio de liberdade, igualdade e fraternidade. Estadista. Aí se sucederam todos esses Presidentes. O próprio Juscelino, estadista.

Então, o que eu quero dizer é o seguinte: nós estamos regredindo. E eu trago o fato. Professor, o cientista político atual mais aceito é Norberto Bobbio, não é verdade? Norberto Bobbio, da Itália, da Itália do Renascimento, da Itália de Roma. Na Itália, é diferente; no Senado, são escolhidos cinco Senadores vitalícios pelos méritos. Até outro dia, era Norberto Bobbio. O melhor livro. Ele diz: “O mínimo que se tem de exigir de um governo é segurança, a vida, a liberdade e a propriedade”. Pergunto: “Brasileiras e brasileiros, nós temos segurança?”

Cícero Lucena, eu gostava muito desse fenômeno. Eu lembro que fui a sentinela do pai desse Reginaldo Furtado. Chamamos lá de sentinela, velório. Era um costume. Morria, passava a noite rezando. Outro dia, Azeredo, fui a Teresina e pensei: “À noite vou lá”. Quando cheguei, disseram-me: “Já enterramos”. “Mas ele não morreu às cinco e meia?” “Enterramos logo porque assaltaram a casa da vizinha, durante um velório.” Este é o País. Isso era Teresina outro dia. Eu era Governador do Estado e andava a pé. A casa ficava a 12 km. Meia noite eu fazia *cooper*, andava sozinho. Hoje é uma barbárie! Não temos segurança.

Saúde? Está aqui. Mostra aí. O doente está no chão na capital, Teresina! No chão?!

Cristovam, V. Ex^a esteve lá e, enquanto nós estávamos inaugurando uma Eadcon, uma rede de ensino a distância em universidades, nesse governo – está aí o Cristovam para confirmar –, a falácia da educação pública. Aumentou o número de faculdades privadas. Há faculdades de Medicina privadas que cobram R\$4

mil a mensalidade. Quatro mil por mês! Qual a perspectiva que vai ter um pobre? Sonhar um filho... As públicas estão acabando, Cícero Lucena.

Concedo um aparte ao ícone da nossa educação, o Sr. Educação, Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Eu gostaria de debater com V. Ex^a para aumentar ainda mais os elogios a Getúlio Vargas, mas fica para outra vez. Hoje eu quero dizer da satisfação que tive – e o senhor foi em parte responsável por isso, porque foi quem me trouxe o convite – de ver duas coisas em Teresina, neste fim de semana, as quais me deixaram muito orgulhoso como brasileiro. Uma delas é essa nova universidade, dirigida pelo professor Jurity, que vai levar ensino a distância a todo o Piauí e, creio mesmo, a todo o Nordeste. As instalações que vi ali são de deixar orgulho a Teresina em relação a qualquer outra universidade aberta. Agora, realmente, acima de tudo, Senador Eduardo Azeredo, o que me chamou a atenção foi ver por que uma escola de segundo grau, primeiro grau e maternal de Teresina, o Instituto Dom Barreto, ficou em primeiro lugar no Brasil. Mesmo eu, como nordestino, ao ver aquela notícia, perguntei-me: “Será verdade?” Eu fui ver. Não há a menor dúvida de que aquele Instituto tem toda a chance de estar entre os primeiros e, portanto, de ter sido o primeiro no Enem do ano passado, porque ele faz tudo aquilo que todo mundo sabe que, em se fazendo, a educação é boa. Primeiro, seleciona muito bem os professores, paga bem aos professores – e muito bem – e dá liberdade, incentiva, dá licença para que eles estudem. Isso é o principal. Segundo, os alunos do ensino médio ficam ali em horário integral, como deveria ser em todos. No ensino fundamental, uma parte é em horário integral. Os pequeninhos é que não ficam, obviamente, como não devem, em horário integral. Terceiro, a infra-estrutura. Há uma biblioteca de sessenta mil livros; uma biblioteca que tem oitenta revistas assinadas. Veja bem: oitenta tipos de revistas têm assinatura nessa escola. Depois, o método que se usa na educação: usa-se leitura em grande quantidade, inclusive leitura de periódicos. Outro ponto é a carga do ensino de línguas. Não apenas português e inglês, que é o usual, mas há professores de outras línguas. Os que quiserem, estudam japonês. Há aulas de latim. Finalmente, para não continuar falando, há o envolvimento das famílias. As aulas de línguas são dadas também para os pais que querem. As aulas de dança e os esportes são feitos também para os pais. E tudo isso a um custo que não é muito elevado, porque a escola se nega a ter lucro; o dinheiro vai todo para ela e para financiar uma escola igual para quinhentos meninos e meninas que não podem pagar pela escola.

Então, existe a escola onde se paga e, graças a esse pagamento, mantêm-se quinhentos estudantes em uma escola gratuita, livre, com a mesma qualidade. Isso acontece em Teresina, no Piauí, Estado do Senador Mão Santa. Fiquei bastante bem impressionado. Digo mais: quando a gente faz as contas, vê que não seria difícil fazer isso no Brasil inteiro. Não seria difícil! O custo *per capita* ali, pago pelos pais, é apenas três vezes o que se gasta por criança da escola pública brasileira. Não seria difícil fazer isso, não de uma vez, mas aos poucos, no Brasil inteiro. Voltei de lá, Senador, entusiasmado com a universidade à distância – faculdade que foi criada – e, especialmente, com o Instituto Dom Barreto, cujo dirigente foi um exemplo para todos nós: o Marcílio Rangel. Eu agradeço muito que esse convite tenha vindo por suas mãos, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Cristovam, o Piauí agradece. Aí, ele mostra a grandeza do homem, do brasileiro e da brasileira, do homem piauiense e da mulher piauiense; mostra um colégio privado. Eu estou mostrando uma iniciativa, Eadcon, do Francisco Martins Jurity. Ensino privado!

E o Governo está aqui, envergonhando-nos! É na saúde desse jeito! É isso... Só na mídia...

Para encerrar, sendo otimista, Juscelino, que é a minha modelagem, disse que é melhor ser otimista, porque o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando.

Azeredo, em homenagem a Minas, Juscelino e a V. Ex^a – esse aqui acho que é de lá, não sei se é mineiro – atentai bem à vergonha.

Ô, Cícero Lucena, Jayme Campos: “Escassez de ética”. Essa é a entrevista de um homem com 50 anos de vida pública, Marcílio Marques Moreira, que trabalhou em vários governos e era Presidente da Ética do Governo. Saiu. Olha o que ele diz, atentai à gravidade. Eu dou muito valor a isso, Cristovam, porque nós, médicos, fazemos o Juramento de Hipócrates, que é um código de ética, e temos a Deontologia Médica. Olha o que diz esse homem, que saiu, jogou a toalha pela imoralidade que está esse Governo. Afirma a revista *Veja*: “O ex-presidente da Comissão de Ética diz que falta sensibilidade ao Governo e que, hoje, quem respeita à lei é considerado imbecil, otário”. O ex-presidente da Ética do Governo!

Cristovam, somos otários, cumprindo o dever. Aqui são os aloprados, os traquinas... Essa é a república de Luiz Inácio.

Disse o entrevistado: “Preocupa-me ouvir declarações de autoridades no sentido de que transgressões são rotineiras na vida pública brasileira. Isso é inaceitável”.

E diz mais: “(...) Ética não é uma característica marcante dos ocupantes de postos importantes em Brasília, principalmente no Palácio do Planalto”.

Ele, por 50 anos, trabalhou, foi Ministro de outros governos, de João Goulart, de Collor e, agora, joga a toalha, envergonhado, e está aqui nas páginas amarelas da *Veja*. Mas faço uma reflexão. É rápido. Essa é uma grande oportunidade. Minas: “*Libertas quae sera tamen*”. Tanto sacrifício de Tiradentes para esse mar de corrupção que enfrentamos.

Olha o que ele diz: “Quem anda dentro da lei é considerado um imbecil. Permeia a sociedade a leniência com desvios, com transgressões, começando com as pequenas, como jogar papel na rua, furar o sinal de trânsito, dar uma ‘cervejinha’ ao guarda que quer multar”.

Quer dizer, esse é o exemplo que ele leva à sociedade. Então, está aqui.

E ele vai mais e diz: “Ninguém no serviço público pode gastar sem prestar satisfação”. Ele está contestando esse negócio. O Presidente da República tem de prestar conta dos seus dados. Diz o nosso Marcílio Marques Moreira, que está nas Páginas Amarelas... Isso é importante para o País. Nós podemos ter a *Veja*, nós somos Senadores, mas o povo não tem, não. Esse aqui é um homem de vergonha, 50 anos de vida pública. Olha o que ele diz aqui – Ó, Luiz Inácio, atentai bem!

“Ninguém no serviço público pode gastar sem prestar satisfação. Apenas o que for realmente relativo à segurança tem de ser preservado. Mas os gastos comuns que envolvem Presidente e seus familiares precisam de transparência. A Constituição diz que toda a administração pública tem de se guiar por cinco princípios: legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade e eficácia. Ninguém pode escapar disso, nem o Presidente nem seus familiares.”

Ele deixou, jogou a toalha, envergonhado, porque não acredita num país sem ética. Então, lê quem pode a *Veja*.

Mas essa revista *Época* é muito boa. Ela é um complemento da outra. O título é “Lugar de corrupto não é na cadeia”, mas a palavra “não” aparece riscada. Ela prova o que tem essa falácia, essa mentira, essa fanfarra, dizendo quem combate o crime. É a *Época*, a imprensa livre, que tem se comportado bem.

Olhem o que ela diz:

“*Época* faz um estudo inédito das mais de 200 operações da Polícia Federal – [mídia,

mídia, mídia] – para desbaratar quadrilhas de corruptos realizadas desde 2003.

O lado positivo: a polícia nunca trabalhou tanto.

O lado negativo: de cada 100 envolvidos nas denúncias, apenas 7 estão presos.”

Então, aquilo tudo é só mídia para desviar a atenção. Dizem “somos sérios” Não são, não; são é aloprados. A impunidade nunca esteve tão grande.

Olhem o que a *Época* diz: “Investigar, identificar e prender suspeitos é o primeiro passo no combate aos corruptos. O Brasil perde, a cada ano, 5% do PIB só nessa roubalheira.” Isso daria para salvar a educação, que é o seu ideal, o sonho e a salvação do País.

Mas termino com o seguinte: “Transparência tende a inibir os corruptos. Como os dados podem ser rastreados, fica perigoso roubar.” Aqui, ela demonstra os bilhões que desaparecem. É muito interessante.

Para terminar, fico com Ulysses. Eu, que lidero o PMDB, posso falar em nome de Ulysses, eu posso falar em nome de Tancredo, eu posso falar em nome de Ramez Tebet, eu posso falar em nome de Juscelino. E faço nossas as palavras de Ulysses, que está encantado no fundo do mar: “A corrupção é o cupim que corrói a democracia”.

E eu nunca vi tanto cupim quanto existe hoje na política do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Cícero Lucena, pelo prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar uma reunião que houve no comitê em favor da transposição das águas do São Francisco, que ocorreu na última quinta-feira, na cidade de Monteiro, no interior da Paraíba, onde se fizeram presentes várias autoridades. Além de Governadores, do Ministro Geddel, de Deputados estaduais e federais, de Prefeitos de toda a região do Cariri paraibano e também alguns do interior de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, esteve presente a comunidade, que pôde, de uma forma muito clara, Senador Paim, dar o testemunho da necessidade e da importância da transposição, tema de que tratei na semana passada nesta Casa.

Mas eu gostaria de transcrever para os *Anais* desta Casa uma carta que recebi, quando lá me fiz presente, de uma pessoa que não conheço. Ela me entregou a carta naquela solenidade e eu passo a lê-la neste instante.

“Vivenciamos, neste novo século, mais um flagelo da seca. Não poderia o homem reverter esse dramático quadro da seca? Certamente que sim, o desenvolvimento tecnológico científico é avançado. Entretanto, falta vontade política para a realização de medidas efetivas no combate à seca.

O nosso povo, culturalmente, também tão seco de conhecimentos, sedentos de soluções urgentes. E a urgência no atendimento dessas reivindicações vem em forma de esmola; o Governo cria programas sociais que servem apenas para enganar a fome e, como dizia o nordestino que fazia da música o clamor do seu povo, que fazia o País todo ouvir a miséria da seca, o saudoso Luiz Gonzaga, que, numa só frase define toda a penúria do homem nordestino: “Seu doutor, uma esmola ao homem que é são ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão”. Isso foi dito há décadas, mas até hoje os governantes não refletiram, não tomaram medidas eficazes.

Atualmente, o Nordeste enfrenta mais uma de suas secas, que não só pela falta de chuvas, mas também pela falta de poços, irrigações... [De outras alternativas]. Tem-se gerado uma situação de fome, miséria e violência. Pois a agricultura é uma atividade fadada à extinção; os agricultores já não têm estímulo para o cultivo da lavoura, uma vez que não colhem da terra o fruto do seu trabalho. E assim, decepcionados, partem para a zona urbana, achando eles que lá encontrarão a solução para os seus problemas. Infelizmente, este problema toma dimensões maiores, pois na maioria são analfabetos, sem qualificação profissional e conseqüentemente isso dificulta a sua sobrevivência na cidade, sendo levados ao desespero pela falta de moradia, de alimentos, de saúde, chegando à mendicância, à prostituição e à marginalização.

As políticas governamentais têm grande parcela de responsabilidade por esse quadro de miséria que assola nossa região.

Faz-se necessário que haja urgência em reverter essa situação, pois já se desencadeia na região nordestina um processo de desertificação. E esta reversão começa com a conscientização e responsabilidade de cada membro que forma a nossa comunidade. E parafraseando Neimar de Barros, que disse: “A falta de água produz a sede, a falta de comida produz a fome, a falta de amor produz violên-

cia”. E, infelizmente, estamos vivenciando a sede, a fome e a violência. O nordestino não pode mais esperar, deixem o São Francisco nos salvar.”

Essa foi uma correspondência, Presidente Mão Santa, que recebi de uma pessoa, em um encontro que houve na cidade de Monteiro, na última quinta-feira, em prol da transposição das águas do Rio São Francisco para matar a sede de toda uma região e de milhares e milhares de pessoas que clamam ao País a justiça e a vontade dos Governantes, que têm sido demonstrada pelo Presidente Lula. Esperamos que todos nós possamos fazer a nossa parte, dar a nossa contribuição para este País ser mais justo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Cícero Lucena, o Sr. Eduardo Azeredo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento desse líder do Nordeste, ex-Prefeito, ex-Governador e ex-Ministro deste País, Senador Cícero Lucena, consultando o Regimento, têm prioridade as Lideranças. Está inscrito, como Líder do PRB, o Senador Marcelo Crivella.

O Senador Crivella está em campanha e vai abdicar em favor de outro ou vai usar da palavra?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, demais presentes ao plenário, venho aqui para festejar, festejar um Governo que deu certo, um Governo que tem levado o Brasil a dias melhores, em relação aos últimos anos, sobretudo na parte de distribuição de renda e de economia.

O Brasil vive um momento que precisa ser celebrado. Estamos batendo recordes na criação de emprego formal. Crescemos mais de 5%, coisa que não ocorria há muitos anos no nosso País, pois viemos de décadas de estagnação, décadas de crescimento medíocre. Ainda não é suficiente, não é ainda o que queremos, mas mostra que o Brasil está no rumo certo de um crescimento sustentável com distribuição de renda.

No Rio de Janeiro, meu Estado, bravo Estado do Rio de Janeiro, dessa gente sofrida e valente, temos ainda mais razões, Sr. Presidente, para celebrar, porque os números dos investimentos das estatais – só das estatais, não falo aqui dos recursos de transferência para saúde, educação ou do Fundo de Participação dos Estados e Municípios; falo dos investimentos das estatais – somam mais de R\$4 bilhões.

Sr. Presidente Mão Santa, são efusivas essas notícias. O Programa Luz para Todos, grande sucesso do Governo Federal, leva iluminação às famílias de baixa renda. No Rio de Janeiro vão aplicar quase R\$1 milhão. A distribuição de derivados de petróleo, gás natural, álcool e biocombustível é a grande riqueza do Estado do Rio de Janeiro, é riqueza mineral. São nossas as jazidas de petróleo e gás. Serão aplicados R\$19 milhões. No refino de petróleo, as estatais brasileiras, sobretudo a Petrobras, vão aplicar R\$1,401 bilhão numa refinaria extraordinária, no Município de Itaboraí, com grande benefícios, que vão irradiar para o Município vizinho, São Gonçalo, onde existem mais de um milhão de pessoas.

Sr. Presidente, em transporte de petróleo e derivados, gás natural e biocombustíveis, lá no Estado do Rio de Janeiro, serão investidos R\$620 milhões. Isso tudo vai trazer, na ponta, tecnologia, emprego, uma vida melhor para o nosso povo.

Na área de desenvolvimento da infra-estrutura aeroportuária, nos nossos portos e aeroportos, R\$91 milhões serão aplicados. O Rio de Janeiro ainda é a porta do turismo no Brasil.

Belíssima cidade, das suas planícies, da sua Baixada Fluminense, das suas montanhas, da sua Mata Atlântica e, sobretudo, das suas praias e do seu povo. Noventa milhões de reais estão destinados no Orçamento para a infra-estrutura aeroportuária.

Temos também, Sr. Presidente, na produção de moedas e documentos de segurança – a Casa da Moeda fica no Rio de Janeiro, na zona oeste –, R\$52 milhões. Provavelmente, nesses recursos, está o novo passaporte brasileiro, agora com muito mais segurança e muito mais difícil de ser falsificado.

Ampliação e modernização das instituições financeiras oficiais, R\$26 milhões; investimento das empresas estatais em infra-estrutura de apoio, R\$318 milhões serão aplicados; Brasil Com Todo Gás, programa que visa a criar no nosso País as condições necessárias para um melhor aproveitamento desse recurso que temos – a Bacia de Santos é rica em gás. É bom lembrar também que o nosso contrato com a Bolívia é um contrato que nos impõe ter uma infra-estrutura de distribuição efetiva, porque temos um volume a consumir; se não o consumirmos, pagamos – é *take or pay*. Portanto, é importante a aplicação desses recursos no Brasil Com Todo Gás.

Sr. Presidente, teremos no vetor logístico leste uma obra de vulto, o arco rodoviário do Rio de Janeiro. Isso tira o trânsito da cidade, sobretudo da ponte Rio–Niterói, onde os engarrafamentos são constantes. A aflição do povo que mora na zona oeste é co-movente.

Todos os dias um trabalhador que venha de Santa Cruz, de Bangu, de Campo Grande ou daquela região da Avenida Brasil, ainda que saia cedo de casa, não vai demorar menos de duas horas para chegar ao centro da cidade. É cruel, é desumano. Esse arco rodoviário vai ligar o litoral, a Rio–Santos, à estrada que vem de Brasília, a BR-040. Todo esse fluxo que chega ao Rio de Janeiro será interceptado por esse arco, passando por trás da Baía de Guanabara, levando à Rio–Bahia, para que a cidade fique menos congestionada, para que os produtos cheguem com menor custo, menor preço agregado por um itinerário que já, hoje em dia, prejudica muito não só o trânsito, mas também toda a infra-estrutura.

Quer dizer, não há recursos para se aplicarem em tantas reformas nas nossas avenidas, nas nossas pontes com tráfego pesado, intenso e imenso que não deveria passar por ali. Lembro também a poluição. Um tráfego enorme como esse de caminhões passando pelo Rio de Janeiro e indo para a região Norte deixa uma fumaça no ar numa área que já é muito tráfegada por automóveis comerciais – uma poluição enorme.

Portanto, Sr. Presidente, esses são alguns dos programas de investimento das estatais no Rio de Janeiro, que somam no total R\$4.214.880.541,00 (quatro bilhões, duzentos e quatorze milhões, oitocentos e oitenta mil, quinhentos quarenta e um reais). Não estão incluídos aqui os investimentos diretos, que são os recursos do PAC, trazendo justiça social a comunidades carentes, Senador Mão Santa, que começaram com a volta dos soldados da Guerra do Paraguai, 1870.

Naquela ocasião, 1864, quando o Paraguai invade o Rio Grande do Sul e toma um pedaço do Mato Grosso, nós tínhamos apenas, por lei, por decreto, uma Força Nacional com 15 mil homens. O Paraguai nos invadiu com 80 mil. D. Pedro II, num sábado, assinou um decreto com um programa chamado Voluntários da Pátria.

Eu acho que no Piauí, em Teresina, existe uma rua em homenagem a eles: Rua Voluntários da Pátria. Nas principais capitais brasileiras existe essa rua.

Nesse programa, que foi publicado no *Jornal do Commercio* (*Jornal do Commercio* com dois emes), jornal que até hoje circula na cidade do Rio de Janeiro. É centenário. Um dos jornais mais antigos do País. Belíssimo jornal! Diários Associados. Foi publicado, na segunda-feira, esse projeto de D. Pedro II, em novembro de 1864.

Uma das oportunidades que se apresentavam no programa dos Voluntários da Pátria era a alforria para os negros escravos que se dispusessem a ir lutar na Guerra do Paraguai. Trinta mil foram, Senador Mão Santa. A guerra durou cinco anos, com a vitória dos

brasileiros. Aliás, o Conde d'Eu, marido da Princesa Isabel, depois da saída de Caxias, quando assumiu o teatro de operação, fez um elogio à tropa dos negros, que se chamava Zuavos (os zuavos baianos) e outros tantos negros que lutaram na Guerra do Paraguai.

Pois bem, quando voltam, esses homens, heróis da Pátria, recebem para morar o morro. Encontram a lei do branco: alforria, sem trabalho e moradia. Portanto, assim começa a triste história das comunidades carentes no Brasil. Soldados e heróis que, ao voltarem, recebem para morar ou trocam a senzala pela favela.

De lá para cá, Sr. Presidente, o Rio de Janeiro construiu grandes bairros, a Ponte Rio–Niterói. Construiu a maior indústria de petróleo da América Latina. O Rio construiu a sua empresa siderúrgica, a Companhia Siderúrgica Nacional. Está fazendo agora a Companhia Siderúrgica do Atlântico, em Itaguaí. Mas nunca tivemos dinheiro para pagar um salário justo o suficiente a sucessivas gerações de negros, brancos, pobres e mestiços que continuaram lutando outras guerras do Paraguai, dessa vez como empregadas domésticas, motoristas, trocadores, mecânicos, operários, serventes, carpinteiros. Depois de uma jornada de trabalho extenuante, recebendo apenas um salário suficiente para comer e se vestir, só tinham como alternativa improvisarem suas casas em comunidades carentes. Hoje, são mais de 700.

Centro e trinta e sete anos se passaram, e esse paradigma acabou se repetindo. E, assim, dezenas, centenas de comunidades carentes são hoje foco de muita violência, de tráfico de drogas e de criminalidade, Sr. Presidente.

O PAC é um resgate histórico disso tudo. Agora, sim, aquilo que existe no asfalto, como urbanização, ruas, calçadas, canteiros, postos de saúde, delegacias, escolas, agora isso vai subir o morro. A cidade começa a subir às comunidades carentes. Isso é muito bonito, Sr. Presidente.

O projeto do PAC começa na favela da Rocinha, no Morro do Alemão, em Manguinhos, e também nessa primeira comunidade, a comunidade do Morro da Providência, onde aqueles soldados heróis iniciaram as primeiras moradias improvisadas.

Ali também o projeto Cimento Social está aplicando mais de R\$12 milhões, ajudando as famílias a terminarem suas casas.

Então, as famílias estão vendo as janelas, as portas e os telhados sendo colocados e as paredes, argamassadas. As pessoas estão tendo suas instalações elétricas e hidráulicas cuidadas. Sr. Presidente, essa obra precisa ser ressaltada desta tribuna.

Este Governo está promovendo crescimento econômico com distribuição de renda. Isso é bonito, isso

nos agrada a todos, isso precisa ser comemorado, e é o que faço nesta ode. Sem o brilhantismo de V. Ex^a, procuro apenas citar os dados, para que os brasileiros sejam contagiados com essa euforia que trago hoje para esta tribuna.

Finalizando, quero dizer que o Rio de Janeiro espera que, com essa geração de emprego, com esses investimentos, com a oportunidade de tecnologia da nossa indústria de petróleo e de minerais, possamos diminuir a violência que hoje tanto entristece e foi a razão de diversos pronunciamentos que ouvi da tribuna desta Casa.

A violência está ligada diretamente à injustiça social, à concentração de poder e de renda. Moisés já dizia isso há quatro mil anos. Ele dizia, Senador Mão Santa, que a paz é fruto da justiça e que a segurança se estabelece com o direito.

Esses programas do PAC estão promovendo justiça e segurança pelo direito de pessoas de viver não em casas improvisadas, com habitabilidade deplorável, mas em casas decentes, em condições de higiene e de saúde que todos desejamos para o nosso povo.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo também que, no Morro da Providência, eu tenho uma participação efetiva. Levei esse projeto ao Presidente Lula, no ano passado, quando ele determinou que o Ministério das Cidades alocasse recursos. As obras estão sendo feitas pelo Exército brasileiro e devem ser concluídas em poucos meses.

Visitei as obras na semana passada. Estamos enfrentando alguns problemas administrativos, mas também o mau tempo. Obras, Senador Mão Santa – digo como engenheiro e não como Senador –, se tocam com duas coisas: dinheiro e sol, bom tempo. Isso é que toca uma obra. Infelizmente, se os recursos não nos faltam, falta bom tempo.

Mas, no Morro da Providência, eu queria, Senador Paulo Paim, dizer, Senador Eduardo Suplicy, que o sangue rubro-negro, que, derramado, coloriu o verde das águas dos rios, pela glória do Brasil, na Guerra do Paraguai, está sendo hoje honrado com o trabalho, com o Projeto Cimento Social, que está trazendo dignidade à primeira favela, à primeira comunidade do Brasil.

Em honra aos nossos ancestrais, aos nossos heróis, essa é a obra que o Presidente Lula faz no Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, por permuta com o Senador Papaléo Paes.

Falará no horário após a Ordem do Dia, que não houve.

S. Ex^a terá vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, subo a esta tribuna mais uma vez para falar sobre as questões ambientais da Amazônia, sobretudo do meu Estado, Rondônia.

Sr. Presidente, no início, eu não estava muito preocupado com a Operação Arco de Fogo. Para quem não sabe, a Operação Arco de Fogo é aquela que está sendo realizada hoje no Estado do Pará, no Estado do Mato Grosso e no Estado de Rondônia, devido aos levantamentos do Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que detectou grandes áreas de desmatamento nesses três Estados da Amazônia.

Essa operação, Sr. Presidente, não está atuando apenas na área de desmatamento. Somos favoráveis. Já falei duas ou três vezes nesta tribuna que a fiscalização deve existir. Aliás, ela chegou tarde demais. Se tivesse chegado...

Senadora Fátima Cleide, V. Ex^a, que nasceu no Estado de Rondônia, sabe muito bem, talvez até melhor do que eu, o que vou falar agora.

No passado, o Ibama não fiscalizava. O Ibama, que era o principal responsável pela fiscalização e até pela orientação dos produtores – pequenos e médios produtores rurais –, enfim, de todo o setor produtivo do meu Estado e da Amazônia, ao longo de 30 a 40 anos, não coibiu o avanço do desmatamento. Aquelas pessoas que foram para lá para criar as suas famílias, que pegaram um pedaço de terra de 50 ou 100 hectares, obedeceram ao lema de integrar a Amazônia. O convite do Governo Federal para aquela região dizia: “Vamos integrar para não entregar”, porque alguém tinha de ocupar a Amazônia. Essas pessoas foram para lá convidadas, receberam terras, e a lei dizia que podiam derrubar até 50% das propriedades. Depois as leis foram mudando.

É claro que muitos derrubaram mais do que 50%, até porque, em algumas propriedades, os filhos foram casando. Quem constituía uma família, hoje, já tem cinco ou seis famílias na mesma propriedade. Então, a necessidade, a demanda exigiu que fosse derrubado um pouco mais, se não com a autorização, mas com a convivência do Ibama e o apelo do Incra, dizendo que a propriedade, para ser reconhecida, tinha de ter der-

rubada, desmatamento, benfeitorias. Foi quando as pessoas começaram a fazer suas derrubadas.

E hoje, Sr. Presidente, na maioria da Amazônia, a nova legislação diz que agora são 80% de preservação e apenas 20% para uso do solo.

Graças a Deus, em Rondônia, Senador Jayme Campos, Senador Paulo Paim, fizemos um zoneamento agroecológico e econômico, aprovado pela Assembléia Legislativa. Eu executei 80% quando Governador do Estado e o meu sucessor terminou os outros 20%. E foi aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Conama, Conselho Nacional de Meio Ambiente, dando essa nova legislação para Rondônia, segundo a qual, na Zona 1.1, podem se usar até 50% das propriedades, como era antigamente. Na verdade, o zoneamento veio garantir que a nova legislação não tirasse das pessoas o direito que elas detinham no passado.

Sr. Presidente, Rondônia hoje vive um verdadeiro terrorismo. A Operação Arco de Fogo chegou em Rondônia incendiando mais do que já havia, colocando mais fogo do que já havia sido colocado com o chamado arco de fogo.

Nós sabemos que 30% das madeiras de Rondônia estão ilegais. O Ibama tem que fechar; e já vinha fechando. A verdade é essa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Esses 30% de madeiros ilegais que havia no Estado já estavam sendo fechados. Agora, os outros 70% tem que trabalhar. E há planos de manejo. Há 260 planos de manejo em Rondônia, dos antigos seringais, das propriedades tituladas, tudo com documento. E agora o Ibama chega com essa operação em Rondônia, castigando não só os ilegais. Os que estão legais também vão ser apenados. Estão falando até em zerar, extinguir todos os planos de manejo e deixar as madeiras sem a matéria-prima.

No passado, para ser decretado o fechamento de uma indústria madeira, tinha que haver uma certa quantidade, talvez 40%, 50% de madeiras ilegais. Hoje, com apenas 100 metros de madeiras ilegais dentro de um pátio com 5, 6, 8, 10 mil metros cúbicos de madeira, se pegarem 100 metros de madeiras ilegais, já a madeira é lacrada, fechada. Cem metros, numa quantidade grande, pode haver até num erro técnico, num erro de medida, uma forma de medir diferente.

Então, não podemos concordar com isso. Quero que a fiscalização seja feita. Quero que os ilegais sejam banidos. Mas aqueles que trabalham legalmente, os madeiros sérios, deverão permanecer. Afinal de contas, foram, por muito tempo, a principal fonte de renda do Estado e, ainda hoje, significam de 15% a 20% da renda do Estado de Rondônia.

Concedo um aparte, com muito prazer, à Senadora Fátima Cleide.

A Srª Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senador Valdir Raupp, parabeno V. Exª por trazer esse assunto ao plenário desta Casa. Também tenho muitas preocupações com relação ao que ocorre principalmente no Estado de Rondônia, porque, diferentemente de Mato Grosso e do Pará, onde o Governo Federal tem um canal de diálogo aberto com o Governador Blairo Maggi e com a Governadora Ana Júlia, em Rondônia, as portas se fecham a partir do Governo do Estado, e isso torna a situação muito difícil. Mas acredito que muita coisa tem avançado no sentido da consciência ambiental no Estado. Como o senhor, eu já vejo hoje muitos madeireiros que estão buscando fazer o máximo para trabalhar na legalidade. Já ouvimos, inclusive, depoimentos de representantes dos setores produtivos, pecuaristas, por exemplo, que entendem que é possível hoje aumentar três vezes o número de cabeças de gado de Rondônia, hoje estimado em 12 milhões, sem ter que avançar um metro sequer na floresta. Então, eu acredito, Senador Valdir Raupp, como V. Exª colocou há pouco sobre o zoneamento, que o Estado de Rondônia tem todos os instrumentos para fazer a coisa correta, para promover o desenvolvimento de forma sustentável, com responsabilidade tanto social quanto ambiental. Falta-nos uma liderança. Falta o Governo estadual assumir o seu papel como coordenador do planejamento do Estado. O zoneamento é, sem dúvida nenhuma, o maior instrumento de planejamento que nós poderíamos ter para aquele Estado tão rico, que tem um povo trabalhador, ordeiro. É uma riqueza a mais esse povo que saiu de todos os cantos do País para construir, nos últimos 25 anos, o Estado de Rondônia da forma como é, um Estado potente, pujante. Portanto, acredito que, com uma pessoa que administre com responsabilidade, com capacidade de dialogar com os diferentes, principalmente, nós teríamos uma situação diferente. Estive conversando na semana passada com o Presidente Lula, já conversei também com a Ministra Marina Silva e tenho cobrado do Governo a implementação de um programa que já está nos “Anais do Governo”, em diversos documentos sobre a nossa região, que é o Programa Amazônia Sustentável. Ali há três pilares de ação do Governo para a Amazônia. Um deles é a repressão, é o combate e a fiscalização, que acredito deva existir, e já ouvi vários pronunciamentos de V. Exª nessa linha. Mas não pode ser só a repressão. Tem que haver um conjunto de políticas positivas que dê sustentação para o desenvolvimento econômico e social daquela região, mas infelizmente isso não está acontecendo a contento. Cada órgão do Governo Federal na região, para promover o desenvolvimento, pensa de uma forma e executa como bem entende, quando já temos desenhado, pelo Ministério

da Integração, da época do ex-Ministro Ciro Gomes, o Programa Amazônia Sustentável. Então, eu faço coro com V. Exª de que é preciso, sim, implementar uma política de desenvolvimento para o Estado de Rondônia e para os Estados amazônicos que sofrem hoje a ação da repressão de forma positiva também. Retira madeireira, fecha madeireira, mas vamos fazer o quê? E aí eu acredito que agregar valor aos produtos existentes nos Estados amazônicos hoje para que a nossa madeira não saia apenas em tora bruta, mas que seja beneficiada no Estado, é uma das alternativas para que possamos dizer que estamos promovendo o desenvolvimento sustentável com responsabilidade ambiental e social. É nisso que acredito. Parabeno V. Exª pela oportunidade que me dá de também o congratular pelo pronunciamento aqui, neste momento.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado a V. Exª pela contribuição com dados sobre o PAS – o Programa Amazônia Sustentável. A minha preocupação, Senadora Fátima, é que a Amazônia é muito grande. Ela é 62% do território nacional, e às vezes o Governo se perde na articulação, nas ações da Amazônia Legal. Por isso a minha proposta, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é de se criar o Ministério da Amazônia.

Eu entrei nesta Casa em 2005, há três anos, com a proposta de criar o Ministério da Amazônia, para cuidar especificamente, exclusivamente da Amazônia, tratando dessas ações, fazendo essas ações andarem, porque elas não estão andando hoje. É claro que está havendo muitos investimentos na Amazônia, mas poderia haver muito mais, mais articulado e mais coordenado.

Eu me preocupo, Sr. Presidente, com os Municípios de Pimenta Bueno; de Vilhena; de Machadinho; de Porto Velho, que é maior que o Estado de Sergipe territorialmente, tendo localidades como Extrema, Nova Califórnia e Vista Alegre, a 300 quilômetros da sede do Município, onde também está acontecendo essa repressão na área da madeira – fiscalizar é necessário, repito, mas com critério, com cautela; de Nova Mamoré; de Guajará-Mirim; de Cujubim; de Buritis; de Ariquemes; e com o Vale do Guaporé, onde estão várias cidades, como Alvorada, São Miguel, Seringueiras, São Francisco e Costa Marques; e com tantas outras cidades no Estado de Rondônia, que estão hoje sobressaltadas. A população dessas cidades está aterrorizada, com medo do que poderá vir a acontecer na operação Arco de Fogo.

É por isso que tenho procurado marcar um contato pessoal com a Ministra Marina Silva, mas ainda não foi possível até o momento. A informação que me passaram é a de que, nesta semana, dificilmente vai ser possível esse encontro, essa audiência, que deverá

ficar para a semana que vem. Porém, a cada semana que passa, é um problema a mais que poderá ocorrer naquela região.

Venho também reforçar a proposta que fiz na semana passada, conversando com produtores, presidentes de entidades ligadas à produção de Rondônia, como o Dr. João do Vale, da Associação Rural de Porto Velho; o Dr. Euzébio Guareschi, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia, e tantos outros presidentes e prefeitos de todo o Estado: a proposta do desmatamento zero.

Tem que ter coragem, Senadora Fátima Cleide. Para fazer essa proposta do desmatamento zero, tem que ter coragem. E eu tive, junto com outras pessoas, essa coragem de propor ao Governo Federal. Já falei com a Casa Civil; com o Ministro da Justiça, Tarso Genro; com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; com o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, para encamparem também essa proposta.

Talvez seja a grande oportunidade de o Governo Federal estabelecer um pacto amazônico. Como eu disse, a Amazônia é muito grande; precisamos de um pacto. A consciência está mais ou menos formada; precisamos agora desse pacto de zerar para os dois lados: zerar o futuro e zerar o passado.

O que é zerar o futuro e zerar o passado? Desmatamento zero daqui para frente. Mas vamos anistiar aqueles que chegaram há 40 anos, Senador Jayme Campos, ao norte do Brasil, à Amazônia, e fizeram lá as suas benfeitorias. Mesmo que tenham extrapolado um pouco, porque o Governo não fiscalizou. Não é culpa do Governo atual. Não estou aqui culpando o Governo do Presidente Lula, mas todos os governos que passaram foram culpados. Primeiro, por terem chamado o povo para a Amazônia; segundo, por não terem dado orientação, direcionamento sobre o que esse povo deveria fazer.

Agora, depois de 30, 40 anos, vêm dizer que não pode mais e que, em alguns municípios, terão de retirar toda a população. Isso não pode acontecer. Penso que seria um ganho muito grande para a Nação e para o mundo se fosse feito um pacto, um armistício dessa forma que estou falando.

Vamos zerar. Desmatamento zero na Amazônia. Nós concordamos.

Nós de Rondônia, um dos três Estados que estão na Arco de Fogo, concordamos. Estou fazendo aqui este desafio: desmatamento zero daqui para frente. Mas vamos anistiar o passado para que os produtores de Rondônia possam trabalhar, possam continuar sustentando as suas famílias, tendo um financiamento no banco e produzindo alimentos não só para as suas famílias, mas também para outras regiões do

País que são abastecidas com produtos de Rondônia e, em grande quantidade, do Mato Grosso, Estado de V. Ex^a, Senador Jayme Campos, que é hoje o maior produtor do Brasil. E por que não dizer que a Amazônia é hoje uma região importante para o mundo, não só para o Brasil?

Então, está aqui lançado esse desafio. Vamos discutir, vamos colocar em prática o PAS, Programa Amazônia Sustentável, como falou a Senadora Fátima Cleide. Estive, no meu Estado de Rondônia, no auditório da Ulbra, em Porto Velho, quando foi lançado o Programa Amazônia Sustentável. É um programa bonito, sem dúvida importante, mas que, na prática, não está funcionando. Precisamos colocar esse programa para funcionar nesse pacto em toda a Amazônia.

São essas as minhas palavras, Sr. Presidente, economizando cinco minutos do tempo para os próximos oradores que estão vindo por aí.

Um grande abraço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, já que o Senador Eduardo Suplicy falará ainda nesta sessão, mas depois de S. Ex^a e da Senadora Fátima Cleide.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero iniciar a minha fala dizendo que ouvi atentamente as palavras competentes e abalizadas do Líder do PMDB nesta Casa, meu amigo, Governador e Senador Valdir Raupp. S. Ex^a demonstrou, uma vez mais, que está aqui, no Senado Federal, para defender naturalmente os interesses do povo sofrido, mas trabalhador e honrado, de Rondônia. Também estou aqui para defender os interesses do povo mato-grossense, sobretudo daqueles brasileiros que ali chegaram há 30 ou há 40 anos.

Senador Valdir Raupp, V. Ex^a foi perfeito na sua fala quando chamou a atenção do Governo Federal em relação à Operação Arco de Fogo. Confesso, com muita honestidade, que essa operação dá a demonstração inequívoca da falta de compromisso do Governo Federal, Senadora Fátima Cleide, em relação àqueles brasileiros que ali chegaram, muitos nas décadas de 70 e de 80, e desbravaram aquela vasta região do nosso País. Muitos foram induzidos pelo Governo Federal, que prometia o mundo e o fundo. Essas mesmas pessoas que aqui chegaram, levando, com certeza, a esperança de dias melhores e a perspectiva de que seriam respeitados, acreditavam, sobretudo, na fertilidade e nas potencialidades daquela região amazônica.

O Governo dizia da fundamental importância de habitarmos aquela região, para que, amanhã ou depois, ela não fosse até mesmo internacionalizada.

Ali chegaram brasileiros – muitos perderam os entes queridos – e implantaram, em plena selva amazônica, uma civilização moderna. E hoje Rondônia é um grande Estado; Mato Grosso, indiscutivelmente, é um grande Estado; o Pará, com certeza, é um grande Estado.

E, lamentavelmente, Senador Valdir Raupp, o Presidente Fernando Henrique Cardoso editou uma medida provisória que dizia que aquela região teria de fazer derrubada e ocupação de apenas 20%. Por 12 ou 13 anos essa medida provisória está no limbo aqui no Congresso Nacional.

V. Ex^a tem conhecimento perfeito, até porque foi Governador, de que ali está averbado, nas escrituras públicas, que 50% poderia ser desmatado e 50% teria de ser preservado. Todavia, isso não está sendo respeitado em nada, muito pelo contrário. Não está sendo respeitado na medida em que o Governo Federal baixou o Decreto nº 6.321, sem ouvir nenhum segmento da sociedade naquela região amazônica.

O decreto é esdrúxulo, Valdir Raupp, pois manda recadastrar, por intermédio do Incra. Dezenove cidades mato-grossenses obrigatoriamente têm de recadastrar o seu CCIR. O Incra não tem estrutura, Valdir Raupp, para recadastrar – nunca, jamais –, num prazo de 30 dias, os proprietários daquela região do nosso Estado. E, certamente, da mesma forma, no Estado de Rondônia, alguns Municípios estão enquadrados, como também no Estado do Pará. São 33 cidades, inicialmente.

Ora, está faltando respeito conosco. Em relação a essa Operação Arco de Fogo, estou até mesmo preocupado que aconteça um confronto entre a sociedade e a Força Nacional, a Polícia Federal e os fiscais do Ibama.

Hoje, está sendo realizado um protesto em toda a região norte de Mato Grosso, fechando-se as portas do comércio. E por quê? Por causa do desrespeito que está havendo. Ninguém está aqui, hoje, Sr. Presidente, para defender bandido, para defender aqueles que estão fora da lei. Estamos aqui, como eu, Valdir Raupp e tantos que por aqui passaram, como o Mário Couto, Senador pelo Estado do Pará, para defender aqueles que certamente trabalham dentro da lei e que fazem uma política de desenvolvimento dentro daquilo que exige a Constituição. É isso o que realmente gostaríamos de ter.

Todavia, isso não está acontecendo. Hoje a Força Nacional e a Polícia Federal não estão tendo consideração alguma, Valdir Raupp. Na semana passada, invadi-

ram praticamente alguns estabelecimentos madeireiros de pessoas sérias, de pessoas que estão ali, há alguns anos, trabalhando e gerando emprego. E o que é mais grave, ilustres Senadores, é a falta de compromisso do relacionamento entre Governo e setor produtivo, que não está sinalizando nova perspectiva, sobretudo para os trabalhadores dessa indústria. Não há perspectiva alguma. Os últimos dados que tenho em mão indicam 45 mil pais de família desempregados.

Ora, as cidades que apareceram há poucos dias aqui, no mapa da violência, algumas de Mato Grosso, todas elas estão inseridas nesse cenário que foi apresentado nas 19 cidades. Por incrível que pareça, das 19 cidades, cinco estão no mapa da violência. Por quê? Por falta de oportunidade e de perspectiva. Estou triste, Senador Valdir Raupp. Nós não merecíamos o que estavam fazendo conosco.

Vi pessoas que chegaram e acreditaram na fertilidade do nosso solo, que acreditaram em uma perspectiva bem melhor e hoje essas pessoas estão sendo inviabilizadas. Para que V. Ex^a tenha conhecimento, nenhum cidadão que não estiver cadastrado, com seu CCIR na mão, poderá fazer alguma operação bancária ou tirar financiamento nos bancos, não poderá vender a sua propriedade. E – vou mais longe – o que é mais grave: o Governo está ameaçando que o que é produzido nessa propriedade não poderão vender e aqueles que, de forma clandestina, comprarem serão também enquadrados no Código Penal como se fossem bandidos ou como se fossem assaltantes ou ladrões.

Não, não podemos permitir isso, Sr. Presidente. Propus aqui o requerimento que levou o nº 193/2008, em que peço ao Senado Federal que faça uma comissão aqui – V. Ex^a tem a prerrogativa e a autoridade de indicar cinco membros titulares e cinco membros suplentes –, para que possamos fazer uma averiguação dos números que o INPI forneceu, que são falsos, Valdir Raupp; não têm nenhum fundamento, nenhum embasamento legal.

É fundamental criarmos essa comissão. Senador Valdir Raupp, defensor do povo sofrido do seu Estado de Rondônia, temos que nos engajar nesse grande movimento, não para defender bandido, não para devastar de forma desordenada, mas, sim, para defender aqueles que trabalham e constroem a grandeza do Brasil.

Apelo a V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves, que coloque meu requerimento amanhã na pauta da Ordem do Dia, para que seja votado a fim de que possamos criar essa comissão e, realmente, apurarmos a realidade dos fatos.

Vou mais longe, Senador Valdir Raupp. O Brasil possui 300 milhões de hectares de reservas públi-

cas – 300 milhões de reservas públicas! Pergunto a V. Ex^a: de que vale essa riqueza senão para atender o povo brasileiro? Dá a impressão de que o Governo brasileiro é contra o próprio brasileiro. Não podemos concordar com isso! Não podemos admitir isso! É de fundamental importância que desta Casa saia essa comissão, seja quem for o presidente, sejam quais forem os Senadores indicados, mas que possamos apurar a realidade dos fatos. Não agüentamos mais as nossas rodovias precárias; falta crédito agrícola com juros realmente factíveis com a nossa produção. E, agora, sem estrada, sem crédito agrícola e outras demandas sociais na educação, na saúde, ainda vem essa política perversa.

Com todo respeito que tenho pela Ministra Marina Silva, ela não podia ter agido dessa forma, Senador Valdir Raupp, sem ouvir os segmentos sociais.

Para que V. Ex^a veja o absurdo, o Governo de Mato Grosso tem um convênio com o Ibama, por intermédio da Sema, para fazer política ambiental. Desde a emissão dos projetos para aquela região em relação aos manejos, tudo, tudo foi desrespeitado.

Pergunto a V. Ex^a: onde vivemos? Vivemos num Estado federativo, num Estado democrático de direito, todavia, isso não tem sido respeitado.

Por isso, faço um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores no sentido de que prevaleça a autoridade desta Casa, para chamarmos a verdade e fazermos com que o nosso povo não seja punido. Chega de absurdos, chega de tratamento diferenciado, até porque, Senador Garibaldi Alves, isso tem acontecido só com a nossa região. Não se vê...

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Um minutinho, Senador?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Pois não, com muita honra Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – V. Ex^a tocou em um assunto muito importante. Discuti neste final de semana com alguns presidentes de entidades do setor produtivo e o questionamento era este: como é esse convênio Secretaria de Meio Ambiente Estadual e Ibama? O direito de um começa quando o do outro termina. Só que aí ninguém sabe onde começa o de um e termina o de outro, porque virou uma confusão geral. Ninguém sabe o que é da competência da Sedam, Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Rondônia, da competência da Sema do Mato Grosso, e o que é da competência do Ibama, que chega agora e desfaz tudo que as secretarias de meio ambiente fizeram. Onde está o pacto federativo? Que confusão generalizada é essa na Amazônia neste momento? Então, V. Ex^a está de parabéns por ter abordado esse tema de que não tinha lembrado no meu pronunciamento.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado pelo aparte, Senador Valdir Raupp.

Sr. Presidente, para concluir a minha fala, até porque o tempo está exaurindo-se, restando-me apenas 9 minutos. Por um lado, fico triste, por outro, fico feliz, pois, mesmo com essa perversidade, o Mato Grosso continua sendo o maior produtor de soja, o maior produtor de algodão, e o Estado que detém o maior rebanho bovino. Mas está havendo realmente uma retaliação, que vou exemplificar aqui com alguns números. O Mato Grosso tem 104 mil propriedades rurais, Senador Garibaldi Alves, nosso Presidente. Dessas 104 mil propriedades rurais, temos 3.400 mil propriedades rurais no SISBOV; das 3.400 mil propriedades do SISBOV, 1.700 estão preparadas em áreas habilitadas para exportação para o Mercado Comum Europeu.

Entretanto, agora, o Mercado Comum Europeu, Senador Eduardo Suplicy, está inviabilizando a nossa exportação por interesses econômicos, fato que ninguém pode desconhecer. Das 1.700 propriedades habilitadas para exportação, apenas em quatro, Senador Garibaldi Alves, nosso Presidente, estão autorizadas a fazê-la.

Ora, como vamos preparar apenas quatro propriedades para exportarmos a nossa carne? Então, por isso, inviabilizou-se mais um mercado consumidor da carne brasileira.

O Governo brasileiro está sendo conivente, está fragilizado, mas nós não podemos aceitar essa imposição da Comunidade Européia. O Governo brasileiro tem que ser contundente na defesa dos interesses das nossas atividades econômicas, sobretudo este ano, em que teríamos capacidade de exportar mais de US\$5 bilhões.

Fico pensando por que toda essa retaliação, por que toda essa política que vem nos prejudicando, pois, se estamos lá, foi graças ao incentivo do Governo Federal. E esse mesmo Governo Federal está contra os brasileiros que habitam a nossa região amazônica.

Nós precisamos salvaguardar o nosso bioma, porém, sem condenar essas regiões ao isolamento político, à degradação moral, à asfixia econômica. Preservar o nosso meio ambiente é uma obrigação ética tão vital quanto buscar as alternativas para um território e produzir um Brasil melhor.

De forma, Sr. Presidente, que espero que V. Ex^a – generoso, bondoso, carinhoso, respeitoso – possa colocar na pauta da Ordem do Dia de amanhã esse meu requerimento, que é o nº 193/2008, no qual solicito a criação de comissão de Senadores para visitar esses três Estados da Federação, a fim de se apurar o que está acontecendo de fato em relação ao Decreto nº 6.321.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Jayme Campos, V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide e, em seguida, ao Senador Eduardo Suplicy, último orador inscrito.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, inicialmente quero agradecer a generosidade do Senador Eduardo Suplicy, pois algumas pessoas estão me aguardando no gabinete há tempo. Então, agradeço mais uma vez a essa querida pessoa que é o Senador Eduardo Suplicy.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna na tarde desta segunda-feira, dia 17 de março, para falar sobre a execução do Programa Luz Para Todos no Estado de Rondônia.

Antes de expor sobre o que se processa na execução do Programa Luz para Todos em Rondônia, é necessário diferenciar o programa de eletrificação iniciado no Governo Fernando Henrique Cardoso, chamado Luz no Campo, do programa de universalização do Governo Lula denominado Luz para Todos.

Antes de 2003, para que os domicílios rurais de todo o País tivessem os serviços essenciais de energia elétrica, era necessário que seus proprietários ou posseiros financiassem todo o custo da implementação do benefício. Além do mais, havia limite de distância de ramais de consumidores, isto é, ultrapassados 200 metros, o custo também seria da família beneficiada, dificultando, assim, a aquisição do serviço de energia elétrica pelos menos favorecidos.

O Governo do Presidente Lula, compreendendo o que representa para as pessoas que moram no campo a universalização dos serviços de energia elétrica, mudou totalmente o programa.

Inicialmente, antecipou para 2008 a universalização, prevista para 2015, para o ano de 2008 – portanto, no final deste ano. Isso será possível em alguns Estados, em outros, não, mas seguramente o Governo trabalha para que, muito antes do que havia sido traçado naquela época, mais de 10 milhões de pessoas que vivem na escuridão na zona rural sejam atendidas.

Todo o investimento, antes financiado mediante pagamento feito pelo morador rural, passou a ser custeado pelo Governo Federal por meio da Eletrobrás e das concessionárias estaduais, em alguns casos com a participação dos Estados federados.

Como se isso não bastasse, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Programa Luz para Todos não apresenta limitação de distância de ramais de consumidores e faz, gratuitamente, as instalações internas de imóveis rurais com três lâmpadas, três interruptores e três tomadas.

É por tudo isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Programa Luz para Todos é considerado o maior programa de universalização dos serviços de energia elétrica em execução no mundo. Foi somente com a sensibilidade do Governo Lula que a população rural brasileira, sem condições de arcar com o custo benefício da energia, passou a contar com um bem essencial para a sua atividade cotidiana, para a produção da propriedade.

É necessário dizer ainda que o Programa Luz para Todos não traz benefícios apenas para a população rural do País. Ganham o comércio e a indústria: nunca se venderam tantas antenas parabólicas, televisores e geladeiras para a área rural como nos dias atuais.

No Estado de Rondônia, o Programa Luz para Todos tinha uma previsão inicial de atender 48.265 consumidores até o final de 2008. Entretanto, na prática, até o final de sua execução, terão energia, diretamente em suas casas, muito mais consumidores do que se previu. Serão mais de 250 mil habitantes beneficiados e mais de R\$350 milhões em investimentos. Portanto, Sr. Presidente, não é pouca coisa.

Desde 2005, quando começou a ser executado em Rondônia, o Programa já efetuou 14.281 ligações, sendo 11.081 na primeira fase de execução das obras, concluída em fevereiro deste ano, e 3.200 novas ligações concretizadas na segunda fase de execução, que se concluirá agora no final de março de 2008. Temos ainda mais de 3.600 ligações em execução.

Nessas ligações, foram investidos mais de R\$77 milhões, dos quais 65% foram bancados pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), 10% pela Reserva Global de Reversão (RGR), 15% pelas Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) – concessionária de energia elétrica controlada pela Eletrobrás – e 10% pelo Governo do Estado, que infelizmente não tem cumprido os acordos feitos com o Ministério de Minas e Energia e a Eletrobrás.

Como na maior parte do Brasil, o Programa Luz para Todos, aliado à melhoria dos investimentos na agricultura familiar, inverteu o êxodo rural em Rondônia. Famílias que moravam nos centros urbanos e possuíam imóveis rurais trocaram a cidade pelo campo. Isso contribuiu para que, conforme dito acima, muito mais ligações do que a meta de 48 mil, prevista inicialmente, fossem feitas. Fato que não permitirá em Rondônia a execução de todo o programa até o final de 2008.

A inexistência, Sr. Presidente, até há pouco tempo, de uma política de universalização dos serviços de energia elétrica excluiu milhões de brasileiras e brasileiros da possibilidade de promover seu crescimento pessoal e familiar, da possibilidade de contar com mais conforto e apoio em seu trabalho, relegando-os à completa escuridão, sem perspectivas.

No meu Estado de Rondônia, não foi diferente. Há 1,5 milhão de habitantes, espalhados num território em que cabem cinco Estados como o Rio de Janeiro ou cinco Estados como Sergipe; portanto, muita gente, uma longe da outra, o que dificulta levar um programa dessa natureza com rapidez.

No meu Estado, Sr. Presidente, como disse, não é diferente. Em Municípios como Machadinho do Oeste e Buritis há uma enorme demanda por esse benefício. Em Machadinho do Oeste, por exemplo, numa primeira fase, foram atendidas 455 famílias, mas é necessário dizer, Sr. Presidente, que esse Município tem 17 reservas extrativistas, portanto é uma lógica muito diferente das grandes cidades, dos grandes centros urbanos, onde se tem uma aglomeração muito maior de pessoas. Outras 543 serão atendidas em segunda fase. No caso de Buritis, 483 famílias já foram atendidas, com previsão de outras 431 serem beneficiadas na segunda fase.

Além do que já foi feito e está programado, há uma demanda de mais de 2.500 domicílios rurais em cada um desses Municípios para serem atendidos. A Ceron está aditivando os contratos da segunda fase para possibilitar diminuir ao máximo essa demanda reprimida.

É forçoso reconhecer, Sr. Presidente, que a execução de um programa dessa magnitude gera alguns problemas. Na primeira fase de execução do Programa Luz para Todos em Rondônia, o processo licitatório foi ganho pela Alusa Engenharia Ltda., sediada no Estado de São Paulo, que infelizmente não executou todas as obras contratadas, deixando de fazer a ligação de energia para mais de 5 mil consumidores. A Ceron está aplicando todas as penalidades contratuais previstas.

Para assegurar que o programa não pare no Estado de Rondônia, a Ceron já aprovou a contratação de empresa para a elaboração dos projetos executivos de todos os mais de 22 mil consumidores previstos para a terceira e última fase de execução do programa no Estado, e, no final do mês de novembro de 2007, pediu financiamento à Eletrobrás, possibilitando a conclusão de novo processo licitatório até o final deste primeiro trimestre de 2008.

A transformação, Sr. Presidente, que esse programa promove na vida de comunidades na Amazônia é imensa. Todos sabem do grande isolamento a que é submetida a sua população. Com a universalização dos serviços de energia elétrica, várias comunidades isoladas serão atendidas em projetos específicos com

fontes alternativas de geração, já que tecnicamente não é viável a interligação à rede de distribuição de energia elétrica da Ceron. Nesse caso, estão, por exemplo, comunidades localizadas no Baixo Madeira e as aldeias indígenas Bom Jesus e São Luiz, no Município de Alta Floresta.

Cito ainda a experiência promovida pela Universidade Federal de Rondônia, em convênio com a Eletrobrás e a Fundação Banco do Brasil, que está viabilizando a geração de energia com o uso da semente do babaçu na reserva extrativista Rio Ouro Preto, no Município de Guajará-Mirim.

Por fim, manifesto satisfação por constatar a existência de mais de 13 mil novos consumidores rurais em meu Estado, pessoas que saíram da escuridão e passaram a investir e conquistar melhor futuro para si e para sua família. Pouco mais de 14 mil serão atendidos em breve, nessa segunda etapa de execução do programa Luz Para Todos.

Sr. Presidente, parablenho todos os funcionários e a direção das Centrais Elétricas de Rondônia pelo trabalho que está sendo desenvolvido, sem dúvida da melhor qualidade e com a dedicação necessária a uma tarefa de tão nobre envergadura, atuação que tem recebido, em todas as regiões de Rondônia, as melhores manifestações e confiança na execução plena do programa Luz Para Todos em meu Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Fátima Cleide, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após o uso da palavra pela Senadora Fátima Cleide, que representa o Partido dos Trabalhadores de Rondônia, convidamos, como último orador inscrito desta segunda-feira 17 de março, o Senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo.

V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, pode usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Muito obrigado, Sr. Presidente Mão Santa.

Eu quero, hoje, dizer algumas palavras e requerer, nos termos dos arts. 218, inciso VII, e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, neste domin-

go, 16 de março, no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, do empresário Valentim dos Santos Diniz, aos 94 anos, vítima de falência múltipla dos órgãos, bem como a apresentação de condolências à sua esposa, Floripes, com quem estava casado há 72 anos, e aos filhos Abílio, Alcides, Arnaldo, Vera, Lúcia e Lucília, além de netos e bisnetos.

Valentim dos Santos Diniz, empresário português, nasceu na pequena aldeia de Beira Alta, em Portugal, em 18 de agosto de 1913.

No ano de 1929, desembarcou no Porto de Santos, no Brasil. A primeira visão que teve do País, da janela do navio em que viajava, e que lhe causou grande impressão, foi do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro. Na verdade, um amigo lhe disse: “Olha o Pão de Açúcar!” Ele ficou tão impressionado com a beleza do Pão de Açúcar e do Rio de Janeiro, obviamente, com aquela maravilhosa manifestação da natureza, que aquela imagem do Brasil ficou na sua consciência. Isso fez com que, mais tarde, a sua primeira loja e, depois, o Grupo Pão de Açúcar, a maior cadeia de lojas de grupo brasileiro, no Brasil, viesse a ter esse nome.

Tanto que, em 1948, após ganhar na loteria, fundou juntamente com a sua mulher, Floripes, sua primeira doceria chamada Pão de Açúcar.

Com o passar do tempo, a pequena doceria situada na Av. Brigadeiro Luís Antonio, que conheci – ainda lá está em São Paulo –, deu lugar ao segundo maior grupo varejista do Brasil, que ainda no ano passado estava em primeiro lugar, a Companhia Brasileira de Distribuição, hoje presidida pelo seu filho primogênito, Abílio Diniz.

A religiosidade sempre foi um fato marcante na vida de “Seu Santos”, como era chamado pelos funcionários. Em todas as mais de 550 lojas em cada um dos andares da sede do Grupo Pão de Açúcar, sempre há duas pequenas imagens: uma de Nossa Senhora de Fátima, de quem seu Valentim era devoto, e outra de Santa Rita, a quem seu filho mais velho, Abílio, presta devoção.

A história do Grupo Pão de Açúcar é um espelho da trajetória do varejo e dos anseios de modernização da sociedade brasileira. “Seu Santos” soube acompanhar as mudanças da economias e os hábitos de consumo dos brasileiros ao longo de sua trajetória. Um dos traços fortes da família Diniz é a inovação. Tanto que, em muitos momentos, o grupo foi pioneiro na implementação de novas tecnologias, como o lançamento de uma das primeiras “ponto com” do País, dos super-

mercados ou lojas de auto-serviço e, posteriormente, dos hipermercados.

Valentim dos Santos Diniz presidiu a empresa até 1995, posição então ocupada pelo filho Abílio Diniz e, desde 2003, ocupava o cargo de Presidente honorário do Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar. Segundo informou a assessoria de imprensa da empresa, até o ano passado, o empresário visitava as lojas, conversava com clientes e funcionários e também era visto na sede do grupo em São Paulo.

Por ocasião dos 90 anos de Valentim dos Santos Diniz, Luiz Carlos Bresser Pereira, Professor na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, meu amigo pessoal e também de Abílio dos Santos Diniz, escreveu um artigo no *Valor Econômico*, em 19 de setembro de 2003, que é muito relevante.

Aqui presto uma homenagem tanto ao Sr. Valentim quanto ao Professor Bresser Pereira lendo-o, para que seja registrado na íntegra:

Diz Bresser Pereira:

“Escrever sobre os amigos é sempre difícil, mas quando um deles completa 90 anos de uma vida cheia de realizações, é o momento de fazê-lo. Conheço Valentim dos Santos Diniz, desde o início dos anos de 1960, quando ele e seu filho Abílio Diniz começavam a grande aventura empresarial que seria o Pão de Açúcar. Ele me chamava para participar dessa tarefa, depositando em mim uma confiança que me surpreendeu. Nestes 40 anos, o empresário e o amigo continuou a me surpreender pela amizade e o espírito forte e determinado, embora cada vez o conhecesse melhor.

É impossível falar em Valentim dos Santos Diniz sem pensar no menino que com 16 anos imigra para o Brasil nos anos de 1930. Sem lembrar como fez entregas para as mercearias do Jardim Paulista, e foi sempre o melhor; como fez a sua primeira padaria, e foi sempre o melhor; como fundou a sua Doceira Pão de Açúcar, em 1948 e foi novamente o melhor; como criou o seu primeiro supermercado, em 1959, e novamente atendeu melhor do que ninguém seus clientes; e, afinal, como usou de uma enorme energia para, do nada, construir, com seu filho Abílio, a maior empresa de supermercados do Brasil, e a primeira rede de supermercados em Portugal.

Mas tudo isso é bem sabido. Talvez menos conhecida seja a forma pela qual isso

ocorreu. Como pai e filho colaboraram intimamente. Como o pai sempre apoiava Abílio em suas decisões mais ousadas. Como participava das negociações. Como tomava a iniciativa em certos casos, como foi o da decisão, em 1970, de expandir em Portugal. Como formava uma dupla perfeita com o filho na construção de uma empresa forte e coesa.

E como fazia tudo isso a partir de uma atitude em que a humildade e o orgulho combinavam com perfeição. Humildade em aprender, em relacionar-se com os clientes, com os amigos. Uma humildade sempre firme e plena de elegância interna. Orgulho de saber que estava realizando uma grande obra. Que, junto com sua mulher, Floripes, construía uma grande família.

A empresa existia para o desenvolvimento do país, para benefício de seus clientes, funcionários e administradores, mas existia também e principalmente para a família. E foi daí que adveio a crise. Crise familiar, crise da empresa, dolorosa, inevitável. Valentim sofreu com a crise, surpreendeu-se, viu-se em alguns momentos assoberbado por ela, mas jamais perdeu a serenidade e o senso de equilíbrio. Afinal a crise foi se resolvendo, os laços familiares que ele construía se revelaram mais fortes, a família se reuniu, a empresa se renovou, abriu-se, profissionalizou-se.

Em boa parte desse processo, desde 1963, quando o Pão de Açúcar abria sua segunda loja, eu estive presente. Às vezes como testemunha, às vezes como participante, mas sempre como um admirador e amigo.”

Disso sou testemunha, porque, à época, convivendo com Bresser Pereira, muitas vezes, eu o visitei na sede da empresa, bem como em sua casa, onde conheci, e bem, Abílio Diniz.

“Deste português que se apaixonou pelo Brasil, deste brasileiro que nunca deixou de ser um líder da colônia portuguesa entre nós. De um homem sempre preocupado com a economia e política, embora centrado em sua vida familiar e empresarial. De um homem caloroso mas reservado, cheios de amigos, mas solitário.

Com seus 90 anos, Valentim continua forte e ativo. Não exerce mais autoridade exe-

cutiva sobre a empresa, mas está presente a tudo, visita permanentemente as lojas, conhece os administradores e muitos dos funcionários. Sabe que construiu uma grande empresa, sabe que conta com muitos amigos, e sente-se sem vaidade mas com orgulho satisfeito por tudo que fez.”

Valentim dos Santos Diniz, que construiu um grupo empresarial que hoje reúne 575 lojas das marcas Pão de Açúcar, Extra, Compre Bem, Sendas e Açai, emprega 63.700 pessoas, foi, sem dúvida, um dos maiores empresários da história do Brasil.

De maneira semelhante ao que aconteceu com o meu bisavô, Francesco Matarazzo, ele conclui a sua vida com um alto grau de estima e respeito de todos os que trabalham nas empresas do grupo.

Certo dia escrevi, Senador Mão Santa, que, se tivesse a oportunidade de dialogar com o meu bisavô, Francesco Matarazzo – ele faleceu em 1937, eu nasci em 1941, então não tivemos a oportunidade de nos encontrar –, se tivesse havido esse encontro, eu teria sugerido a ele que criasse um sistema de remuneração de todos os seus empregados que significasse uma composição dos salários mais a participação nos resultados das empresas. É como se todos os trabalhadores tivessem um quota de participação como acionistas do trabalho e que pudessem ter acesso, também, em termos de voz e de diálogo sobre os destinos da empresa, e, sobretudo, uma participação consciente nos resultados das empresas.

Tal como na família do Dr. Valentim dos Santos Diniz, em que houve momentos de dificuldade entre os sucessores, entre os filhos e filhas, no caso da família de meu bisavô e, depois, de seus sucessores, houve também essas divergências. Avalio que, para uma empresa tão bem-sucedida como era a Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, quando do falecimento do meu bisavô, teria sido adequado e propício que pudesse haver algo como a partilha entre os filhos e filhas, mas também uma partilha entre todos aqueles que compunham o quadro de trabalhadores e colaboradores da empresa. É a sugestão que formulo para o principal sucessor de Valentim dos Santos Diniz, Abílio Diniz.

Quero ainda lembrar que, em 1989, quando justamente estávamos no segundo turno das eleições e na disputa entre Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreu algo que preocupou toda a Nação. Eu era, então, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, quando meu irmão Paulo me tele-

fonou, informando: “Olha, Eduardo, aqui na Bolsa de Valores está-se dizendo que Abílio dos Santos Diniz teria sido hoje seqüestrado, mas ainda não se sabe se a informação é verdadeira”. Então, telefonei para Luiz Carlos Bresser Pereira, meu amigo e colega professor na Fundação Getúlio Vargas, que era assessor do Grupo Pão de Açúcar, e perguntei-lhe se era verdadeira a informação. Infelizmente, era. Eu então disse que, como Presidente da Câmara Municipal, estava inteiramente solidário à família e a que houvesse logo a sua libertação.

Quero aqui lembrar que D. Paulo Evaristo Arns teve um papel fundamental quando se dispôs, junto à família e às autoridades responsáveis pela segurança, a ir ao local onde se verificou que Abílio Diniz estava com os seus seqüestradores. Dom Paulo Evaristo Arns teve a coragem de ir ao local e entrar onde os seqüestradores dominavam Abílio dos Santos Diniz, e todos acabaram saindo. Inclusive, no ônibus em que seguiram os seqüestradores, Dom Paulo Evaristo Arns com eles seguiu. Eles foram detidos e depois responderam pelo ato que haviam cometido.

Trata-se de uma pessoa que chegou ao Brasil, Senador Pedro Simon, vindo de Portugal com uma determinação, porque ele havia dito ao seu pai: “Eu quero ir ao Brasil e vou fazer ali algo.” Imaginem que ele não sabia que acabaria construindo a maior rede de supermercados e hipermercados do Brasil. O Pão de Açúcar ora está em primeiro lugar, ora em segundo – mas com mais de 570 lojas e mais de 63 mil empregados. Certamente, isso representa algo na história do Brasil, significa um dos empresários que melhor conseguiu criar oportunidades de trabalho para milhares de pessoas.

Nesse sentido, ele guarda relação com uma pessoa que aqui eu estava lembrando também: meu próprio bisavô, o Conde Francesco Matarazzo. Quando faleceu, mais de trinta mil empregados estavam nas suas empresas, que eram o maior conglomerado empresarial. Lá de sua residência, na Avenida Paulista junto com a rua Pamplona, seguiram a pé cerca de cem mil pessoas, segundo informações da imprensa e as fotografias – e eu mesmo vi o filme do trajeto –, incluindo os trabalhadores, os funcionários e os seus familiares. Todos que admiravam Francesco Matarazzo o acompanharam até o cemitério da Consolação.

Por isso eu disse e sugeri que, se tivesse tido oportunidade de dialogar com ele, eu teria dito: quem sabe se poderia criar uma sistemática pela qual não apenas os filhos e filhas, mas todos os que trabalha-

vam no conjunto das empresas, pudessem compartilhar, tendo cotas de participação.

A Constituição brasileira, hoje, estimula e prevê a participação dos trabalhadores nos resultados das empresas. Há muitas que praticam isso. Não sei exatamente como é no Grupo Pão de Açúcar. Ainda hoje, jornalistas de *O Globo* e da Rede Globo me informaram que a Rede Globo, já há alguns anos, tem esse sistema de participação nos resultados. E eu formulo a sugestão de que haja um sistema pelo qual possam os trabalhadores ser remunerados por salário e por cota de participação nos resultados e que essa cota de participação signifique, inclusive, o direito à informação e à voz nos destinos da empresa, junto com seus principais acionistas.

Portanto, o meu respeito e a minha homenagem ao empresário Valentim dos Santos Diniz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 258, DE 2008

Requeiro nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento neste domingo, 16 de março, no hospital Albert Einstein, em São Paulo, do empresário Valentim dos Santos Diniz, aos 94 anos, vítima de falência múltipla dos órgãos, bem como apresentação de condolências à sua esposa, Floripes, com quem estava casado há 72 anos, e aos filhos Abílio, Alcides, Arnaldo, Vera, Lucia e Lucília, além de netos e bisnetos.

Justificação

Valentim dos Santos Diniz, empresário português nasceu na pequena aldeia de Beira Alta, em Portugal, em 18 de agosto de 1913. No ano de 1929, desembarcou no porto de Santos no Brasil. A primeira visão que teve do País, da janela do navio em que viajava, e que lhe causou grande impressão, foi do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro. Tanto é que em 1948, após ganhar na loteria, fundou, juntamente com sua mulher Floripes, sua primeira doceria chamada Pão de Açúcar. Com o passar do tempo a pequena doceria, situada na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, em São Paulo, deu lugar ao segundo maior grupo varejista do Brasil, a Companhia Brasileira de Distribuição, hoje presidida pelo seu filho primogênito, Abílio Diniz.

A religiosidade sempre foi um fato marcante na vida de seu “Santos”, como era chamado pelos funcionários. Em todas as mais de 550 lojas e em cada um dos andares da sede do grupo Pão de Açúcar, sempre há duas pequenas imagens: uma de Nossa Senhora de Fátima, de quem seu Valentim era devoto, e outra de Santa Rita, a quem seu filho mais velho, Abílio, presta devoção.

A história do Grupo Pão de Açúcar é um espelho da trajetória do varejo e dos anseios de modernização da sociedade brasileira. Seu “Santos” soube acompanhar as mudanças da economia e os hábitos de consumo dos brasileiros ao longo de sua trajetória. Um dos traços fortes da família Diniz é a inovação, tanto que em muitos momentos o grupo foi pioneiro na implementação de novas tecnologias, como o lançamento de uma das primeiras “pontocom” do País; dos supermercados, ou lojas de auto-serviço e, posteriormente dos hipermercados.

Valentim Diniz presidiu a empresa até 1995, posição então ocupada pelo filho, Abílio Diniz e desde 2003 ocupava o cargo de presidente honorário do Conselho de Administração do Grupo Pão de Açúcar. Segundo informou a assessoria de imprensa da empresa, até o ano passado o empresário visitava as lojas, conversava com clientes e funcionários e também era visto na sede do grupo, em São Paulo.

Em setembro de 2003, Luiz Carlos Bresser Pereira, em artigo publicado no jornal “O Valor”, por ocasião dos 90 anos de seu “Santos” escreveu dizendo que: “É impossível falar em Valentim dos Santos Diniz sem pensar no menino que com 16 anos imigra para o Brasil nos anos 1930. Sem lembrar como fez entregas para as mercearias do Jardim Paulista, e foi sempre o melhor; como fez sua primeira padaria, e foi sempre o melhor; como fundou sua Doceira Pão de Açúcar em 1948, e foi novamente o melhor; como, criou seu primeiro supermercado, em 1959, e novamente atendeu melhor do que ninguém seus clientes; e, afinal, como usou de uma enorme energia para do nada construir com seu filho Abílio, a maior empresa de supermercados do Brasil, e a primeira rede de supermercados em Portugal”.

Bresser Pereira disse mais: “...fazia tudo isso a partir de uma atitude em que a humildade e o orgulho combinavam com perfeição. Humildade em aprender, em relacionar-se com os clientes, com os amigos. ...Orgulho de saber que estava realizando uma grande obra. Que, junto com sua mulher Floripes, construía uma grande família”.

Valentim dos Santos Diniz, que construiu um grupo empresarial que hoje reúne 575 lojas, das marcas Pão de Açúcar, Extra, Compre Bem, Sendas e Açai, emprega 63,7 mil pessoas, foi sem dúvida um dos maiores empresários da história do Brasil. De maneira semelhante ao que aconteceu com meu bisavô, Francesco Matarazzo, ele conclui a sua vida com um alto grau de estima e respeito de todos os que trabalham nas empresas do grupo.

Certo dia escrevi que se tivesse a oportunidade de dialogar com meu bisavô eu teria sugerido a ele que criasse um sistema de remuneração de todos os seus empregados com uma composição de salários mais participação nos resultados das empresas. É a sugestão que eu formulo para o principal sucessor de Valentim dos Santos Diniz, Abílio Diniz.

Sala das Sessões, 17 de março de 2008. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Foi brilhante o requerimento, feito pelo também brilhante Senador Eduardo Suplicy, de inserção de voto de pesar pelo falecimento do extraordinário empresário português-brasileiro Valentim dos Santos Diniz, aos 94 anos, que, além do exemplo empresarial que o iguala ao do maior empresário do Brasil, o Mauá, deu outro exemplo maior, o de amor, vivendo 72 anos casado com sua esposa Floripes. Setenta e dois anos! É como a filosofia diz: “Só o amor constrói para a eternidade”. Então, o amor de Valentim e Floripes fez nascer o Abílio, o Alcides, o Arnaldo, a Vera Lúcia, a Lucília e a Sônia Maria, além dos netos e bisnetos, que deram esse exemplo de família, de trabalho e de grandeza, como o bisavô de V. Ex^a, Francesco Matarazzo, que V. Ex^a orgulhosamente recorda aqui, ícone, sem dúvida alguma, do maior grupo empresarial de sua época. E eu também muito orgulhoso aqui estou, relembando o meu avô Josias Benedito de Moraes, que com uma indústria lá em Parnaíba levou para a Ilha do Governador o produto do Piauí: a gordura de coco familiar Moraes. Deu o nome de Do Norte, que venceu a gordura de coco Carioca. E o sabão também com o nome familiar Moraes passou a se chamar Da Copa.

Nós somos felizes por esses exemplos de grandeza, sobretudo não de busca do dinheiro, da riqueza, mas da possibilidade de, com exemplo, criar trabalho obediente àquilo que Deus disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”.

E eu me sinto incompleto porque vejo nas livrarias o livro de Abílio Diniz que eu ainda não havia lido. Mas depois da dissertação de V. Ex^a sobre o pai dele,

Valentim, e da mãe, Floripes, sem dúvida nenhuma, será o próximo livro que vou ler este de Abílio Diniz, porque, segundo aquela assertiva, árvore boa dá bons frutos.

V. Ex.^a descreveu a grande importância para a sociedade brasileira o amor de Valentim e Floripes, que viveram casados 72 anos.

Então, a Presidência encaminha o voto de pesar solicitado.

Apenas para encerrar, quero dizer que foi gratificante estar no Piauí quando dois acontecimentos extraordinários enriqueceram aquele Estado. O primeiro, “O Futuro é Agora”, a festa da empresa dirigida por Cléia Maria de Brito Magalhães, diretora do Pólo Institucional da Eadcon, uma universidade à distância, que coloca o Piauí como ícone da educação. Recentemente, conquistamos, por meio do Educandário Dom Barreto, prêmio maior da educação particular no Brasil. A Eadcon dá também esse salto de grandeza.

Portanto, sem dúvida nenhuma, muitos foram os homenageados, entre eles o Senador Cristovam Buarque, que recebeu também uma placa pelo prestígio que tem e pelas suas realizações.

O segundo acontecimento foi a inauguração do Pólo Presencial Ministro Borges da Silveira, na cidade de Teresina, no Piauí.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, permita-me, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de informar que, nos dias 7, 8 e 9, estive em Boston, no VII Congresso da Rede Norte-Americana da Renda Básica e, na ocasião, apresentei aos presentes, representantes das Américas e de alguns outros países, inclusive da Europa e de outros continentes, como a África, o relato de minha viagem ao Iraque, em janeiro último, quando propus que ali se seguisse o exemplo do Alasca, de uma renda básica ou de um dividendo para todos os habitantes do Iraque.

Pois bem, também ali houve a reunião da executiva da *Basic Income Earth Network* ou da Rede Mundial da Renda Básica. Ali decidimos convidar o Ministro Patrus Ananias para que, no XII Congresso Mundial da Renda Básica, possa o Ministro do Desenvolvimento Social do Governo do Presidente Lula, Patrus Ananias, assim como o Ministro correspondente da África do Sul, juntamente com o Ministro de Relações Exteriores da Irlanda, apresentarem em Dublin, no dia 21 de junho,

o resultado dos programas sociais, como o Bolsa-Família no Brasil, e as perspectivas de sua evolução para o futuro, eventualmente até de chegarmos ao renda básica de cidadania.

Eu apresentei, nesta tarde, o convite oficial ao Ministro Patrus Ananias, que me informou que considerará seriamente a possibilidade de ali, sim, na Irlanda, em Dublin, apresentar o relato da evolução do programa Bolsa-Família, que ainda na semana passada, completou quatro anos de uma história muito positiva, pois agora já mais de onze milhões de famílias estão inseridas nesse programa, correspondendo a praticamente um quarto dos 189 milhões de brasileiros. Os resultados são muito positivos, inclusive do ponto de vista da diminuição da pobreza absoluta e da desigualdade em nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Papaléo Paes e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, neste momento, para fazer o registro da entrevista “Escassez de Ética”, publicada na revista *Veja*, em sua edição de número 2052, Ano 41 – nº 11, de 17 de março do corrente.

A entrevista apresenta a opinião do Embaixador Marcílio Marques Moreira, ex-Presidente da Comissão de Ética que analisa as questões éticas envolvendo os Poderes Executivo e Legislativo bem como as atitudes da população em geral. Entre as importantes declarações do embaixador estão a que “a sensibilidade ética é escassa no Palácio do Planalto” e a que afirma que “quem anda dentro da lei é considerado imbecil. Permeia a sociedade a leniência com desvios, com transgressões, começando coma as pequenas, como jogar papel na rua, furar o sinal de trânsito, dar uma *cervejinha* ao guarda que quer multar”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Escassez de ética

O ex-presidente da Comissão de Ética diz que falta sensibilidade ao governo e que, hoje, quem respeita a lei é considerado imbecil

Otávio Cabral

O embaixador Marcílio Marques Moreira está na vida pública há cinquenta anos e onze presidentes. Foi assessor especial do Ministério da Fazenda no governo João Goulart, ministro da Fazenda do governo Collor e, até o mês passado, presidente da Comissão de Ética Pública no governo Lula — órgão responsável pela análise da conduta dos altos funcionários da República. Uma de suas últimas ações foi apontar o conflito de interesses que havia no fato de Carlos Lupi acumular o cargo de ministro do Trabalho e a presidência do PDT. O embaixador recomendou que ele abandonasse um dos postos. De início, o ministro não só não lhe deu ouvidos como ainda recebeu o apoio incondicional do presidente Lula. Depois acedeu. Mas, desapontado, Marcílio deixou a comissão antes. O embaixador diz que o episódio, além de revelador da fragilidade dos princípios éticos dos governantes, teve um efeito pedagógico. Em entrevista a VEJA, ele não critica diretamente a postura do presidente Lula no episódio, mas diz que a sensibilidade ética não é uma característica marcante dos ocupantes de postos importantes em Brasília, principalmente no Palácio do Planalto.

Veja — O senhor deixou a presidência da Comissão de Ética Pública há três semanas, embora seu mandato terminasse apenas em maio. Por que o senhor saiu do cargo abruptamente?

Marcílio — Achei que minha contribuição estava esgotada. Fiz tudo o que devia

ter feito, e não tinha mais como ajudar porque a atuação da comissão ficou muito “fulanizada”. Virou uma disputa minha contra o ministro Lupi, o que era prejudicial à própria comissão. Achei melhor prosseguir na luta pela ética em outros fóruns.

Veja — Desde novembro o senhor alertava para o fato de Carlos Lupi ocupar os dois cargos. Na semana em que o senhor deixou o cargo, pipocaram denúncias de favorecimento pelo ministério a entidades ligadas ao partido, o que acabou obrigando o ministro a deixar a presidência do PDT. Foi a prova de que o senhor tinha razão?

Marcílio — Sim, foi a demonstração clara do conflito de interesses, uma definição que não é bem compreendida pela classe política. Nós alertamos sobre esse risco não só para evitar desvios, mas também para resguardar a própria autoridade. Esse conceito de ética pública é recente. Nos Estados Unidos, que são um dos pioneiros, o primeiro conselho de ética surgiu com John Kennedy. Depois, Lyndon Johnson lançou uma norma chamada de ato da percepção, que definia que a autoridade pública não precisa apenas ser correta, tem de parecer correta. Isso inspira confiança e respeito. Quando uma autoridade serve a dois chapéus, o público fica

em dúvida sobre a qual chapéu ela está servindo ao tomar determinada decisão. Era o caso do ministro Lupi.

Veja — *O presidente Lula classificou Carlos Lupi como “o mais republicano dos ministros”...*

Marcílio — Preocupa-me ouvir declarações de autoridades no sentido de que transgressões são rotineiras na vida pública brasileira. Isso é inaceitável e demonstra que a sensibilidade ética é escassa no Palácio do Planalto.

Veja — *É uma referência ao presidente Lula?*

Marcílio — O presidente não é sujeito à competência da comissão, não dá para fazer considerações sobre ele. Mas posso dizer que a falta de sensibilidade ética é algo que permeia todo o altiplano do governo.

Veja — *O senhor coordenou, ao lado do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o livro Cultura das Transgressões no Brasil, lançado há três semanas. As transgressões éticas são um problema cultural?*

Marcílio — Em alguns aspectos, essa leniência com a corrupção se acentuou. A rapidez da transformação do Brasil, a transição de um país quase feudal para um país rumo à modernidade em 100 anos, destruiu os códigos da sociedade e não criou outro. Você sai do Rio de Janeiro, anda menos de 100 quilômetros e é como se viajasse 100 anos. Essa contradição, essa desigualdade, contribuiu para a leniência com os maus costumes. Há um autor, Otávio de Faria, que em 1931 escreveu que muitos de nós aprendemos a transgredir já no colégio, com a cola. Ainda crianças, aprendemos como enganar e burlar a lei. Mas também aprendemos como nos desculpar quando pegos. E há uma frase que eu acho simbólica: “Se todos fazem, não só pode como tem de fazer. É tolo quem, podendo se aproveitar, não o faz”. É atual até hoje. Portanto, esse é um problema da própria sociedade. Se você estiver em uma estrada viajando na velocidade máxima e houver um sujeito atrás mais rápido, querendo ultrapassá-lo, você se sente um imbecil. Quem anda dentro da lei hoje é considerado um imbecil. Essa leniência com desvios, com transgressões, começando com as pequenas, como jogar papel na rua, furar o sinal vermelho, dar uma “cervejinha” ao guar-

da que quer multar, é algo que permeia a sociedade.

Veja — *O senhor foi ministro da Fazenda no governo Collor, que caiu por corrupção em uma situação econômica adversa. Trabalhou no governo Lula, que também sofreu com denúncias graves de corrupção, mas é campeão de popularidade*

“Quem anda dentro da lei é considerado um imbecil. Permeia a sociedade a leniência com desvios, com transgressões, começando com as pequenas, como jogar papel na rua, furar o sinal de trânsito, dar uma ‘cervejinha’ ao guarda que quer multar”

... muito em razão do sucesso da economia. A população é mais leniente com a corrupção quando está com o bolso cheio?

Marcílio — É uma tese plausível, tendo a concordar. As autoridades em uma situação de popularidade, porém, não podem se iludir com esses dados. Todos têm de agir com firmeza em bons e maus momentos. No caso do governo Collor, além da evidente corrupção e da crise econômica, houve o problema da governabilidade, que não pode ser minimizado. Eu testemunhei o suicídio de Vargas, a renúncia de Jânio, trabalhei no governo João Goulart. Vi que um presidente que perde a maioria no Congresso fica muito instável.

Veja — *O senhor passou três anos na presidência da Comissão de Ética. Nesse tempo, estouraram escândalos como o do mensalão, o caso Renan e a crise dos cartões corporativos. A corrupção aumentou no governo Lula?*

Marcílio — Há três razões para termos hoje a sensação de que há mais corrup-

ção no país. Primeiro, as expectativas éticas sobre esse governo eram muito grandes. O PT sempre foi muito identificado com o combate à corrupção e no poder deixou a desejar nesse aspecto. A segunda razão é que, por inexperiência ou por preocupação com o problema da governabilidade, houve um relaxamento com as nomeações. Essa discricionariedade de nomear mais de 20 000 cargos apenas por bases de interesses políticos está na raiz da corrupção. A Comissão de Ética considera as nomeações políticas legítimas, mas o indicado tem de ter formação, experiência, capacidade e honestidade. A comissão pediu que o currículo dos dirigentes fosse colocado nos sites dos órgãos, mas isso nunca foi obedecido. Por último, há também uma maior transparência, uma maior divulgação dos casos de corrupção.

Veja — *A CPI dos Cartões Corporativos começou a funcionar na semana passada. A principal discussão entre governo e oposição é sobre se os gastos do presidente e de seus antecessores podem ser abertos ou devem ser sigilosos. Qual a sua opinião sobre esse assunto?*

Marcílio — Ninguém no serviço público pode gastar sem prestar satisfação. Apenas o que for realmente relativo à segurança tem de ser preservado. Mas os gastos comuns que envolvem presidentes e seus familiares precisam de transparência. A Constituição diz que toda a administração pública tem de se guiar por cinco princípios: legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade e eficácia. Ninguém pode escapar disso, nem o presidente nem seus familiares.

Veja — *Virou praxe os partidos de oposição defenderem a instalação de CPIs, mas quando estão no poder eles fazem todo o esforço para evitá-las. Isso não reforça a impressão de que todos os políticos são iguais?*

Marcílio — Esse é um dos principais problemas da política. Os desvios seguidos, cometidos por todas as correntes, acabam causando uma falta de confiança nas autoridades. Isso desemboca no cinismo deletério da troca de acusações, que acaba igualando toda a classe política. É um perigo para a democracia.

Veja — *Como presidente da comissão, o senhor recebeu várias consultas de auto-*

ridades. Pelo teor dessas consultas, o senhor acha que o tema ganhou mais importância nos últimos anos?

Marcílio — Houve avanços. Há um reconhecimento de boa parte das autoridades da importância da ética como um marco a ser seguido. A maioria das consultas era sobre interpretações. Um ministro sabe que pode andar em avião oficial quando vai para sua cidade, mas não sabe se pode levar a mulher, por exemplo.

Veja — Em quais casos a comissão conseguiu impedir ações que se configuravam como conflito de interesses?

Marcílio — O ex-ministro Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, colocou todo o seu patrimônio para ser administrado por um fundo sobre o qual ele não tinha controle, o que foi apoiado pela comissão. O ministro Gilberto Gil, da Cultura, me consultava assim que recebia um convite para fazer um show ou ceder uma música dele para ser utilizada em publicidade. Quando não havia conflito de interesses, a comissão não via empecilhos. Mas quando o show era bancado por alguma entidade que recebe dinheiro público, como uma vez aconteceu com o Sesc de São Paulo, ou quando o evento era financiado pela Lei Rouanet, eu sugeria que ele não participasse. E ele aceitava os conselhos. Houve ainda o caso do ministro Mangabeira Unger, que por orientação da comissão só tomou posse depois de cortar todos os vínculos que mantinha nos Estados Unidos com empresas que têm interesse em atos do governo brasileiro.

Veja — Houve algum outro caso em que as recomendações da comissão não foram levadas a sério?

Marcílio — Alguns casos menores. Principalmente em eventos como Fórmula 1, Carnaval e torneios de tênis, quando as autoridades são convidadas por empresas privadas. A comissão recomendou que os convites fossem recusados, mas algumas pessoas os aceitaram. Já foi pior, porém ainda acontece.

Veja — Há uma idéia de que os escândalos de corrupção no Legislativo, como o do mensalão e o dos sanguessugas, serviriam para depurar a política. É isso que acontece ou os escândalos acabam servindo na verdade para atrair mais desonestos em busca de dinheiro fácil?

Marcílio — Os escândalos não tiveram a função depurativa que se esperava deles,

principalmente devido à impunidade, que atrai para a política pessoas pouco preocupadas com a ética. Boa parte é culpa da Justiça, que só impede a candidatura de quem tenha condenação definitiva. O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro tenta mudar isso, impedindo a candidatura de quem tenha qualquer condenação por corrupção. Essa mudança é essencial.

“O sucesso da economia é a confirmação de que, quando uma meta é perseguida como política de estado, sem picuinhas partidárias, ela produz excelentes resultados. O governo Lula deu continuidade a essa estrutura. Foi um de seus principais acertos”

No direito privado, você pode fazer tudo o que a lei não proíbe. Mas, no direito público, não, você só pode fazer aquilo que a lei determina. A lentidão e a leniência do Judiciário acabam favorecendo a corrupção.

Veja — Como diplomata e ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos, qual é a sua avaliação da política externa do governo Lula?

Marcílio — O Brasil não avaliou bem o que estava acontecendo com o mundo e se propôs a ir além do que as nossas sanções permitem. Mudar daqui a radiografia econômica do mundo é demais ambicioso. Era importante se dar conta de que a radiografia do mundo estava mudando por causa da entrada de dois dragões, a China e a Índia. Nossa diplomacia não olhou isso, ficou em um discurso vazio de priorizar o Sul e desprezou o mercado dos Estados Unidos, que sempre foram nosso principal parceiro. Abrimos leques demais, mas acabamos não ganhando nenhuma parada. O Brasil não conseguiu

vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, não conseguiu a direção da OMC, não conseguiu a presidência do BID, não conseguiu melhorar o ambiente dos acordos comerciais, colocou o Mercosul em uma crise enorme. Conseguiu destruir a Rodada Doha sem fazer outros acordos bilaterais. O discurso parecia bonito, mas os resultados foram parcos.

Veja — Como tem atuado a diplomacia brasileira, em sua opinião, na política sul-americana, especificamente nesse episódio entre Colômbia, Equador e Venezuela?

Marcílio — Essa crise mostrou que nossa política foi um pouco condescendente com Chávez, com Evo Morales, com esses líderes sem muito apreço pela democracia. Isso acabou minando um pouco a nossa liderança regional, que deve ser natural pelo nosso tamanho e pela nossa história. O Brasil apaziguou muito certas transgressões à liberdade de imprensa, a nossos próprios interesses. É uma situação com a qual devemos ter muita preocupação. O que aconteceu entre a Colômbia e o Equador pode se espalhar pelo continente.

Veja — O senhor foi ministro da Fazenda no governo Collor, quando a dívida externa e o FMI eram tabus. Hoje o Brasil tem recursos para pagar a dívida e não depende mais do FMI. O atual governo foi melhor que os antecessores na economia?

Marcílio — O sucesso da economia é a confirmação de que, quando uma meta é perseguida como política de estado, sem picuinhas partidárias, ela produz excelentes resultados. Quando fui embaixador em Washington, a situação era dramática. A moratória foi feita no governo Sarney porque a capacidade do país tinha se esgotado totalmente. Não foi um ato político, foi a constatação de uma realidade. Ainda na minha gestão na Fazenda, em setembro de 1992, teve início a renegociação do acordo com o FMI. Pedro Malan era o responsável pela renegociação. O Brasil seguiu todos os termos do acordo, sem mudanças demagógicas, e agora culminou em virar a página da dívida externa para começar a escrever a história do crédito externo. O governo Lula deu continuidade a essa estrutura composta de austeridade fiscal, combate à inflação por metas e câmbio flutuante. Foi um de seus principais acertos. ■

O SR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de comunicar ao Plenário que recebi em meu gabinete um exemplar do *Relatório de Atividades das Indústrias Nucleares do Brasil* (INB), referente ao ano de 2006, sobre o qual considero importante tecer alguns comentários.

Periodicamente, tenho o hábito de refletir sobre o passado de nosso País, na tentativa de compreender o presente e traçar os rumos para o futuro. Quando, por exemplo, olhamos para uma entidade como a INB, achamos normal que ela exista e desempenhe sua missão de acordo com seus estatutos, mas, raramente, temos a consciência de sua importância e do quão difícil foi para o Brasil possuir uma empresa como essa.

Permitam-me, Caros Colegas Senadores, fazer aqui um breve retrospecto sobre o surgimento das Indústrias Nucleares do Brasil.

A INB surgiu quando os ventos da democracia voltaram a soprar sobre o nosso País, em 1988. Naquela época, tínhamos dois instrumentos governamentais distintos referentes à energia nuclear. O primeiro era o Acordo Brasil-Alemanha, assinado em 1975, que contemplava a construção de oito usinas nucleares, mas vedava o enriquecimento isotópico do urânio pelo método da ultracentrifugação, processo dominado conjuntamente pela Alemanha, Inglaterra e Holanda. O segundo instrumento que o Governo brasileiro dispunha para lidar com a energia atômica era o Programa Nuclear Autônomo, criado em 1979, justamente para desenvolver tecnologias do ciclo do combustível nuclear para utilização como fonte propulsora dos submarinos da Marinha. Entre as muitas conquistas do Programa, cumpre destacar o domínio do processo de enriquecimento do urânio por ultracentrifugação, com tecnologia totalmente nacional.

Como resultado da fusão desses dois programas, surgiu a INB, sucedendo à extinta Nuclebrás. Sua missão primordial é a de promover a exploração do urânio, desde a mineração até a produção e a montagem dos elementos combustíveis que acionam os reatores de usinas nucleares. Atua também na área de tratamento físico dos minerais pesados com a prospecção, a pesquisa, a lavra, a industrialização, a comercialização das areias monazíticas e a obtenção de terras-raras.

Como vemos, Sr. Presidente, a INB desempenha um papel estratégico para o País, sobretudo quando pensamos na construção de um Brasil próspero, moderno, soberano e com menos desigualdades sociais.

Com a premente necessidade de promovermos o crescimento sustentável em benefício do povo brasileiro, não podemos fugir da possibilidade de incrementar

o uso da energia nuclear em nossa matriz energética. Atualmente, a energia atômica responde por apenas 1,6% de nossa oferta interna de energia e por 3,0% da matriz de energia elétrica nacional.

Por outro lado, Sr^{as} e Srs. Senadores, é do conhecimento de todos que, do ponto de vista da geração de energia elétrica, somos profundamente dependentes das hidrelétricas, responsáveis por 75,7% da oferta interna dessa forma de energia. Isso, de certa forma, é um dado positivo, na medida em que nos permite ter uma maior autonomia em relação ao petróleo e seus derivados, mas, em contrapartida, fragiliza muito nossa matriz energética na mesma medida em que nos deixa dependentes do regime de chuvas, podendo, eventualmente, ocasionar apagões como o que aconteceu em 2001, no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Ora, o Brasil detém a 6ª maior reserva de urânio do mundo e, por intermédio da INB, estamos trabalhando incessantemente em prol da nacionalização do processo de produção do combustível nuclear. Por sua vez, as crescentes preocupações com o fenômeno do aquecimento global nos levam a buscar fontes alternativas de energia que não sejam emissoras dos gases causadores do efeito estufa. Nessa perspectiva, o uso da energia nuclear para fins pacíficos se configura como bastante promissor, até porque, do ponto de vista ambiental, ela é uma das fontes de energia menos poluentes conhecidas pela humanidade. É claro, existe a questão do lixo radioativo e da segurança das instalações, mas isso hoje vem sendo adequadamente manejado pelas nações envolvidas – e não vejo motivo para não fazermos o mesmo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesses 20 anos de existência, as Indústrias Nucleares Brasileiras têm prestado um inestimável serviço à Nação! Do conjunto de etapas do chamado *Ciclo do Combustível Nuclear* – que envolve a Mineração e Produção do Concentrado de Urânio; a Conversão; o Enriquecimento Isotópico; a Reconversão; a Produção de Pastilhas e a Fabricação do Elemento Combustível – apenas uma ainda não é realizada na INB. Refiro-me à Conversão, cuja tecnologia, embora de domínio nacional, ainda é objeto de meta e compõe a previsão de autonomia industrial da Empresa com a completa nacionalização e abrangência de todas as suas fases.

De acordo com o Relatório de Atividades da INB que tenho em mãos, o ano de 2006 foi particularmente virtuoso. Foi inaugurada a Primeira Cascata de Ultracentrífugas do Módulo I; assinamos o Acordo de Salvaguardas Nucleares com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e com a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais

Nucleares (ABACC). Esse fato demonstra a transparência com que o Governo brasileiro desenvolve as atividades relacionadas à energia nuclear.

O ano de 2006 foi marcante também sob outro ponto de vista. Pela primeira vez, realizamos no Brasil a “Reunião da Rede Internacional de Segurança das Indústrias do Ciclo do Combustível”, conhecida como *INSAF Meeting*, do qual participaram representantes das grandes empresas internacionais produtoras de combustível nuclear. Realizamos também o “*Workshop Internacional sobre a Segurança do Ciclo do Combustível Nuclear*”, com a presença do representante da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) que, na ocasião, confirmou a atuação da INB na adoção de padrões de segurança. Ressalto a importância desse fato, Senhoras e Senhores Senadores, porque isso garante a plena confiabilidade das Indústrias Nucleares Brasileiras em todas as etapas de produção do combustível nuclear.

Do ponto de vista da gestão financeira e administrativa, o ano de 2006 também foi significativo para a INB, registrando o equacionamento da dívida da Empresa com o Núcleo – Instituto de Seguridade Social, fundo multipatrocinado cujo objetivo principal é instituir planos privados de benefícios de caráter previdenciário acessíveis aos seus empregados. Além disso, a INB apresentou melhoria no desempenho econômico-financeiro refletida em alguns indicadores, sobretudo no que se refere ao volume de operações, registrando aumento de receitas operacionais da ordem de 47%! Contudo, quero registrar aqui que a Empresa ainda não conta com autonomia financeira, e depende ainda de grande parte de recursos do Tesouro para funcionar, de modo que devemos estar atentos aqui no Senado Federal quanto à alocação de recursos para sua manutenção e operacionalização.

Para o futuro, Sr^{as} e Srs. Senadores, as metas da INB não são menos ambiciosas: posicionar-se no cenário mundial como empresa de padrão internacional, com aperfeiçoamento tecnológico permanente e capacidade de competição no mercado e mostrar-se com transparência, dentro de padrões de elevada qualidade e segurança.

Para isso, as Indústrias Nucleares Brasileiras pretendem, entre outras metas de relevo, duplicar a capacidade de produção do concentrado de urânio da Unidade de Caetité – atualmente em 400 toneladas/ano – e dar prosseguimento à implantação da unidade de enriquecimento de urânio, para atingir a capacidade de 500 mil UTS/ano.

Portanto, Sr. Presidente, e já para concluir, quero registrar aqui meus cumprimentos a todo o corpo técnico e aos dirigentes da INB, na pessoa de seu Presi-

dente, Dr. Alfredo Trajan Filho, pelo excelente trabalho que vêm desenvolvendo à frente daquela Instituição.

No nosso País, temos muitas coisas de que nos orgulhar e, uma delas, certamente, são as Indústrias Nucleares do Brasil!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão de segunda-feira, dia 17 de março, não deliberativa do Senado da República do Brasil, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 399, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2008, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor global de trezentos e cinquenta e nove milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica (proveniente da Medida Provisória nº 399, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 1º-12-2007)

Prazo final (prorrogado): 27-3-2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 400, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 400, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 13-12-2007)

Prazo final (prorrogado): 8-4-2008

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2008*(Proveniente da Medida Provisória nº 401, de 2007)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2008, que *altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, que dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal; e revoga as Leis nºs 10.874, de 1º de junho de 2004, e 11.360, de 19 de outubro de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 401, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 10-2-2008)

Prazo final (prorrogado): 24-4-2008

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 402, DE 2007*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 402, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22-2-2008)

Prazo final (prorrogado): 6-5-2008

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2008*(Proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2008, que *dispõe sobre o exercício da atividade de franquias postais, revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.074, de*

7 de julho de 1995, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 23-2-2008)

Prazo final (prorrogado): 7-5-2008

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2008*(Proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que *altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da Previdência Social (proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 9-3-2008)

Prazo final: 23-3-2008

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 11, DE 2008***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador

João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 38, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 50, DE 2006***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, ten-

do como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 57, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos*.

19

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família*.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

20

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6,

de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts.47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

21

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da*

tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “ad hoc”: Senador Rodolpho Tourinho.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis*

do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)*.

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator “ad hoc”: Senador Flávio Arns.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator “ad hoc”: Senador Valter Pereira.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

38

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade*.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de*

formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

44

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à*

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

45

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

46

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

47

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

48

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur

Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

49

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

50

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

51

REQUERIMENTO Nº 175, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2008, do Senador Marconi Perillo, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria.*

52

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto*

de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

53

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.*

54

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.*

55

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

56

REQUERIMENTO Nº 247, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 247, de 2008, do Senador Paulo Paim e

outros Senhores Senadores, *solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003.*

57

REQUERIMENTO Nº 248, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 248, de 2008, do Senador Paulo Paim,

solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, cujo prazo encontra-se esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 55 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Minoria-DEM - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

- De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
- Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
- Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
- Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
- Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
- Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
- Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
- O Senador Álvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na Sessão Deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
- Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 7 membros e igual número de suplentes, com o objetivo de investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado, com a duração de 120 dias.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 04/03/2008

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Prazo final: 03/06/2008

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Exedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
João Vicente Claudino	
Gim Argello	
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Shlessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA
DA SAÚDE**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Silhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO ⁽⁵⁾	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁴⁾	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO ⁽³⁾
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽⁵⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS
SÓLIDOS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Silhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Majoria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Majoria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS DIREITOS DAS MULHERES

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Shessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁶⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽²⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. VAGO ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Fernando Collor	
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).

3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).

7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclydes Mello.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Silhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽²⁾	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral:
19/04/1995

2ª Eleição Geral:
30/06/1999

3ª Eleição Geral:
27/06/2001

4ª Eleição Geral:
13/03/2003

5ª Eleição Geral:
23/11/2005

6ª Eleição Geral:
06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	
VAGO	
VAGO	
VAGO	
VAGO	

Atualização: 23/11/2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
VAGO
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 02/10/2007

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u>
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Carlos Alves Filho (PMDB-RN) Senador João Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 12.12.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

¹ Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

² Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI ⁴ (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



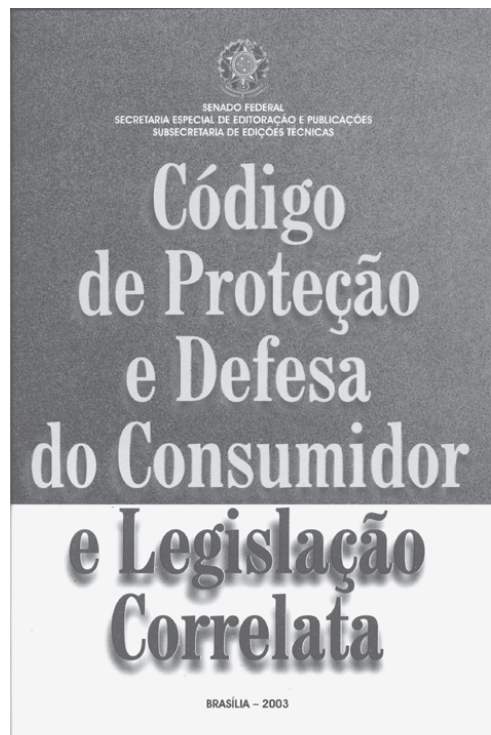
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 146 PÁGINAS